



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS DE CHAPECÓ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**GRAZIELE GARBIN MOREIRA DA SILVA**

**PAULO FREIRE E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DIÁLOGO**  
**NECESSÁRIO PARA O TRABALHO NO CRAS**

**CHAPECÓ**  
**2020**

**GRAZIELE GARBIN MOREIRA DA SILVA**

**PAULO FREIRE E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DIÁLOGO  
NECESSÁRIO PARA O TRABALHO NO CRAS**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dra. Solange Maria Alves.

**CHAPECÓ**

**2020**

## UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul,

CEP 89815-899

### Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Silva, Grazielle Garbin Moreira da  
PAULO FREIRE E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:  
DIÁLOGO NECESSÁRIO PARA O TRABALHO NO CRAS / Grazielle  
Garbin Moreira da Silva. -- 2020.  
162 f.

Orientadora: Dra. Solange Maria Alves

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da  
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação,  
Chapecó, SC, 2020.

1. Paulo Freire. 2. Política Pública de Assistência  
Social. 3. CRAS - Centro de Referência da Assistência  
Social. I. Alves, Solange Maria, orient. II.  
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

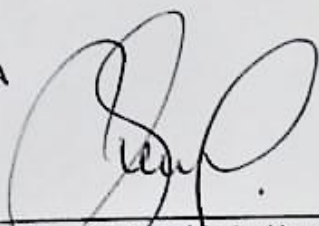
GRAZIELE GARBIN MOREIRA DA SILVA

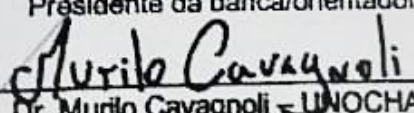
PAULO FREIRE E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DIÁLOGO  
NECESSÁRIO PARA O TRABALHO NO CRAS

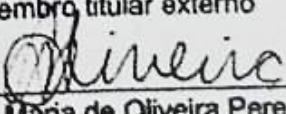
Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de  
Mestre em Educação, defendido em banca examinadora em 28/07/2020


Aprovado em: 28/07/2020

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Solarige Maria Alves – UFFS  
Presidente da banca/orientador

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Murilo Cavagnoli – UNOCHAPECÓ  
Membro titular externo

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Ana Maria de Oliveira Pereira – UFFS  
Membro titular interno

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Deborah Cristina Amorim – UNOCHAPECÓ  
Membro suplente

Chapecó SC, Julho de 2020

## AGRADECIMENTOS

### À Deus toda glória

Agradeço primeiramente a Deus pela conclusão deste trabalho, pois somente Deus é digno de toda honra e toda glória, reconheço Seu cuidado e direcionamento em todo este processo de pesquisa.

Agradeço a meu marido Douglas Rosa por trazer cor aos meus dias;

Agradeço ao Augusto, meu filho, gestado neste processo;

Agradeço à toda minha família. Meu pai, Jorcelém Moreira da Silva, que por certo foi o maior incentivador do caminhar acadêmico e com certeza o mais orgulhoso por sua filha concluir esta etapa;

Agradeço a minha mãe, Marli Garbin, que em todos os momentos me apoiou e trouxe esperança nos momentos difíceis, demonstrando confiança em mim.

Agradeço as minhas irmãs Jorciele e Marliele, pela dedicação e ajuda nas inúmeras revisões e paciência ao me acompanhar em todo este processo, trazendo muitas risadas e graça, nos momentos em que sentávamos pra estudar, e tomar café.

Agradeço a minha sogra, Lovani M. Halmenschlager, pelo cuidado no dia-a-dia.

Agradeço aos colegas de trabalho, as equipes em que trabalhei na carreira pública, lembrando da família habitação e em especial a equipe do CRAS de Irati/SC que tem me ensinado por meio da convivência a realidade do trabalho do CRAS e que ofereceu apoio a esta etapa de qualificação profissional.

Agradeço aos colegas do mestrado do ano de 2018 que juntamente com o grupo de professores tornaram nossos encontros produtivos em momentos preciosos de construção do conhecimento. Faço menção especial aos amigos Ana, Fábio, Fran e Cezar que trouxeram alegria, divertimento e suporte nesta etapa.

Agradeço a banca, Ana Maria de Oliveira Pereira, Deborah Cristina Amorim, Murilo Cavagnoli, que com generosidade compartilharam suas valiosas sugestões para o aprimoramento e qualificação deste trabalho.

Agradeço imensamente a minha orientadora Solange Maria Alves que desde o processo seletivo acreditou no meu projeto, que se tornou nosso no curso desta pesquisa. Agradeço pela oportunidade de vivenciar uma orientação humana, humilde, científica, engajada e esperançosa. Uma orientação que gerou em mim confiança, perseverança e amor pelo processo de pesquisa que neste fim, apenas começou.

## RESUMO

O tema “Contribuições de Paulo Freire para o trabalho social no âmbito do CRAS” surgiu da necessidade de qualificação do trabalho exercido nos CRAS, por meio de abordagens metodológicas congruentes com a Política de Assistência Social. Sendo o objetivo geral desta pesquisa identificar que contribuições o pensamento freireano pode trazer para o trabalho social no CRAS, com desdobramento em dois objetivos específicos: a) Explicitar em que medida a política expressa nos documentos orientadores do CRAS, pode se beneficiar do pensamento freireano e; b) Identificar elementos do pensamento freireano que contribuam para o trabalho voltado ao protagonismo social no âmbito do CRAS. Para o alcance dos objetivos optou-se, em uma abordagem qualitativa de cunho exploratório, pelo uso do procedimento da pesquisa bibliográfica. Com a hipótese afirmativa acerca das contribuições de Freire no CRAS, fundamentalmente no que se refere a fornecer elementos fortalecedores da ideia do trabalho social comprometido com o protagonismo social, esta pesquisa percorreu os objetivos específicos por meio da revisão da literatura em relação ao CRAS e a Paulo Freire. Primeiramente a revisão direcionou-se no aprofundamento do conhecimento do CRAS dentro da Política Pública de Assistência Social. Os materiais de revisão mais utilizados foram a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, o caderno de Orientações Técnicas do CRAS, e os cadernos de Orientações Técnicas do PAIF. Neste momento foi possível identificar os objetivos e funções específicas do CRAS, bem como, os desafios em relação a incipiente construção de abordagens metodológicas na execução dos trabalhos no CRAS. A segunda etapa da revisão bibliográfica debruçou-se sobre o pensamento freireano, com base em uma seleção de livros exclusivos de Freire e também comentadores. Nesta fase de revisão foi possível compreender a abrangência do pensamento freireano por meio de sua crítica a condição humana de violação de direitos, onde em vez de sujeito o ser se torna coisa, o que fere a vocação ontológica do humano de *Ser Mais*. Introduce a concepção do sistema de opressão vigente em nossa sociedade e apresenta processos para a libertação do oprimido, os quais, foram sistematizados em, diálogo, conscientização, problematização, criticidade, engajamento e luta. Ainda neste esforço de revisão da bibliografia, pode-se identificar as fases do Método Paulo Freire, o que proporcionou materialidade ao pensamento freireano. Na sequência, os resultados desta pesquisa foram integrados e interpretados por meio da análise de conteúdo nas categorias de dimensão ontológica; dimensão ética e política e; dimensão metodológica e proposta de intervenção. Na dimensão ontológica analisou-se as contribuições de Freire para a compreensão do sujeito usuário e trabalhador da Assistência Social, enquanto um sujeito histórico, cultural capaz e vocacionado à transformação social rumo ao *Ser Mais*. Na dimensão ética e política as contribuições de Freire estabeleceram-se na concepção de ética voltada à vida, como ser valor máximo e a necessária politização popular. Na dimensão metodológica aprove-nos integrar as contribuições do pensamento freireano em uma proposta de intervenção no âmbito do CRAS. Ao finalizar este trabalho concluiu-se que o pensamento freireano é compatível com a Política de Assistência Social e que suas contribuições são pertinentes e relevantes ao trabalho social exercido no CRAS.

Palavras-chave: Paulo Freire. CRAS. Trabalho social.

## ABSTRACT

The subject matter “Contributions by Paulo Freire to CRAS’s social work” came from the need to qualify the work performed of the CRAS’s workers, by a methodological approaches coherent with the Social Assistance Policy. The main goal of this research is to identify what contributions Freire's thought can bring to social work at CRAS, separated into two specific goals: a) To explicit the extent to the CRAS’s policy documents can be benefit from Freire's thought and ; b) To define elements of Freire's thought that contribute to a social work aimed at social protagonism in the CRAS. To achieve these objectives, an exploratory qualitative approach was chosen, using the bibliographic research procedure. With the hypothesis about Freire's good contributions to CRAS, fundamentally with regard to providing elements that strengthen the idea of social work committed to social protagonism, this research covered the specific goals through the literature review focus to CRAS and the Paulo Freire. At first, the review was directed to the CRAS in the Public Policy of Social Assistance. The most used revision materials were the Organic Law on Social Assistance - Loas, the National Policy on Social Assistance - PNAS, the CRAS’s Technical Guidance book, and PAIF’s Technical Guidance books. In this moment, it was possible to identify the CRAS’s objectives and functions, as well as, the challenges related to the incipient construction of methodological approaches in the execution of CRAS’s work. The bibliographic review’s second stape focus on Freire's thought, based on a Freire’s exclusive books selection and also his commentators. In this revision step, it was possible to understand the scope of Freire's thought through his critique about the rights violation of the human condition, where instead of being the human becomes a thing, which hurts the human ontological vocation of To be More. It introduces the concept of the oppression’s system in our society and shows the mechanisms for thes oppressed’s liberation, which have been systematized into dialogue, awareness, problematization, criticality, engagement and fight. In this same effort of the bibliography’s review, it was identified the phases of the Paulo Freire Method, which provided materiality to Freire's thought. Then, this research’s results were integrated and interpreted through content analysis in the categories of ontological dimension; ethical and political dimension and; methodological dimension and intervention proposal. In the ontological dimension, Freire's contributes to understanding of the Social Assistance’s user and worker that were analyzed, as a historical, cultural subjects capable and vocated to social transformation towards To be More. In the ethical and political dimension, Freire's contributions were established in the conception of ethics focused on life, as being the maximum value and the necessary popular politicization. In the methodological dimension, it has integrated the Freire’s contributions into three proposals to use in the CRAS. At the end of this work, it was concluded that Freire's thought is compatible with the Social Assistance Policy and his contributions are pertinent and relevant to the social work performed at CRAS.

Key-words: Paulo Freire. CRAS. Social work.

## LISTA DE SIGLAS

BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS - Centro de Referência em Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social

EUA – Estados Unidos da América

FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema único de Assistência Social

NOB/SUAS/RH - Norma Operacional Básica do Sistema único de Assistência Social:  
Recursos Humanos

PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e ao Indivíduo

PAIF - Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PSB - Proteção Social Básica

PSE - Proteção Social Especial

PUC - Pontifícia Universidade Católica

SC - Santa Catarina

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SESI - Serviço Social da Indústria

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 CONSTRUINDO A RELEVÂNCIA SOCIAL NA BUSCA EM BASES DE DADOS.....	16
1.2 A PERGUNTA E O ACERCAMENTO METODOLÓGICO.....	17
<b>2 A DESIGUALDADE SOCIAL NA FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO, POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CRAS.....</b>	<b>23</b>
2.1 DESIGUALDADES SOCIAIS NA FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO E A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	24
2.2 A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CRAS: MARCOS LEGAIS E O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	30
2.3 O CRAS: PRINCÍPIOS, FUNÇÕES ESPECÍFICAS E A NECESSIDADE DE APROFUNDAMENTO CIENTÍFICO NAS POSSIBILIDADES DE ABORDAGENS METODOLÓGICAS.....	43
<b>3 PAULO FREIRE, A TEORIA DA LIBERTAÇÃO E MÉTODO.....</b>	<b>56</b>
3.1 PAULO FREIRE: PRAXIS E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL .....	56
3.2 A TEORIA DA LIBERTAÇÃO DE PAULO FREIRE.....	65
3.2.1 <i>Vocação ontológica do Ser humano de Ser Mais</i> .....	66
3.2.2 <i>Situação de opressão</i> .....	67
3.2.3 <i>Processos de manutenção da opressão</i> .....	70
3.2.4 <i>Processos de libertação</i> .....	74
3.3 O MÉTODO PAULO FREIRE.....	85
<b>4 CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA O TRABALHO SOCIAL NO CRAS.....</b>	<b>95</b>
4.1 DIMENSÃO ONTOLÓGICA.....	96
4.2 DIMENSÃO ÉTICA E POLÍTICA.....	111
4.3 DIMENSÃO METODOLÓGICA E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	125
4.3.1 <i>Primeiro momento da proposta de intervenção “Estudo em equipe”</i> ..	129
4.3.2 <i>Segundo momento da proposta de intervenção “Ação comunitária”</i> ..	139
4.3.3 <i>Terceiro momento da proposta de intervenção “Mês Ímpar”</i> .....	144
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>148</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>155</b>

<b>APÊNDICES.....</b>	<b>161</b>
-----------------------	------------

## 1 INTRODUÇÃO

O delineamento deste trabalho perpassa as inquietações da pesquisadora, que por sua vez, subsiste em diversas facetas que constituem sua personalidade. Facetas estas constituídas pela interação com o mundo, construídas a partir das possibilidades apresentadas à pesquisadora em seu percurso de vida, em seu território e seu contexto. Se faz relevante que dediquemos alguns parágrafos a apresentação da pesquisadora e de suas interações com seu contexto pessoal, acadêmico e profissional que a trouxeram a este patamar de problematização e pesquisa. Nos próximos parágrafos a linguagem utilizada será na primeira pessoa, pois, serão relatadas especificidades particulares da pessoa que personifica a pesquisadora.

Meu nome é Grazielle Garbin Moreira da Silva, nasci em 1991, na cidade de Ji-Paraná no estado de Rondônia, gosto de referenciar onde nasci, não porque a minha cidade natal tenha me acrescido muito de sua cultura, pois lá apenas nasci. Mas, porque lá meus pais se conheceram. Minha visão romantizada da história dos meus pais talvez distorça a realidade, porém é como eu a conheço.

Meu pai, Jorcelém Moreira da Silva, “mineiro do pé rachado”, como costuma se apresentar, é um verdadeiro apaixonado pela educação e pelos estudos, graduado em Geografia, História, Engenharia Florestal, Agronomia e Engenharia de Segurança, atuava como professor federal da rede de ensino secundário quando conheceu minha mãe. Marli Garbin, moça bonita, pedagoga, nascida numa família de italianos, morou no interior de Quilombo - SC, até aos dezesseis anos, quando foi para Rondônia morar com sua tia Salete. Em Rondônia meu pai e minha mãe se casam e formam uma família ao gerarem três lindas meninas, Jorciele, Marliele e eu.

A paixão pelos estudos de meu pai o levou a fazer escolhas que o afastou do convívio da família por alguns anos, acontecendo a separação conjugal quando eu tinha seis anos. Três anos após a separação, minha mãe nos trouxe para morar em Chapecó, uma cidade no oeste de Santa Catarina (SC). Mesmo com o divórcio os valores cristãos ensinados por meu pai à minha família permaneceram. As dificuldades de criar três crianças e trabalhar fora foram vivenciadas pela minha mãe, que passou por esta fase com garra, força e determinação. Os valores implantados pelos meus pais em mim, fortemente enraizados numa doutrina protestante, através do convívio com a igreja presbiteriana tornaram-se parte da minha essência.

Minha infância e adolescência foram marcadas por momentos divertidos, muitas amizades e muito tempo de ócio os quais fomentaram a minha criatividade e capacidade de sonhar. Na escola gostava de conversar com as amigas, sempre tínhamos um assunto inédito que não poderíamos esperar para contar. Minha personalidade na infância era um tanto atrevida, quando percebia alguma injustiça não tinha muitas barreiras que me impediam de expor meu ponto de vista, chegava a ser até hostil com alguns adultos, o que os incomodava bastante. Este comportamento fez com que minha mãe tivesse que ir à escola algumas vezes, ela e meu pai conversaram comigo e me ensinaram que existem formas mais assertivas de expressar a opinião. Na adolescência meu comportamento havia melhorado, pelo menos a dona Marli não ouviu mais reclamações a meu respeito. Contudo, a criatividade e motivação com os estudos não foram abaladas, gostava de aprender conteúdos novos e o relacionamento interpessoal continuava sendo uma paixão.

Aos dezesseis anos decidi cursar psicologia ao entender que esta seria uma carreira que me aproximaria da obra a qual Deus desenvolveria por meio da minha vida. A paixão pelos estudos psicológicos foi incrível, sendo difícil dizer o que me encantava mais. Contudo e por mais enigmático que fosse me interessei por duas áreas talvez distintas, a psicologia social e a clínica. A psicologia social me envolveu por sua capacidade de alcance e de crítica aos modelos de desigualdade social estabelecidos. A psicologia clínica por sua vez, me chamou a atenção por sua eficácia e resolutividade. Todavia, minhas escolhas sempre foram regidas pelas oportunidades que estavam ao meu alcance no momento. Sendo assim, após a conclusão da graduação em psicologia pela Unoesc-Universidade do Oeste de Santa Catarina em 2014, iniciei uma especialização em Psicologia Clínica: terapias cognitivas e comportamentais.

Concomitantemente aos estudos, aos vinte e um anos adentrei a carreira pública ao passar em concurso para a vaga de monitora social na Prefeitura Municipal de Chapecó. Esta experiência me fez vivenciar o cotidiano do serviço público suas mazelas e conquistas. Fazer parte do corpo de servidores públicos me ensinou muito sobre este sistema, percebi na prática que, por vezes, a organização do serviço público é regida a partir de princípios que mantém seus servidores inertes, apáticos, presos a meras tarefas determinadas por suas atribuições específicas, as quais, não lhes permitem inovar ou melhorar seu serviço.

Muitos servidores com boas intenções são tragados pelo vai e vem de anseios governamentais distintos que entram no serviço público impondo suas ideias, trocando

postos de trabalho, modificando fluxogramas, tratando-nos como peões em um jogo de xadrez. Percebi a face egoísta dos seres humanos perpetuadas no intuito político de apropriação dos recursos públicos em benefício próprio. Percebi que nós, servidores públicos, muitas vezes nos deixamos levar a ser o mínimo, visto a crueldade do jogo político, nos amedrontamos a sermos mais.

Após me graduar em Psicologia e sabendo ser o serviço público minha missão, iniciei uma busca por concursos públicos na área de Psicologia, e, no ano de 2017, aos vinte e seis anos, fui chamada para trabalhar no município de Irati – SC, como Psicóloga lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, mais especificamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

O CRAS é uma unidade pública, considerada a porta de entrada da assistência social, que tem por finalidade a promoção dos direitos de convívio familiar e comunitário, garantia dos direitos socioassistenciais e promoção da participação política das famílias referenciadas. O CRAS, com base nos princípios de matricialidade familiar e territorialidade, deve executar as funções de gestão territorial e a execução do Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF), (MDS, 2009, p. 20). O PAIF visa promover a autonomia, autoconhecimento e autoestima dos seus usuários com o fim de gerar o empoderamento necessário para o acesso aos direitos de cidadão (MDS, 2012, p. 51).

Para que o CRAS atinja seus objetivos é necessário o engajamento de todos envolvidos, com destaque ao trabalhador social que é o representante do Estado na proteção social vinculado aos serviços socioassistenciais. Freire reforça a importância do engajamento do coletivo para a mudança social e esclarece que para isso acontecer é necessário que haja um processo de conscientização do grupo sobre o contexto imposto por condicionamentos históricos, sociais e econômicos, bem como, compreender as medidas tomadas pelo Estado para a melhoria da condição socioeconômica dos cidadãos especificamente na área da Política de Assistência Social, a qual nos debruçaremos neste trabalho.

Contudo, em que pesem as intenções colocadas e que dão a direção ao trabalho social no CRAS, no âmbito da ação propriamente dita, muitos desafios são encontrados. Desde lacunas no processo de formação permanente dos trabalhadores da Assistência Social às dificuldades para a efetiva execução dos objetivos do CRAS permeados por uma base teórica sólida que abarque as questões conceituais do humano e do processo de humanização, o qual produza transformação social.

As formações dos profissionais que compõem a equipe dos CRAS não possuem obrigatoriamente um currículo que contemple, com exceção do assistente social, o estudo da Política de Assistência social como disciplina na matriz curricular. Os profissionais que compõe a equipe do CRAS são: assistente social, psicólogo (preferencialmente) e mais dois profissionais de nível de ensino médio (NOB-SUAS/RH, 2006, p. 19). Fizemos uma pesquisa online na matriz curricular de nove cursos de graduação em psicologia de universidades federais de nove estados brasileiros e constatamos que nenhum dos cursos possui uma disciplina nomeada de Política de Assistência Social e apenas cinco universidades ofertam disciplinas intituladas de Políticas Públicas. Da mesma forma o currículo do ensino médio brasileiro não contempla o estudo da política pública de assistência social (BNCC, 2017). Também não há uma capacitação mínima obrigatória sobre a Política de Assistência Social para o exercício do trabalho social neste contexto. Por mais que existam iniciativas das três esferas de governo no sentido de promover capacitações, não há garantia de que os profissionais que atuam com a política de Assistência Social tenham conhecimento adequado sobre a política.

As lacunas de formação dos trabalhadores da Assistência Social são preocupantes pois culminam em um desafio ainda maior, o de encontrar caminhos efetivos para o alcance de seus objetivos, a relembrar, promoção dos direitos de convívio familiar e comunitário, garantia dos direitos socioassistenciais e promoção da participação política das famílias referenciadas (MDS, 2009). Este desafio é o cerne do trabalho social no CRAS, descobrir caminhos efetivos para a promoção do protagonismo social, ou seja, atuar intencionalmente para o desenvolvimento de sujeitos (usuários do CRAS), autônomos no sentido de capacidade de auto conduta, consciência de si no mundo, investigador e produtor de mudanças na prática social, nos contextos em que se acha imerso, com capacidade de compreensão e crítica sobre seu território e para além dele, compreendendo que seu território está, como ele, marcado pelas circunstâncias históricas (políticas, culturais, econômicas) produzidas na complexidade das relações sociais. Para tanto, é imprescindível que o trabalhador que atua no CRAS tenha clareza deste papel e da estrutura de execução já posta na legislação da Assistência Social.

Descobrir caminhos para a efetivação dos objetivos do CRAS perpassa obrigatoriamente pelo conhecimento o mais próximo e profundo possível do território onde este se insere. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) descreve que é público de atendimento do CRAS grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade social, como grupos estigmatizados devido a condições financeiras,

étnicas, etárias, gênero, deficiências, precário acesso aos direitos sociais e vínculos familiares e comunitários fragilizados (PNAS, 2005, p. 33). Buscar um conhecimento mais profundo sobre a população do território do CRAS sem clareza e apoio em uma teoria sólida sobre o conceito de humano implica, a nosso ver, em prejuízo para a política de assistência social que se autoproclama promotora de protagonismo social. É nesta perspectiva que visualizamos a necessidade de aprofundamento, não apenas dos documentos legais da Assistência Social, mas também em uma teoria que ofereça suporte teórico e interdisciplinar ao trabalho realizado no CRAS.

Os desafios dos trabalhadores do CRAS, ou seja, nossos desafios, foram expostos como uma forma de crítica para a mudança, contudo, reconhecemos os grandes avanços da assistência social no Brasil e compreendemos os objetivos do CRAS e a sua finalidade como uma estratégia valiosa à transformação social. Nosso trabalho é belo, pois somos o próprio Estado agindo em favor dos mais necessitados. Somos a esperança viva de momentos melhores e mais dignos. Todavia, frente aos desafios postos no contexto do trabalho no CRAS, encaramos ser necessário saber mais, ser necessário compreender melhor como chegar de fato a executar esta tarefa tão importante, a tarefa de promover o Protagonismo social e garantia de direitos das famílias referenciadas ao CRAS. Este anseio me fez buscar ajuda na universidade.

Há um consenso explícito ao pensar a educação como fator gerador de mudança, estudiosos da teoria da aprendizagem afirmam majoritariamente que o aprendizado é um processo que leva o cidadão de um nível de conhecimento superficial a um nível de conhecimento mais complexo. Esta ideia de transformação ultrapassa as barreiras da inteligência acadêmica e invade a concepção de educação como um fator gerador de mudança social. Foi nesta perspectiva que busquei no Programa de Pós-Graduação Mestrado em educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó – SC auxílio para descobrir caminhos científicos para elevar o patamar de atuação do CRAS e atendimento das famílias nele referenciadas com o fim qualificar o trabalho social ofertado nos CRAS.

Um objetivo um tanto quanto ousado quanto este, de aprofundar o estudo de caminhos teóricos para a efetivação dos objetivos do CRAS, não poderia se dar com repertórios de autores menos renomados, assim Paulo Freire pode nos ajudar nesta jornada. Paulo Freire, um educador por essência, foi um guerreiro de nossa nação, lutou pela justiça, lutou pelos que necessitavam, lutou pelo acesso ao direito de alfabetização,

pelo direito a educação, pelo direito de ter voz, lutou com esperança, lutou pelo que acreditava ser humano, lutou para *Ser Mais*, e não lutou para *Ser Mais* sozinho, mas, para que fossemos mais. Seu trabalho repercute nos dias atuais, após anos de sua morte, com impactantes rajadas de esperança aqueles que também anseiam por *Ser Mais*. É com este foco que visou em um aprofundado estudo bibliográfico encontrar nas obras de Paulo Freire caminhos possíveis para a qualificação do trabalho social no âmbito do CRAS.

Do encontro entre minha trajetória e minhas angústias na vivência do trabalho social no CRAS e Paulo Freire, nasce o problema do qual me ocupo nesta pesquisa, “Que contribuições o pensamento freireano pode trazer para o trabalho social no CRAS?”. Determinada a encontrar os caminhos que vim buscar, passo a descrever os caminhos metodológicos que trarão forma a este trabalho, iniciando pela exposição da relevância social e acadêmica desta pesquisa.

## 1.1 CONSTRUINDO A RELEVÂNCIA SOCIAL NA BUSCA EM BASES DE DADOS

Embora pareça ser óbvia a relevância social desta problemática, vale ressaltar que, uma vez que este trabalho busca subsídios teóricos e metodológicos para o aperfeiçoamento do trabalho exercido no CRAS, com o fim de promoção do protagonismo social, eleva as chances de efetivação da participação democrática da população nas políticas públicas e garantia de acesso aos direitos do cidadão.

Pensar novas contribuições para a atuação dentro de um serviço público é pensar a melhoria de atendimento para o coletivo, almeja-se com esta pesquisa identificar novas formas de fomento a autonomia do cidadão, de acessar seus direitos mostrando-lhes esta capacidade e enfraquecendo a visão da Assistência Social como assistencialista. Ou seja, busca-se encontrar caminhos teóricos para a problematização das ações de empoderamento do cidadão enquanto ser humano capaz de modificar sua história.

Academicamente esperamos aprofundar o diálogo a partir da teoria já consolidada de Paulo Freire no contexto da Política Nacional de Assistência Social. Vale ressaltar que a intenção desta pesquisa não é criar teorias novas mas sim, compreender com profundidade a teoria de Paulo Freire bem como os aspectos constitutivos do CRAS para, a partir disso, criar possíveis aplicações teórico metodológicas para o aprimoramento do serviço prestado à população. Frente a isto, salientamos que o destaque e diferencial acadêmico de nossa pesquisa está no contexto de aplicação da teoria, sendo a teoria de



Paulo Freire estudada a fim de buscar nela aplicabilidade para o trabalho social no CRAS especificamente.

Em julho de 2019 realizamos uma pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) com o objetivo de encontrar estudos acadêmicos relacionando Paulo Freire com o trabalho social do CRAS, através da busca com o descritor “Paulo Freire”. Para isso foram analisados os títulos dos trabalhos encontrados. Foram encontrados 4.181 trabalhos, destes foram analisados os primeiros 220 trabalhos totalizando o valor de 5% dos trabalhos encontrados. Observou-se que dos 220 trabalhos apenas 1 tinha relação direta com o trabalho social declarado no título.

Sem a pretensão de violar o caráter interdisciplinar do CRAS, este trabalho visa traçar pontos de discussão para a qualificação dos serviços por este equipamento de política pública. É por isso, que neste trabalho abordaremos a ação do trabalhador social do CRAS, e não o psicólogo, assistente social, administrador ou outro profissional em específico, mas o trabalho social compreendido como um trabalho multiprofissional e interdisciplinar. Pensar em alternativas eficientes para o trabalho social no CRAS é pensar a interação entre teorias exitosas as quais devem ser aplicadas livres de rotulagens ou limitações de áreas específicas do conhecimento. Ademais esta pesquisa visa apresentar os principais documentos legais que regem o trabalho social do CRAS proporcionando ao leitor maior familiaridade com os princípios e diretrizes do CRAS.

A carência de estudos dedicados ao tema somada aos desafios enfrentados pelo trabalho social no CRAS constituem assim, a relevância social desta pesquisa e justificam nossos esforços na direção desta problemática por meio da investigação, do aprofundamento e compreensão do pensamento freireano, contribuir para o avanço da ciência na área, por um lado e, por outro, contribuir na construção de bases teóricas que façam do trabalho social, um trabalho de libertação.

## 1.2 A PERGUNTA E O ACERCAMENTO METODOLÓGICO

De acordo com Bachelard (1996, p. 18) “O espírito científico caracteriza-se pelo problema, pois todo conhecimento é a resposta de um problema”. Nosso problema consiste em: que contribuições o pensamento freireano pode trazer para o trabalho social no CRAS?. Sendo norteado pelas seguintes questões de pesquisa: a) Em que medida a política expressa nos documentos orientadores do CRAS, pode se beneficiar do

pensamento freireano? b) Na amplitude do pensamento freireano, que elementos podem sustentar e orientar o trabalho social que se desenvolve no âmbito do CRAS, voltado para o protagonismo social?

Logo, o objetivo geral que nos mobiliza neste estudo é de identificar que contribuições o pensamento freireano pode trazer para o trabalho social no CRAS. O alcance de respostas possíveis a esse problema, pauta-se por questões de pesquisa que são, também, nossos objetivos específicos, e que procuram estabelecer diálogos possíveis entre Freire e a política do CRAS, organizados na seguinte sequência: a) Explicitar em que medida a política expressa nos documentos orientadores do CRAS, pode se beneficiar do pensamento freireano. b) Identificar elementos do pensamento freireano que contribuam para o trabalho voltado ao protagonismo social no âmbito do CRAS;

A pesquisa aqui projetada, dado às características que assume, filia-se a uma abordagem qualitativa de cunho exploratório, uma vez que, visa trazer maior familiaridade sobre o assunto, o aprimoramento dessas ideias, estímulo à compreensão bem como a construção de hipóteses (GIL, 2002, p. 41). Que no caso deste trabalho, nos parâmetros desta pesquisa constitui-se como uma afirmativa acerca das contribuições da teoria freireana para o trabalho social no CRAS, fundamentalmente no que se refere a fornecer elementos fortalecedores da ideia do trabalho social comprometido com o protagonismo dos sujeitos do serviço.

Em relação aos procedimentos técnicos utilizados, esta pesquisa classifica-se como pesquisa bibliográfica o que indica ser sua fonte e base de dados em coleta literária. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). Embora as pesquisas científicas em geral carreguem em si parcela da pesquisa bibliográfica, esta pesquisa utilizar-se-á exclusivamente deste procedimento visto a riqueza do material já elaborado sobre nossa problemática central. Neste sentido, acompanhamos Gil (2002, p. 45) ao revelar que “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Rauen (2002, p. 65) afirma que a pesquisa bibliográfica consiste “[...] na busca de informações bibliográficas relevantes para a tomada de decisão em todas as fases da pesquisa” e define seu fluxograma em três momentos, o levantamento das fontes de informação, o tratamento dos dados e a elaboração do texto científico. Compõem as

tarefas do momento de levantamento das fontes de informações a identificação, localização e compilação das fontes bibliográficas. Ou seja, neste momento será realizada uma listagem básica das obras que serão estudadas na pesquisa. Em nossa pesquisa realizaremos uma listagem seletiva a qual, conforme Bebbber e Martinello (1996, p. 43) apud, Rauen, (2002, p. 66), “consiste na escolha daquelas produções que tratam do assunto de forma mais pertinente com o assunto escolhido e com o ângulo previsto no plano”.

A construção do segundo capítulo deste trabalho objetiva situar o leitor a uma compreensão mais profunda sobre o que é o CRAS dentro da Política Pública de Assistência Social e assim, formar subsídios para o alcance do objetivo de “Explicitar em que medida a política expressa nos documentos orientadores do CRAS, pode se beneficiar do pensamento freireano”. Desta feita, buscaremos compilar os documentos legais que ampliam nossa compreensão sobre o que é o CRAS a partir de pesquisa prévia realizada na base de dados de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com o objetivo de identificar quais são os documentos oficiais utilizados para explicar o CRAS. A pesquisa foi realizada em junho de 2019 com o descritor “Centro de Referência da Assistência Social”. Foram encontradas 2304 publicações dos quais foram analisadas as primeiras 95. Das 95 publicações 18 estavam indisponíveis, 2 eram repetidas, 23 não se referia ao CRAS, 22 referia-se ao CREAS e 30 foram analisadas.

Dentre as 30 publicações analisadas serão expostos os documentos oficiais que apareceram em no mínimo duas publicações em ordem decrescente: “Política Nacional de Assistência Social (2004)” com referência em 18 publicações, “Orientações técnicas: Centro de Referência da Assistência Social (2009)” com referência em 13 publicações, “Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (2006)” com 11 referencias, “Tipificação nacional de serviços socioassistenciais (2009), com 9 referencias, “Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB/SUAS (2005) com 8 referencias, “Lei Federal n.º 8.742 (1993)” com 7 referencias, “Constituição Federal (1988)” com 5 referencias, “Orientações técnicas sobre o PAIF: trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (2012)” com 4 referencias, “Guia de Orientação Técnica – SUAS n.º 1, Proteção Social Básica de Assistência Social (2005)” com 3 referencias, “Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (2006), com

2 referencias, e por fim, “Orientações Técnicas Sobre o PAIF - O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (2012)” com 2 referências.

Através desta busca em base de dados podemos identificar quais são os principais documentos oficiais que regem a execução do CRAS e definimos estes como material base para a realização da revisão bibliográfica, juntamente com outros autores de referência na área como Paula (2013), Couto (2006), Mota (2008), entre outros, referente ao segundo capítulo desta pesquisa, o qual nos trará maior familiaridade com o contexto de nosso problema.

O terceiro capítulo deste trabalho buscará por meio do estudo da vida e obra de Paulo Freire subsídios para alcançar nosso objetivo específico de “Identificar elementos do pensamento freireano que contribuam para o trabalho voltado ao protagonismo social no âmbito do CRAS. Assim, a escolha do material base desta etapa volta-se sobre Paulo Freire e segue a lógica da listagem seletiva com vistas a estudar as obras que melhor respondem ao nosso problema de pesquisa, sendo estas obras originais de Freire, a saber: Educação como prática da liberdade (1967), Pedagogia do oprimido (1970) Extensão ou comunicação? (1971), Ação cultural para a liberdade e outros escritos (1976), Educação e Mudança (1979), Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido (1992), Política e educação (1993) e Pedagogia da autonomia (1996). E também bibliografias e obras de comentadores de Paulo Freire, como, Gadotti (1996), Souza (2015), Dickmann e Dickmann (2020), entre outros.

Enfim, o quarto capítulo será nossa análise de dados que, por sua vez, converge ao objetivo geral de identificar que contribuições o pensamento freireano pode trazer para o trabalho social no CRAS, realizada por meio da estratégia da análise de conteúdo, uma abordagem metodológica amplamente utilizada como técnica de análise de dados em pesquisas qualitativas nas investigações sociais. Por meio da análise de conteúdo o pesquisador torna-se capaz de extrair de uma gama de documentos escritos uma compreensão a nível científico. A análise de conteúdo oferecerá informações complementares dos documentos base de pesquisa, pois, ao passarem por um processo sistemático de descrição e interpretação, ampliarão os conhecimentos da área estudada (MORAES, p.02, 1999).

Segundo Bardin (1977, p. 95) o método da análise de conteúdo é organizado cronologicamente em três momentos, primeiramente constitui-se pela pré-análise, em segundo lugar realiza-se a exploração do material e o terceiro momento realiza-se o

tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A pré-análise é composta pela definição dos documentos a serem pesquisados, a elaboração de hipótese e dos objetivos. Desta feita, iniciamos nossa análise de dados concomitantemente ao momento que estabelecemos nossa hipótese inicial de que Paulo Freire tem muito a contribuir com o desenvolvimento do trabalho social realizado no CRAS. Na sequência elaborou-se o nosso objetivo geral “identificar que contribuições o pensamento freireano pode trazer para o trabalho social no CRAS” o qual visa validar esta hipótese e trazer delineamento para a escolha dos documentos a serem analisados. Sendo assim, escolhemos, conforme já exposto acima, os documentos legais que organizam o trabalho social no CRAS e livros exclusivos de Paulo Freire que nos oferece base de entendimento de sua vida e teoria.

No momento da exploração do material o pesquisador realizará a descrição analítica dos documentos escolhidos seguindo a estrutura lógica definida na pré-análise, com vistas a realização da definição das categorias caracterizadas por diferenciações e reagrupadas por analogias. Ao final deste momento o pesquisador terá identificado as unidades de contexto as quais facilitarão o estudo aprofundado das mensagens contidas nos documentos (URQUIZA; MARQUES, 2016, P. 118). Nesta pesquisa o momento da exploração do material será descrito no segundo e no terceiro capítulo onde serão expostas as categorias explicativas do CRAS e de Freire.

O terceiro momento consiste no tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação é a fase final da pesquisa onde o pesquisador trabalhará com os resultados brutos da pesquisa e trará à tona seus significados essenciais para a comprovação ou não da hipótese. Para tal permite-se estabelecer formas de apresentação dos resultados como diagramas, figuras, entre outros, pois, “o analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (Bardin, 1977, p. 101). Neste trabalho especificamente utilizaremos três grandes categorias de análise para a explicitação de nossa interpretação em relação às contribuições do pensamento freireano ao trabalho social no CRAS, a saber: a) Dimensão ontológica; b) Dimensão ética e política e; c) Dimensão metodológica e proposta de intervenção. Para realização da análise em diálogo com os conteúdos dos capítulos anteriores ainda utilizamos o apoio em outros autores contemporâneos como Oliveira, K. S. A. *et. al.*, Amorim, K. M. O.; Oliveira, I. F., entre outros.

Desta forma, e de acordo com a metodologia exposta acima, os resultados alcançados por esta trajetória de pesquisa, estão aqui organizados em cinco capítulos: No primeiro a introdução; no segundo capítulo trata do histórico da Política de Assistência Social e os marcos legais que fundaram e regulamentam o CRAS; no terceiro capítulo adentraremos ao estudo da vida e obra de Paulo Freire, com ênfase a sua teoria da libertação e método; no quarto capítulo, buscamos evidenciar os elementos contributivos do pensamento freireano para a proposta do trabalho social do CRAS, e; no quinto capítulo serão expostas nossas considerações finais.

## **2 A DESIGUALDADE SOCIAL NA FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO, POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CRAS**

A assistência social surge da necessidade do povo, das injustiças, da inacessibilidade de direitos, da negligência designada a uma parcela da população que não tem voz nem participação. Surge da desigualdade social. A desigualdade social no Brasil, fortemente marcada pela desigualdade de renda, é alarmante, o texto da Política Nacional de Assistência Social (2005, p.18) relata que “O Brasil apresenta um dos maiores índices de desigualdade do mundo, quaisquer que sejam as medidas utilizadas”. Ainda, segundo a Fundação Getúlio Vargas, em 2019 o Brasil atingiu o maior índice em desigualdade de renda desde 2012. Este dado não é fruto de uma tragédia atual ou inoportuna calamidade. A desigualdade social é um fenômeno que esteve presente no início da formação do povo brasileiro, sofreu transformações, porém, permanece presente nos dias atuais. Através da história de nosso país, podemos perceber aspectos culturais, econômicos e políticos que deixaram o legado da desigualdade social.

A política Pública de Assistência Social é uma estratégia de ação contra a desigualdade social, que ao reconhecer os direitos sociais do cidadão como responsabilidade primária do Estado, buscou por diretrizes legais para a garantia de uma vida mais digna à população. A Constituição Federal de 1988 marca o início desta trajetória que se estende a formulação e aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) promulgada em 1993, onze anos depois é elaborada a Política Nacional de Assistência Social que discorre mais detalhadamente sobre os serviços socioassistenciais, diferenciando dentro da Assistência Social a Proteção Social Especial e a Proteção Social Básica a qual situa o Centro de Referência de Assistência Social, o CRAS, nosso contexto de pesquisa.

A partir desta introdução apresentaremos a seguir o segundo capítulo desta dissertação que está composto em três tópicos: a) Desigualdades sociais na formação do povo brasileiro e a Política Pública de Assistência Social; b) A Política Pública de Assistência Social e o CRAS: Marcos legais e o desafio da participação social, e; c) O CRAS: Princípios, funções específicas e a necessidade de aprofundamento científico nas possibilidades de abordagens metodológicas.

## 2.1 DESIGUALDADES SOCIAIS NA FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO E A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A desigualdade social é um fenômeno registrado desde os primórdios da formação do povo brasileiro, observa-se com clareza os extremos de dominação e de opressão. De um lado os portugueses que enxergaram no território brasileiro uma oportunidade de obtenção de lucros através da exploração de matérias primas, e de outro lado povos locais dizimados por estarem em desacordo, acompanhados pela grande massa de africanos transportados para o Brasil como escravos. A dominação europeia está registrada em nossa história de forma brutal, um comportamento cruel justificado por uma concepção de inferioridade dos povos dominados. Esta dualidade foi mantida através de crenças de inferioridade e incapacidade inculcadas no povo brasileiro.

A dominação cultural responde pela ganância do homem que em busca de lucro financeiro passa por cima de povos já instalados no Brasil. A teoria onde vence o mais forte reinou e reina em nossa sociedade. A história nos mostra que a força do mercado e a economia tem sido o mais forte, subjugando valores humanos e éticos. As transformações econômicas no Brasil retratam sua força ao direcionar uma nação a seu favor. Desta forma, os aspectos econômicos da formação brasileira direcionaram as rédeas da sociedade sendo a política e o Estado coniventes com seus princípios de valorização do ter sobre o ser. A política na história da formação do Brasil não passou de negociações entre o alto escalão da sociedade sendo o povo excluído de qualquer tipo de participação. No primeiro tópico deste capítulo buscaremos apontar aspectos culturais, econômicos e políticos que influenciaram o fortalecimento da desigualdade social na formação do povo brasileiro.

Darcy Ribeiro (1995) busca entender a formação cultural do povo brasileiro ao descrever a miscigenação ocorrida entre os povos que viviam nesta terra, ainda não chamada de Brasil, e seus novos moradores. Tais moradores que carregam os mais diversos adjetivos, invasores, desbravadores, visitantes, escravos, imigrantes, entre outros. Foi a integração entre os índios, portugueses, africanos, japoneses, árabes, alemães, italianos, etc. que formaram o “povo brasileiro”. Desta integração destaca-se o protagonismo dos portugueses que adentraram ao Brasil tornando-o uma colônia para a expansão europeia.



Em análise ao processo da interculturalidade Fleuri (2003) ratifica o determinismo da cultura europeia em detrimento das demais no período colonial. A dominação cultural europeia subjuga as demais culturas como inferiores, o que justifica a colonização cultural. No extremo oposto da dominação europeia encontra-se outro destaque da formação cultural brasileira, a escravidão. O modelo social escravocrata teve fortes influências à marginalização de parcela da população. A escravidão brasileira sustentou por muito tempo as bases da estrutura social e seus resquícios são perceptíveis no afastamento de maior parcela da população de descendência africana no acesso aos direitos.

Carvalho (2008) relata que durante o período de escravidão no Brasil os escravos eram equiparados a animais. Os escravos não possuíam direito algum, nem mesmo as condições básicas de sobrevivência, eram propriedade de seus senhores, não tinham direito a propriedade, a liberdade e nem a vida. Os escravos dependiam de seus senhores para alimentação, moradia, trabalho e proteção. A estrutura social de escravidão era uma condição comum, havia escravos em todas as atividades rurais e urbanas. Esta condição era tão comum que, mesmo após a liberdade, alguns ex-escravos adquiriam escravos para si, perpetuando a cultura da escravidão com naturalidade.

[...] havia escravos em todas as atividades, inclusive urbanas. Nas cidades eles exerciam várias tarefas dentro das casas e na rua. Nas casas, as escravas faziam o serviço doméstico, amamentavam os filhos das senhas, satisfaziam a concupiscência dos senhores. Os filhos dos escravos faziam pequenos trabalhos e serviam de montaria nos brinquedos dos sinhozinhos. Na rua, trabalhavam para os senhores ou eram por eles alugados. Em muitos casos, eram a única fonte de renda de viúvas. Trabalhavam de carregadores, vendedores, artesãos, barbeiros, prostitutas. Alguns eram alugados para mendigar. Toda pessoa com algum recurso possuía um ou mais escravos. O Estado, os funcionários públicos, as ordens religiosas, os padres, todos eram proprietários de escravos. Era tão grande a força da escravidão que os próprios libertos, uma vez livres, adquiriam escravos. A escravidão penetrava em todas as classes, em todos os lugares, em todos os desvãos da sociedade [...] (CARVALHO, 2008, p. 20).

Para Silva e Tobias (2016) as desigualdades nas condições de vida e de acesso ao direito dos negros permaneceram mesmo após a abolição da escravatura “[...] a transição da sociedade escravocrata para a sociedade de classes não foi capaz de promover mudanças significativas que desorganizassem o sistema de relações sociais característico da escravidão” mantendo as tradições, valores, ideologias e padrões de relacionamento específicos da sociedade escravista. Os autores relatam estudos que afirmam ser a pobreza e a desigualdade os principais fatores de marginalização do negro.

O legado da escravidão brasileira afastou e historicamente tem dificultado o acesso e a ascensão de parcela da população aos direitos sociais. A discriminação racial, apesar de permanecer ao longo da história, tem sofrido mutações. O preconceito racial transforma-se em um preconceito de classes. Nesta perspectiva o pobre passa a ser excluído do acesso aos direitos e bens de consumo. Todavia, a população pobre é justamente, em sua maioria, formada por negros.

[...]a discriminação racial não se extinguiu com o fim da escravidão. Ao contrário, ela atualmente serve como um meio de direcionar aos brancos a quase exclusividade dos recursos e das posições sociais mais valorizadas. Com isso, a persistência da discriminação racial faz com que a mobilidade social dos negros fique prejudicada, mantendo-os, em grande número, nas camadas mais baixas da sociedade (SILVA; TOBIAS, 2016).

Os fatores culturais, citados acima, observados na história brasileira, a começar pela dominação cultural europeia, naturalização da cultura de escravidão no Brasil, exclusão de classes ao acesso aos direitos e a imposição cultural, comungam de uma ambição em comum: a obtenção e manutenção do poder por meio da dominação cultural em prol do lucro econômico acima dos direitos básicos do cidadão.

Ressaltamos que a sociedade brasileira formou-se sobre as bases do sistema de trabalho e de produção vigente de cada época. De 1500 a 1822 o Brasil vivenciou o período colonial caracterizado pela exploração de matéria prima e dependência econômica da coroa portuguesa. Posteriormente na época do Brasil Império de 1822 a 1889 a economia brasileira era voltada para a agro exportação sustentada pela mão de obra escrava (FURTADO, 1999). Ao final deste período observou-se uma tímida entrada da indústria que teve seu ápice no século seguinte na chamada “Era Vargas”. A industrialização e consecutivamente o grande aumento da população urbana ocasionou o crescimento da demanda social em relação principalmente ao transporte, infraestrutura e habitação (CROCE, 2015).

Atualmente o sistema capitalista estabelecido no Brasil mantendo sua cultura de acumulação acima dos valores humanos, com fortes influências da globalização e de novas tecnologias de mercado, tem se comportado como um dos maiores vilões da exclusão social, visto a precarização do trabalho bem como a massa de trabalhadores de reserva que se há criado, o que Mota (2008, posição 3271) apresenta como “massas de trabalhadores supérfluos para o capital”.

As condições atuais do capitalismo contemporâneo, com a globalização financeirizada dos capitais e sistemas de produção, apoiados fortemente no desenvolvimento tecnológico e de informação, promovem intensas mudanças nos processos de organização e nas relações e vínculos de trabalho. São contextos que geram processos continuados de informalização e flexibilização expressos por trabalhos terceirizados, subcontratados, temporários, domésticos, em tempo parcial ou por projeto, para citar apenas algumas das diferentes formas de precarização a que estão submetidos os trabalhadores no mundo do trabalho. São transformações que atingem duramente o trabalho assalariado, sua realização concreta e as formas de subjetivação, levando a redefinições dos sistemas de proteção social (COUTO, 2010, posição 1206).

O desenvolvimento econômico do Brasil desde o princípio foi caracterizado por elementos de exploração os quais com o tempo foi se transformando a um disfarce de “liberdade” de classes. As transformações econômicas foram os alicerces centrais do desenvolvimento social e político brasileiro. Assim, os aspectos políticos são conformados aos interesses econômicos, sendo os benefícios à população uma repercussão ocasional e jamais registrada na história como prioridade.

Vejam, desde o período de colonização do Brasil, passando pela independência brasileira e seu período de império, nosso país foi marcado pelo estado absolutista, com poderes delegados aos grandes proprietários de terra que regiam seu território como melhor lhe provinha, não existia república no Brasil ou seja, não havia sociedade política organizada (CARVALHO, 2008). Assim, a participação do povo na política era inexistente. Ressaltamos que até a independência do Brasil não foi uma genuína luta do povo e sim um acontecimento decorrente de uma negociação entre a corte portuguesa e a elite do Brasil, sendo o povo meros telespectadores deste tramite. Usando as palavras de Ribeiro (1995, p. 452) “[...] não há, e nem nunca houve, aqui um povo livre, regendo seu destino na busca de sua própria prosperidade [...]”.

Mesmo com a proclamação da república em 1889 rompendo-se com a relação do Estado Imperial onde estabeleceu-se os poderes executivo, legislativo e judiciário, não houve uma grande percepção da participação popular, visto que o regime republicano baseou-se na sucessão presidencial entre os dois maiores polos econômicos do país, São Paulo e Minas Gerais (FAUSTO, 1995). As lutas políticas caracterizavam-se em disputas de poder entre as elites do restante do país que notou-se excluída do poder federal, então, através do movimento revolucionário em 1930, Getúlio Vargas, um gaúcho, assume a presidência brasileira.

Romanelli (2014) pontua a revolução de 1930 como um conjunto de movimentos que promoveram mudanças políticas e econômicas abalando a ordem social oligárquica

com vistas a implantação do capitalismo. A velha ordem oligárquica latifundiária perde espaço para o desenvolvimento industrial favorecendo a burguesia e o capital internacional. Neste período observou-se uma ligeira demonstração dos movimentos sociais frente as condições de trabalho instauradas através do desenvolvimento industrial.

Em 1964 iniciou no Brasil a ditadura militar caracterizada por uma sucessão presidencial não democrática entre generais. A plataforma de governo afirmava-se sobre o desenvolvimento econômico através da facilitação do investimento estrangeiro com negligência às exigências sociais, o que provocou o aumento das desigualdades e injustiças sociais. A ditadura representou um período de restrição dos direitos conquistados até então, bem como, um forte perfil de violência frente a manifestações arbitrárias ao governo. Este aspecto, parece ter fomentado na população um despertar na luta pela justiça, o qual levou a gradativa perda de prestígio da ditadura e em 1985 João Figueiredo foi o último general a comandar a ditadura, antes de sua queda (SCHWARCZ, 2015).

Com este breve retorno ao processo histórico podemos verificar alguns dos aspectos culturais, políticos e econômicos contingenciares do desenvolvimento da desigualdade social brasileira. Percebemos ainda como a noção de direitos durante a história foi insipiente com processos vagarosos de conquista, os quais não indicam iniciativa popular. Neste ponto vemos a história mostrando a inexperiência democrática da população, sua submissão e inatividade aos processos de organização da sociedade.

A sociedade fechada latino-americana foi uma sociedade colonial. Em algumas formas básicas de seu comportamento observamos que, geralmente, o ponto de decisão econômica desta sociedade está fora dela. Isso significa que o ponto de decisão está dentro de outra sociedade. Esta é a sociedade matriz: Espanha ou Portugal em nossa realidade latino-americana. Esta sociedade matriz é a que tem opções; em troca as demais sociedades somente recebem ordens. Assim é possível falar de “sociedade-sujeito” e de “sociedade-objeto”. Esta última opera necessariamente como um satélite comandado pelo seu ponto de decisão: é uma sociedade periférica e não reflexiva (FREIRE, 2011c, p. 43).

O insipiente processo de conscientização do povo em relação aos seus próprios direitos sociais tornou-se aparente em meados do século XX com a expressividade das demandas sociais decorrentes das transformações do trabalho frente ao sistema capitalista, onde a classe trabalhadora inicia movimentos de reivindicação por condições mais dignas de trabalho. Neste momento o Estado percebe a necessidade de aquietar ou amansar as massas trabalhadoras para a manutenção da ordem capitalista. Assim insere

estratégias fragmentadas e pontuais para diminuir os conflitos entre trabalhadores e capital.

Como resposta às desigualdades sociais trazidas pela expansão do sistema capitalista, que reconhece o crescimento da pobreza como consequência inerente e necessária ao desenvolvimento econômico, a classe trabalhadora se organiza em movimentos populares para reivindicar melhores condições de vida, o que se configura, para a classe burguesa, em uma ameaça crescente à ordenação social constituídas pelas conveniências do sistema vigente. Eis aí, a “questão social” que primeiramente não passou de um “*caso de polícia*”, sendo enfrentada apenas pela repressão/punição policial, o que não foi suficiente para acompanhar a dimensão que as expressões da questão social foram atingindo na história da sociedade capitalista. Logo se fez necessário que o Estado burguês pensasse em uma estratégia política para minimizar os conflitos entre o capital e trabalho, sendo que também se percebeu a necessidade de incorporação pelo Estado de algumas reivindicações populares, desde que estas não se chocassem com os interesses do capital (ALVES, 2008, p.38).

Desta feita, o Estado buscou ao máximo ignorar a questão social e deixar esta responsabilidade para a sociedade civil em um apelo à solidariedade da nação. Frente a isso, as instituições de assistência que visavam o amparo aos pobres e carentes, constituíram-se “boas ações” sem relação de direito. Outras instituições começam a se levantar em prol da questão social, como, a criação das escolas de serviço social em 1936, vinculadas a igreja católica, criação da LBA em 1942, apoiada pelo governo, porém com baixo nível de responsabilização do Estado. A questão social é fortalecida também com a declaração universal dos direitos humanos, proclamada em 1948, o que traz novas perspectivas em relação aos direitos sociais.

A luta pelos direitos de cidadania e democracia se fortaleceram com a conquista pelas eleições diretas e a aprovação da Constituição Federal de 1988. A Constituição de 88, também chamada de “Constituição Cidadã”, trouxe ao país uma nova esperança para a efetivação da democracia e do compromisso do estado com a garantia dos direitos sociais. Inicia-se uma nova fase de conquistas, o povo brasileiro começa tardiamente a perceber que pode através dos meios legais exigir mudanças e melhorias nas condições de vida da coletividade. (SCHWARCZ, 2015).

Percebemos com este breve retorno a nossas origens, o legado da discriminação racial, da discriminação de classes e da crença na inferioridade das pessoas pobres. No extremo oposto observamos a dominação cultural e a manobra de massas por meio de ideologias inclinadas ao benefício econômico acima da dignidade do ser humano. Percebemos que os marcos políticos da história brasileira nos chamam a atenção ao fato

de que as transformações políticas em sua grande maioria não foram de iniciativa popular, ou para um genuíno benefício da maioria, mas sim negociações de poderes fora do alcance do povo. Entender as características da formação do povo brasileiro é fundamental para a compreensão do desenvolvimento da desigualdade social, e por sua vez, do desenvolvimento de tentativas de transformação desta situação, sendo a assistência social uma delas.

A Assistência Social surge neste contexto de desigualdade social, de dominação, opressão, injustiças e de negligência às necessidades mínimas a sobrevivência de muitos. Um contexto marcado pela contraditória concepção de que uns são melhores e mais merecedores da vida e da riqueza a qual dela emana do que outros. Uma sociedade que se organizou politicamente para o benefício de poucos com exclusão de acesso ao direito de muitos. Paula (2013, p.15) afirma que “A história da Assistência Social se mistura a própria história do clientelismo, do patrimonialismo, do fisiologismo político, do coronelismo, do mandonismo e da cultura subalterna presentes em nossa formação sociohistórica”.

## 2.2 A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CRAS: MARCOS LEGAIS E O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A indignação pela injustiça instaurada no Brasil foi o embrião da Assistência Social a qual se desenvolveu em entidades de caridade e religiosas sem vínculo com o Estado. O Estado, por sua vez, se esquivou o quanto pode da responsabilidade de proteção social de seu povo. Este percurso explica o enraizado paralelo entre o assistencialismo e a Assistência Social. Entender que o assistencialismo é antecessor a Assistência Social enquanto política pública é essencial, e entender a Assistência Social como assistencialismo é um retrocesso.

O assistencialismo é uma prática de ajuda em favor de alguém, uma doação ou caridade a qual não proporciona necessariamente ao favorecido um processo de crítica ou de apropriação de direitos. Freire (2011b, p. 79) compara o assistencialismo a uma falsa ajuda que mantém o povo na condição que se encontra. A Assistência Social, por sua vez, é uma política pública, um direito constitucional garantido ao cidadão que dela necessitar, é dever do Estado prestar um serviço comprometido com a promoção do protagonismo

social. Paula (2013, p. 25) refere-se à Assistência Social como essencialmente transformadora com primazia da emancipação humana.

A dinâmica da gestão pública observada historicamente indica a resistência do Estado em assumir a responsabilidade pela questão social por meio do sucateamento das organizações estatais de assistência social restando à solidariedade da sociedade civil o apoio às problemáticas sociais. A negligência do Estado retardou a aparição da Assistência Social como Política Pública e consolidou no Brasil uma ideologia assistencialista a qual distancia o protagonismo social. Todavia, o percurso dos movimentos sociais contra a cultura assistencialista culminou no reconhecimento da Assistência Social enquanto Política Pública (PAULA, 2013, p.41).

A Constituição Federal de 1988 foi o marco zero do processo de construção da Assistência Social enquanto Política Pública de direito, seguida pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), aprovada em 1993, que regulamenta a Assistência Social como um direito não contributivo e que atenta para a defesa dos direitos civis, políticos e sociais de cidadãos em situação de vulnerabilidade. Com o fomento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social de 2003, em 2004 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social que delinea a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) o qual esquematiza a prestação de serviços e benefícios da Assistência Social. Este processo instaura a responsabilidade do Estado na promoção do protagonismo do cidadão na construção de uma sociedade democrática (PAULA, 2013). Nos próximos parágrafos iremos apresentar mais especificamente o conteúdo de cada marco legal descrito acima.

A Constituição Federal de 1988 é a sétima constituição promulgada no Brasil sendo está a lei máxima brasileira, ou seja, seu texto comporta as leis que organizam o funcionamento do país, a partir da Constituição deriva-se as demais leis regulamentadoras e específicas de cada área. A Constituição Federal de 1988 foi resultado de um processo de reformas em busca da ampliação da democracia brasileira. Conhecida como “Constituição Cidadã” devido a inédita participação de movimentos populares a sua formação o texto da Constituição deu-se após amplas discussões advindas de audiências públicas, sugestões foram levantadas e minuciosamente estudadas e resumidas à organização do anteprojeto que sofreu inúmeras modificações até sua redação final apresentada e aprovada em 1988 (COUTO, 2006, p.154).

A Constituição de 88 representou, além de um avanço da participação popular, importantes mudanças na concepção e configuração na área dos direitos de cidadania (direitos civis, políticos e sociais) com destaque aos direitos sociais. A assistência social, anteriormente negada pelo Estado, é reconhecida como uma política social de natureza pública e passa a compor o sistema de seguridade social brasileiro, juntamente com a saúde e previdência social. Ou seja, a Constituição reconhece as desigualdades sociais e compete sua solução à responsabilidade do Estado (COUTO, 2006, p.140). A assistência social é abordada no texto da Constituição em seus artigos 203 e 204 os quais descrevem:

Artigo 203 – A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II) o amparo à crianças e adolescentes carentes;
- III) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV) a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V) a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provido por sua família, conforme dispuser a lei.

Artigo 204 – As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no artigo 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

- I) descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e a execução dois respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;
- II) participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (Brasil, 1988).

Os artigos 203 e 204 da Constituição trazem significativas mudanças em relação à assistência social, com destaque a perspectiva não contributiva de seus serviços, sendo suas ações prestadas gratuitamente a todos que dela necessitar. E a participação popular por meio de entidades representativas as quais recebem a responsabilidade do controle e avaliação das ações realizadas no âmbito da assistência social.

A Constituição Federal de 88 estabelece base para a elaboração de leis mais específicas que regulamentem e organizam a ação do Estado em relação a assistência social prestada ao cidadão. Desta forma, em 1993, cinco anos após a promulgação da Constituição Federal de 88, é encaminhado ao Congresso a Lei nº. 8.742/93 de regulamentação da assistência social como política social (COUTO, 2006, p.140).

A lei nº 8.742 de 7 de Dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social, amplamente conhecida por sua abreviação, LOAS, é a lei que organiza



a ação da Assistência Social descrita na Constituição Federal de 88. A LOAS está disposta em 42 artigos incluídos em seis capítulos que definem seus objetivos, princípios, diretrizes, organização, constituição das ações socioassistenciais (benefícios, serviços, programas e projetos), formas de financiamento e por fim, as disposições gerais.

Em seu primeiro capítulo “Das definições e Objetivos” a LOAS define a Assistência Social como direito de proteção social do cidadão, onde lhe é garantido o atendimento às necessidades sociais básicas, tais como, alimentação, higiene, moradia, participação social, educação e saúde. Se por um lado a Assistência Social é direito do cidadão, do outro, é dever do Estado. Responsabiliza-se o Estado pela garantia de condições dignas de vida a seu povo, através de um conjunto de ações públicas interligadas e ofertadas à população de forma gratuita.

A LOAS ratifica o caráter não contributivo da Assistência Social descrita no artigo 203 da Constituição de 88 e replica seu objetivo no que tange a proteção social voltada especialmente, mas não exclusivamente, à família, à maternidade, à infância, à pessoa deficiente e à velhice. Acrescenta os objetivos de vigilância socioassistencial, a qual se ocupa do mapeamento da diáde vulnerabilidades e potencialidades do território. E a defesa da Assistência Social como um direito do cidadão.

O segundo capítulo da LOAS, intitulado “Dos Princípios e das Diretrizes”, apresenta as bases ideológicas e de direcionamento do trabalho na Assistência Social. Ao mesmo tempo que a Assistência Social é um direito do cidadão, visto ser este seu fim, estrutura-se em uma organização a qual destina-se a prestação da proteção social à população. Para que esta organização funcione o mais harmoniosamente possível é que se estabelecem seus princípios e diretrizes, bem como, todas as outras regras expostas nesta lei.

Os Princípios da Assistência Social garantem a oferta das ações socioassistenciais de forma igualitária a todos que dela necessitar, vetando qualquer tipo de cobrança monetária ou discriminação, respeitando a autonomia e a dignidade do cidadão. Garante ainda a ampla divulgação das ações socioassistenciais, seus critérios de concessão e suas fontes financiadoras. As diretrizes da Assistência Social atribuídas na LOAS, com base no artigo 204º da Constituição de 88, são de descentralização político-administrativa, participação e responsabilidade do Estado, a nível federal, estadual e municipal na realização das ações socioassistenciais.

O terceiro capítulo da LOAS intitulado “Da organização e da Gestão” organiza as ações socioassistenciais dentro do Sistema Único de Assistência Social – SUAS com o objetivo de consolidar a cooperação entre os níveis de governo, estabelecendo responsabilidades distintas para União, estados e municípios, com o compromisso de implementação da educação permanente dos trabalhadores da Assistência Social, a fim de promover a expansão das ações socioassistenciais de forma integrada e de qualidade com vistas à garantia de direitos.

O Sistema único de Assistência Social é dividido entre a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE). A PSB dedica-se na realização de ações socioassistenciais de cunho preventivo de forma a fortalecer as potencialidades do território a fim de prevenir situações de vulnerabilidade social. A PSE direciona as ações socioassistenciais onde já está instaurado situações de violação de direitos. A PSB será ofertada no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e a PSE será ofertada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

As ações socioassistenciais são realizadas entre os municípios, estados e União de forma corresponsável. Cabe a União a elaboração dos regimentos, a coordenação dos programas em geral, cofinanciamento à concessão de benefícios e à qualificação do serviço prestado, atendimento conjunto em casos emergenciais, assessoria e monitoramento as ações socioassistenciais nas esferas de governo estadual e municipal. Ao governo do estado compete a destinação de verbas aos municípios para o aprimoramento dos serviços, atendimento conjunto em casos emergenciais, oferecimento de apoio técnico aos municípios, bem como avaliá-los e monitorá-los. Aos municípios é dada a responsabilidade de custeio dos benefícios eventuais, execução dos serviços socioassistenciais, projetos de enfrentamento à pobreza e atendimentos emergenciais. Oferecer apoio financeiro para o aprimoramento da Assistência Social a nível municipal, bem como avaliar e monitorar as ações realizadas.

As entidades que prestam os serviços socioassistenciais para funcionar deverão estar inscritas no respectivo conselho de Assistência Social. O Conselho nacional, estadual e municipal são instancias deliberativas do Sistema Único de Assistência Social compostas pelo mesmo número de pessoas que trabalham para o governo e pessoas que não possuem vínculo de trabalho público. Os Conselhos de Assistência Social são vinculados ao órgão gestor da Assistência Social de cada esfera de governo, sendo a gestão responsável pela provisão da infraestrutura para seu funcionamento.

Ao Conselho Nacional da Assistência Social é atribuída a responsabilidade de aprovar a Política Nacional da Assistência Social, a definição de normas às ações socioassistenciais, avaliar a gestão de recursos e, entre outros, zelar pelo caráter descentralizado e participativo da Assistência Social. Vinculado ao Conselho Nacional está o órgão nacional de gestão da administração pública federal responsável pela elaboração da Política Nacional de Assistência Social, provisão financeira de recursos, proposição de critérios para a transferência de recursos, prestar apoio técnico e integração aos outros entes federados e, entre outros, manter o Conselho informado de forma clara sobre suas ações e gastos.

O quarto capítulo da LOAS intitulado “Dos Benefícios, dos Serviços, dos Programas e dos Projetos de Assistência Social” distingue as principais ações socioassistenciais. Benefício de Prestação Continuada é a transferência de um salário mínimo por mês à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais, que não possuam condições de prover sua manutenção ou tê-la provida por sua família. Este benefício é revisto a cada dois anos. Benefícios Eventuais são auxílios por natalidade ou morte repassado às famílias que não possuem condições de bancar por conta própria a situações adversas. Os Serviços socioassistenciais são ações contínuas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população. Já os Programas socioassistenciais são ações com determinação temporal de início e fim que visam a melhoria dos serviços e benefícios. E os projetos de enfrentamento da pobreza são investimentos voltados à grupos populares que visam subsidiar iniciativas de subsistência e elevação da qualidade de vida.

O quinto capítulo da LOAS intitulado “Do Financiamento da Assistência Social” institui o Fundo Nacional da Assistência Social (FNAS) para o financiamento das ações socioassistenciais juntamente com os recursos da União, Estados e Municípios. Para o repasse de valores para os estados e municípios será exigido a instituição do respectivo Conselho de Assistência Social, o Fundo de Assistência Social e o Plano de Assistência Social.

E finalmente, o capítulo seis da LOAS com o título “Das Disposições Gerais e Transitórias” estabelece a responsabilidade do Ministério Público em zelar pelo cumprimento desta lei, e entre outros, esclarece que serão cancelados os registros no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) as entidades de Assistência Social que atuarem de forma irregular. Esta lei foi assinada por Itamar Franco, Presidente do Brasil a época.

A LOAS representou um avanço na caminhada da assistência social enquanto política pública com vistas a banir a perspectiva assistencialista ainda bastante presente. Desta forma, seus artigos buscam enfatizar regras para a ação social de uma política de direito voltada à superação das necessidades básicas para todos os que dela precisam. Entende-se, então, a concepção da responsabilidade coletiva pela vulnerabilidade pessoal, contrapondo a visão que responsabiliza de forma isolada o indivíduo por sua condição de dificuldades sociais. Sendo de responsabilidade do Estado suprir os que por motivos diversos encontram-se impossibilitados de manter-se. A LOAS também organizou as ações socioassistenciais de forma articulada entre os entes federados, União, Estados e Municípios. E enfatiza o caráter gratuito dos serviços socioassistenciais prestados aos cidadãos, colocando as necessidades sociais acima da rentabilidade econômica (COUTO, 2006, p.174).

As determinações decorrentes da LOAS, após onze anos, conferiu ao Brasil significativas mudanças em relação ao reconhecimento da Assistência Social como uma responsabilidade do Estado e direito do cidadão. A Assistência Social voltada para as necessidades básicas das crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, mostrou-se relevante no enfrentamento da pobreza. Os avanços decorrentes da LOAS incluem um exponencial crescimento dos investimentos públicos na Assistência Social com a implantação de secretarias da Assistência Social em quase todos municípios e em todos os estados brasileiros, ressignificando o trabalho socioassistencial em um padrão de abrangência nacional (PNAS, 2005, p.13).

Frente a esta realidade e com o compromisso de efetivar as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS/1993, em 2004 foi aprovada pelo CNAS a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A aprovação da PNAS, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi uma conquista que avançou ainda mais para a desvinculação da Assistência Social ao assistencialismo rumo a consolidação de uma política pública de Estado permanente definida em Lei (PNAS, 2004, p.11).

O texto da PNAS foi elaborado pela equipe do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social. A IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em 2003, levantou vários desafios para a Assistência Social como política pública. Dentre os principais, estava a implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, compondo o detalhamento das atribuições de cada ente federado e o fomento ao efetivo

trabalho articulado em rede de iniciativa da política de Assistência Social (PNAS, 2004, p.14). Assim, o texto da PNAS foi organizado em três capítulos 1. Análise Situacional; 2. Política Pública de Assistência Social e; 3. Gestão da Política Nacional de Assistência Social na perspectiva do SUAS.

No primeiro capítulo, o texto da PNAS/2004 descreve um estudo sobre a situação geral do país a época, apresentando dados demográficos, definindo os municípios pequenos 1 (população até 20.000 habitantes) municípios pequenos 2 (população entre 20.001 a 50.000 habitantes), municípios médios (população entre 50.001 a 100.000 habitantes), municípios grandes (população entre 100.001 a 900.000 habitantes) e metrópoles (população superior a 900.000 habitantes). O estudo apresenta a crescente taxa de urbanização brasileira como um fenômeno gerador da precarização da qualidade de vida da população. Apresenta-se ainda mudanças nas estruturas familiares, como a passagem da pessoa de referência da família do homem para a mulher, e dentre outros, o aumento da população idosa morando sozinha no país.

O segundo capítulo descreve os aspectos constitutivos da Política Pública de Assistência Social especificando seus princípios, diretrizes, objetivos, usuários e suas proteções afiançadas. Neste capítulo também é aclarado as características da Assistência Social enquanto integrante da Seguridade Social Brasileira juntamente com a Saúde e a Previdência, retomando seu caráter de proteção social integrado com tais políticas. A PNAS descreve a proteção social como um conjunto de ações institucionalizadas com o fim de proteção dos membros da sociedade que, devido a condições de vida referentes a fase de desenvolvimento, risco social, baixa renda, discriminação, catástrofes ou privações encontram-se a margem da sociedade com baixo nível de acesso aos bens materiais e culturais (PNAS, 2005, p. 31).

A proteção social deve assegurar a segurança de sobrevivência, de acolhida e de convívio familiar. Como segurança de sobrevivência entende-se a garantia de que todos possuam renda para sua vivência social, por meio do trabalho e mesmo aqueles que possuem limitações ao exercício do trabalho remunerado como é o caso de idosos e pessoas com deficiência, possam ter condições de uma vida digna. A segurança de sobrevivência também inclui o exercício da autonomia do cidadão para o protagonismo ao acesso a seus direitos. A segurança de acolhida é descrita pela PNAS (2005, P.31) como “[...] a provisão de necessidades humanas que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios à vida humana em sociedade [...]” nesta

perspectiva as ações socioassistências devem buscar a promoção da autonomia do cidadão na conquista desta segurança. A segurança de convívio familiar, reconhece ser próprio da natureza humana o convívio familiar e comunitário sendo este o espaço de desenvolvimento da humanidade, e assim visa garantir o direito de pertença do cidadão.

Isto supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações. É próprio da natureza humana o comportamento gregário. É na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade. A dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas e, sobretudo, os processos civilizatórios. As barreiras relacionais criadas por questões individuais, grupais, sociais por discriminação ou múltiplas inaceitações ou intolerâncias estão no campo do convívio humano. A dimensão multicultural, intergeracional, interterritoriais, intersubjetivas, entre outras, devem ser ressaltadas na perspectiva do direito ao convívio (PNAS, 2004, p. 32).

A Assistência Social constitui-se de forma a reconhecer a responsabilidade do Estado em relação a garantia das seguranças acima citadas e busca fazer do espaço de atuação da Assistência um espaço de promoção do protagonismo daqueles que se encontram em precário acesso aos direitos de cidadão. A tentativa do Estado para o exercício de sua responsabilidade apontada até então é delineada por princípios e diretrizes descritos na PNAS os quais são os mesmos da LOAS que por sua vez são embasados nos artigos 203 e 204 da Constituição Federal. Citados abaixo:

“Em consonância com o disposto na LOAS, capítulo II, seção I, artigo 4º, a Política Nacional de Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios democráticos:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

A organização da Assistência Social tem as seguintes diretrizes, baseadas na Constituição Federal de 1988 e na LOAS:

- I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;

II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III – Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;

IV – Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos” (PNAS, 2005, p.33).

Os objetivos da Política Pública de Assistência Social visam o enfrentamento das desigualdades por meio da: a) promoção das ações socioassistenciais; b) contribuição para a inclusão e a equidade de seus usuários e; c) garantia do direito de convivência familiar e comunitária. O público alvo da PNAS são cidadãos que se encontram em vulnerabilidade social, como:

[...] famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS, 2005, p.33).

A política Pública de Assistência Social realiza a cobertura da Proteção Social Especial (PSE), a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Proteção Social Especial de Média Complexidade, e a Proteção Social Básica (PSB). A Proteção Social Especial atende pessoas que, por motivos diversos como abandono, violência, abuso sexual, não contam com a proteção familiar, ou seja, possui vínculos afetivos bastante fragilizados ou nulos em relação a família e/ou a comunidade.

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (PNAS, 2005, p. 37).

A Proteção Social Especial, como o nome já diz, oferece serviços especializados a situações particulares, exige, portanto, ações flexíveis a condição específica da família ou pessoa que se encontra em risco social, com vistas a promover o reestabelecimento dos vínculos sociais.

A Proteção Social de Alta Complexidade são serviços, em sua grande maioria institucionalizados, prestados para a garantia de proteção integral às pessoas que

perderam seu vínculo com a família e/ou comunidade e/ou se encontram em situação de violência. São exemplos de tais serviços a Casa Lar, Albergue, Atendimento Integral Institucional, República, Família Substituta, Família Acolhedora, Medidas Socioeducativas Restritivas e Privativas de liberdade.

A proteção Especial de Média Complexidade atende famílias e pessoas as quais possuem violados seus direitos, mas que ainda possuem vínculos familiares e/ou comunitários. São prestados serviços particularizados que requerem um monitoramento sistemático. São exemplos: Serviço de orientação e apoio sociofamiliar, Plantão Social, Abordagem de Rua, Cuidado no Domicílio, Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência, Medidas socioeducativas em meio-aberto, como, Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA).

A proteção social básica possui um viés de prevenção, agindo em locais estratégicos onde há um índice maior de vulnerabilidade social de uma cidade. A situação de vulnerabilidade social deriva da pobreza, precário acesso aos direitos, debilidade dos vínculos familiares e comunitários, baixo nível de pertencimento social, deficiência, discriminação relacionada a fase e/ou dificuldades de desenvolvimento, ao gênero, etnia, dentre outros. A PSB ao reconhecer as especificidades do território buscará o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a promoção de suas potencialidades e o fomento ao protagonismo do cidadão por meio de benefícios, serviços, programas e ações comunitárias como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), os Benefícios Eventuais, o PAIF, dentre outros. A proteção social básica é realizada nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS (PNAS, 2004).

O CRAS é uma unidade da Proteção Social Básica e visa desenvolver as potencialidades das famílias e da comunidade por meio do fortalecimento de seus vínculos, com vistas a promoção e garantia de acesso aos direitos sociais. Ao conceber a família e a comunidade como epicentros da proteção e desenvolvimento social, o CRAS age em prol do seu fortalecimento para que possam exercitar seus direitos como sujeitos da transformação social. Com este objetivo de base é que o CRAS tem a função de gestão territorial da oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e a oferta do PAIF. O CRAS é o contexto de nossa pesquisa e será descrito mais detalhadamente no próximo tópico.

A revisão desses marcos legais da política pública de assistência social reforça o reconhecimento do Estado na responsabilidade pela proteção social do povo, todavia, o



que para muitos ainda não é claro é que o Estado é o povo. Ou seja, a supremacia de governo, teoricamente, já não está nas mãos de um poder absoluto, mas sim, nas mãos do povo. Pois, é por meio da organização do povo que indica representantes que suas leis fundantes são elaboradas. E então é através da legislação vigente que os princípios de dignidade humana e os direitos de cidadania são garantidos. Entretanto, a organização do povo é precária no sentido de privilegiar alguns em detrimento de muitos, diretamente ligado com seu poder econômico.

O que de fato reina no Brasil devido a sua força histórica são os valores colonialistas, patrimonialistas e assistencialistas, onde a libertação do povo enquanto nação que visa o desenvolvimento da humanidade é uma dissimulação vagarosa. Mesmo que a legislação descreva variáveis que buscam a garantia dos direitos sociais, a prática ainda está muito distante de perpetuar seus princípios. A sociedade parece não ter se apropriado deste conhecimento, do conhecimento de ter direito de voz de decisão, de participação. Couto (2006, p. 184) nos explica esta situação:

[...] no Brasil, o campo dos direitos percorreu uma trajetória muito peculiar. Desde sua independência, a formalidade das leis, o direito, parece não absorver a cultura de como se estabelecem as relações entre Estado, elites brasileiras e o povo em geral. Ao contrário, os traços paternalistas, clientelistas e patrimonialistas têm sido marcas constantes dessa relação, que, ao explicitá-los, retarda a possibilidade de criar condições para o exercício dos direitos, sejam eles civis, políticos ou sociais.

O acesso aos direitos sociais ainda é encarado como uma “ajudinha” de mérito pessoal. Contudo o que a Constituição Federal de 88 inova é na universalização do direito social, negando o estabelecimento de condições meritocráticas com primazia às necessidades sociais. Frente a isso o maior desafio já não é mais o estabelecimento de leis, mas o cumprimento delas. Couto (2006, p. 187) analisa que os avanços conceituais descritos na legislação da Assistência Social têm sido apropriados pelo povo em doses ínfimas:

o avanço conceitual é pouco absorvido pela sociedade brasileira e que seus instrumentos legais têm referendado propostas que não encontram eco na realidade e que só serão visíveis se os espaços de participação e controle democrático forem assumidos pela população e transformados em garantidores desses direitos.

Acreditamos que a efetiva garantia de acesso aos direitos sociais ocorrerá quando o povo se reconhecer na condição de cidadão que faz parte do Estado. Abre-se um espaço bastante amplo de discussão o qual introduz uma dualidade entre povo e Estado. Esta dualidade é o que mantém a democracia viva, ou seja, na condição de povo que luta pelos direitos e ao se fazerem tornam-se Estado, isso é historicidade, isso é o povo fazendo história, o povo construindo e sendo construído pela história.

Falar da dualidade povo e Estado parece ser uma realidade tão distante, próxima da utopia. Entretanto o que a Política pública de Assistência Social vai nos trazer é que o povo deve participar de sua elaboração, monitoramento de execução e ainda avaliá-la. Os planos que definem as prioridades de investimentos e ações a serem executadas são aprovados pelos conselhos de assistência social (formado paritariamente por representantes da sociedade civil e governamental), nas três esferas de governo, ou seja, é o povo que aprova. O povo ainda não se deu conta de sua força quando organizado. O povo não se deu conta de como nossa sociedade é organizada, o povo não compreende as estruturas de produção em sua amplitude global, não entende como são organizadas a estrutura política do país, não entendemos os fundamentos de organização de nossa comunidade, isso porque não há efetiva participação.

Então, como a Política Pública de Assistência Social pode garantir a proteção social do cidadão neste contexto histórico marcado pela naturalidade da desigualdade social e assistencialismo? Couto (2006, p. 186) se questiona: “Como garantir esses conceitos em uma área tão permeada por noções cristalizadas de atributos que se constituem em antidireitos? Como pensar em protagonismo para uma população que, por muito tempo, não pôde sequer exercer o direito político mais elementar [...]”. Quais os caminhos a serem percorridos para que a Política Pública de Assistência Social aproxime as pessoas ao ideal de protagonismo social?

Entendemos que apenas a existência da lei não é suficiente para sua efetivação na vida da população, é imprescindível que a população se reconheça enquanto cidadãos de direitos, com suporte social garantido por lei e possuidores das ferramentas necessárias para o acesso aos direitos que lhes são garantidos. Para tanto, o cidadão precisa participar dos projetos locais que movem sua comunidade e mobilizar tal participação de forma crítica e consciente para projetos de maiores amplitudes. E para que haja participação deve haver compreensão do mundo em que se vive. Deve haver a libertação do povo. É

neste sentido que buscamos em Freire elementos que nos ajude nesta empreitada de tornar o CRAS cada vez mais efetivo na tarefa de promoção do protagonismo cidadão.

### 2.3 O CRAS: PRINCÍPIOS, FUNÇÕES ESPECÍFICAS E A NECESSIDADE DE APROFUNDAMENTO CIENTÍFICO NAS POSSIBILIDADES DE ABORDAGENS METODOLÓGICAS

O CRAS é uma unidade pública, considerada a porta de entrada da Assistência Social, que tem por finalidade a promoção dos direitos de convívio familiar e comunitário, garantia dos direitos socioassistenciais e promoção da participação social das famílias referenciadas. O CRAS com base nos princípios de matricialidade familiar e territorialidade, deve executar as funções de gestão territorial e a execução do PAIF (MDS, 2009). O PAIF visa promover a autonomia, autoconhecimento e autoestima dos seus usuários com o fim de gerar o empoderamento necessário para o acesso aos direitos de cidadão (MDS, 2012).

A matricialidade sociofamiliar corresponde a centralidade da família para o direcionamento das ações e serviços realizados no CRAS a fim de ofertar apoio as famílias para a garantia do direito à convivência e proteção familiar (MDS, 2009). O trabalho com as famílias é fundamental para a promoção da participação do cidadão na política local, do protagonismo social e da participação democrática, uma vez que é o coletivo da família que forma a comunidade. Sendo através da integração das famílias que é possível compreender as necessidades emergentes da população (MDS, 2009).

A territorialização corresponde a materialização do princípio de descentralização da política de assistência social, ou seja, é a aproximação do equipamento do CRAS e a prestação de seus serviços em áreas de maior vulnerabilidade social. Assim, o CRAS aproxima-se de seus usuários proporcionando-lhes maiores condições de acesso e melhor qualidade de atendimento para a prevenção e enfrentamento de situações de vulnerabilidade social, uma vez que dentro do território o CRAS possui também melhores condições para conhecer as fragilidades e potencialidades das famílias referenciadas. Sendo assim, é dentro do território que se extrai a mais próxima compreensão da realidade para que o CRAS ao representar a ação do Estado efetive a proteção social (MDS, 2009).

O CRAS materializa a presença do Estado no território, possibilitando a democratização do acesso aos direitos socioassistenciais e

contribuindo para o fortalecimento da cidadania. Ao eleger a territorialização como eixo estruturante do SUAS, reconhece-se que a mobilização das forças no território e a integração de políticas públicas podem potencializar iniciativas e induzir processos de desenvolvimento social. A integração de políticas, por sua vez, é potencializada pela clareza de objetivos e pela definição de diretrizes governamentais (MDS, 2009, p. 13).

Com base nestes dois eixos, a função do CRAS gira em torno da realização da gestão territorial e oferta do PAIF. A gestão territorial é a articulação entre as necessidades das famílias do território e os serviços ofertados pela política de assistência social e as demais políticas públicas (MDS, 2009). Sendo assim, o CRAS torna-se porta de entrada do SUAS, sendo responsável pelo acolhimento dos usuários e, se necessário, acompanhamento destes as demais políticas públicas, efetivando desta forma a função de “referência e contrarreferência do usuário na rede socioassistencial” (MDS, 2009).

Explica-se a Gestão Territorial por meio das ações de articulação da rede socioassistencial, promoção da articulação intersetorial e a busca ativa. A articulação entre a rede socioassistencial é a relação dos serviços vinculados a política de assistência social, como PAIF, Serviços de Convivência, Programas de Transferência de Renda, entre outros. São atividades que promovam aos serviços interações a fim de interligarem informações, estabelecerem fluxogramas integrados e fortalecerem a qualidade do serviço ofertado (MDS, 2009).

A articulação intersetorial são ações que visam promover a integração entre a política de assistência social e as demais políticas públicas, como, política de saúde, educação, cultura, entre outras. Esta integração não é de responsabilidade exclusiva do CRAS, contudo, é indispensável para a garantia de acesso aos direitos dos seus usuários, uma vez que, potencializa os objetivos das agendas sociais.

A busca ativa, por sua vez, é uma estratégia de aproximação intencional do CRAS as famílias do território que se encontram em situação de vulnerabilidade social. A busca ativa, é essencial para a compreensão da realidade social local e acontece por meio do deslocamento da equipe do CRAS, contato com líderes comunitários, informações provenientes de outros serviços, campanhas socioeducativas, entre outros.

A busca ativa identifica também as potencialidades e recursos culturais, econômicos, sociais, políticos, a oferta de serviços setoriais e acessos da população a esses serviços, as redes de apoio informais das famílias e as necessidades de articulação da rede socioassistencial para a efetividade da proteção social. Contribui ainda para a definição de projetos coletivos a serem priorizados ou incentivados e identifica e estimula os potenciais sociais

existentes, favorecendo a participação cidadã das famílias atendidas pelo PAIF (MDS, 2009, p. 30).

A oferta do PAIF é de exclusividade do CRAS e é considerado o carro chefe do trabalho do CRAS, sendo este um serviço continuado. As ações realizadas por meio do PAIF visam fomentar a função protetiva da família, promover momentos de convívio familiar e comunitário, divulgação e garantia dos direitos socioassistenciais, e desenvolvimento da autonomia dos indivíduos. Assim o PAIF visa promover a autonomia, autoconhecimento e autoestima dos seus usuários com o fim de gerar o empoderamento necessário para o acesso aos direitos de cidadão (MDS, 2012).

O PAIF é essencial para a proteção de assistência social, vez que assegura espaços de convívio, informa e garante acesso aos direitos socioassistenciais, contribui para a gestão intersetorial local, para o desenvolvimento da autonomia, o empoderamento das famílias e a ampliação de sua capacidade protetiva. Fortalece, ainda, vínculos familiares e comunitários, favorecendo a ampliação de perspectivas de vida das famílias mais vulneráveis e o acesso a oportunidades (MDS, 2012, p. 05).

As ações do PAIF são voltadas ao coletivo com vistas ao desenvolvimento social e devem garantir as seguranças afiançadas pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS, sendo estas: a acolhida, o convívio familiar e comunitário, a renda, sobrevivência a riscos circunstanciais e desenvolvimento da autonomia (MDS, 2012). Sendo esperado desenvolver no território a promoção do conhecimento sobre os direitos, fortalecimento do protagonismo, autonomia, participação social e aumento do exercício dos direitos pelo cidadão (MDS, 2012).

Em 2012 foi publicado pelo governo federal o segundo volume de Orientações Técnicas sobre o PAIF com subtítulo “Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF”, neste documento são esclarecidos pressupostos e parâmetros para o trabalho social realizado pela equipe técnica do CRAS com as famílias participantes do PAIF. Primeiramente descreve-se o entendimento de trabalho social com famílias no âmbito do PAIF, como um conjunto intervenções técnicas de caráter preventivo, proativo e protetivo na vida familiar e social com o propósito de promoção de espaços de convivência para o fortalecimento da função protetiva da família e protagonismo de seus membros, em uma lógica de responsabilização estatal:

Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de

contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência (BRASIL, 2012, p. 12).

De acordo com a citação acima, percebemos que o conceito de trabalho social com famílias no âmbito do PAIF, apresenta em suas entrelinhas os conceitos de família, trabalho social com famílias, trabalhadores que executam o PAIF, e os princípios norteadores do trabalho do PAIF dentro da Política Pública de Assistência Social. Neste sentido, entende-se por família grupos de pessoas que se unem tanto por laços de sangue, afetividade e ou solidariedade. Assim, a definição de família está a cargo da própria família que se reconhece como tal, e não de uma visão estereotipada de famílias tradicionalmente constituídas por pai, mãe e filhos.

Falar em trabalho social com famílias no PAIF pressupõe que sua execução dar-se-á por meio de profissionais ético, teórico e metodologicamente devidamente qualificados. Os quais direcionarão seus esforços aos objetivos de promover convivência, fortalecer a função protetiva da família e a garantia de direitos. Em um escopo delimitado pelos princípios e diretrizes descritos nos documentos normativos da Política Pública de Assistência Social, com ênfase à responsabilidade do Estado na proteção social.

São especificados como ações do trabalho social no âmbito do PAIF a: a) Acolhida; b) Oficinas com famílias; c) Ações Comunitárias; d) Ações Particularizadas; e) Encaminhamentos. Ressalta-se que durante todo o processo de execução das ações do trabalho social em questão, composto pelo planejamento, execução, monitoramento e avaliações, deve ser sempre guiado pelos objetivos do PAIF (BRASIL, 2012).

A acolhida é a ação do trabalho social do PAIF que se caracteriza como o primeiro contato qualificado do usuário com a equipe. É neste momento que o profissional irá ouvir atentamente a demanda do indivíduo ou da família e buscará a partir de sua demanda elucidar processos de soluções, por meio das ofertas de serviços socioassistenciais ou das demais políticas públicas. Durante a ação de acolhimento o técnico poderá utilizar instrumentos de coleta de dados e registro, como, entrevista, estudo social, prontuários, entre outros. Ouvir o indivíduo de forma atenta e interessada, deixando que este exponha

sem pressa e com detalhes sua demanda, é um importante passo para o estabelecimento do vínculo entre usuário e equipe, em uma esfera de confiança, amabilidade e profissionalismo (BRASIL, 2012).

Após esta escuta cuidadosa, o profissional deverá compartilhar com o indivíduo, o que é o PAIF, quais são os serviços ofertados e numa perspectiva conjunta decidir quais ações podem auxiliar em sua demanda. O profissional além de elucidar as especificidades do PAIF, se necessário, deve aclarar ao usuário informações sobre os demais serviços socioassistenciais presentes no território bem como os demais serviços ofertados na localidade. Ao final do acolhimento o profissional terá um conhecimento mais aprofundado sobre o usuário e terá condições de propor possibilidades de prosseguimento. Assim, concluímos que o acolhimento é uma ação do PAIF que constitui um momento de conhecimento da realidade do usuário ou família, “afirmação da assistência social como direito de cidadania e dever do Estado” e promoção do vínculo entre equipe e usuário (BRASIL, 2012).

Outra ação do trabalho social do PAIF é a oficina com famílias, que consiste em encontros planejados pela equipe de referência do CRAS com objetivo geral de fortalecimento dos laços familiares e comunitários, protagonismo cidadão e participação social. Sendo os objetivos específicos definidos de acordo com a demanda do grupo de famílias participantes das oficinas. É indicado que os grupos aconteçam de 60 à 90 minutos de duração e tenham de sete a quinze participantes para que todos possam expressar-se adequadamente. Os locais de realização das oficinas precisam ser adequados em relação a iluminação, ventilação, limpeza e privacidade. A inserção da família nos grupos realiza-se mediante livre consentimento da família (BRASIL, 2012).

O formato dos grupos é flexível de acordo com as regras estabelecidas entre as famílias e a equipe. Admite-se grupos que vivenciam situações de vida similares para discussões mais específicas como situações delicadas e conflituosas, ou grupos que vivenciam situações de vida diferentes os quais ampliarão a diversidade de pontos de vista, como oficinas de cunho informativo e preventivo. Admite-se grupos de formato aberto, ou seja, pode entrar e sair participantes de acordo com a demanda e também admite-se grupos de formato fechado ao qual inicia e termina com os mesmos representantes familiares. Sugere-se que as oficinas sejam realizadas com no mínimo um representante da família, sendo preferencialmente o responsável familiar, contudo são bem-vindos outros membros (BRASIL, 2012).

Devido à flexibilidade dos formatos das oficinas é necessário que a equipe técnica responsável por sua execução esteja atenta as demandas locais e busquem conhecer antecipadamente as expectativas das famílias para em conjunto estabelecer os objetivos específicos das oficinas, bem como, suas regras de funcionamento. A aproximação das expectativas das famílias bem como um bom conhecimento de suas demandas é fundamental para a realização das oficinas (BRASIL, 2012).

Os profissionais responsáveis pela condução das oficinas precisam estar em constante aprimoramento técnico e prático a fim de promover nas oficinas um ambiente acolhedor onde os participantes sintam-se a vontade para expressar suas opiniões em uma condição de cidadãos de direito valorizados como sujeitos da transformação social. É neste contexto que os encontros viabilizarão momentos organizados de reflexão crítica por meio da problematização das situações do cotidiano dos participantes:

As oficinas com famílias propiciam a problematização e reflexão crítica das situações vividas em seu território, além de questões muitas vezes cristalizadas, naturalizadas e individualizadas. Elas possibilitam o entendimento de que os problemas vivenciados particularmente, ou por uma família, são problemas que atingem outros indivíduos e outras famílias reconhecendo, desta forma, nas experiências relatadas alternativas para seu enfrentamento. Buscam, ainda, contextualizar situações de vulnerabilidade e risco e assegurar a reflexão sobre direitos sociais, proporcionando uma nova compreensão e interação com a realidade vivida, negando-se a condição de passividade, além de favorecer processos de mudança e de desenvolvimento do protagonismo e da autonomia, prevenindo a ocorrência de situações de risco social (BRASIL, 2012, p. 24).

Nesta direção as oficinas de famílias são espaços de reflexão crítica sobre a realidade vivida pelo grupo. Tais reflexões buscam trazer à tona as condições de vulnerabilidade social enfrentadas em um olhar amplo ao qual abarca o sistema estrutural e ideológico de desigualdades historicamente constituídas no território. As oficinas proporcionarão às famílias espaços de socialização de suas experiências e projetos futuros com a expectativa de fortalecimento das potencialidades individuais e coletivas. Ao compartilhar as experiências e dificuldades em grupo almeja-se que sejam levantadas opções de solução de problemas a serem testadas, o qual mobiliza o enfrentamento de problemas em comum. O agir reflexivo proporcionado nas oficinas anseia pela apropriação do indivíduo enquanto sujeito de direitos, protagonista no acesso aos direitos e à transformação social (BRASIL, 2012).

As ações comunitárias são ações que compõem o trabalho social do PAIF de dimensão coletiva com vistas à dinamização da comunidade do território do CRAS, e



possui como objetivo geral promover a convivência, a mobilização e a participação da comunidade, tornando-a protagonista da organização social local (BRASIL, 2012).

A participação cidadã proporciona um espaço para que as famílias possam interferir e influenciar na construção da vida pública nos seus territórios, na medida em que contribui para o acesso à informação sobre direitos; à aprendizagem de práticas democráticas; à expressão e manifestação de interesses comuns; ao aumento da capacidade de formular proposições e reivindicações; e à emergência de diferentes formas de organização e associativismo para defesa de interesses coletivos (BRASIL, 2012, p. 37).

Reúnem-se nas ações comunitárias um número maior de pessoas de diferentes grupos locais, tornando as ações comunitárias peças chave de comunicação da comunidade entre si, bem como, na comunicação dos serviços da política de assistência social e outras políticas públicas. Desta forma as ações comunitárias são um meio precioso de comunicação entre o Estado e a sociedade civil (BRASIL, 2012).

As ações comunitárias são executadas pela equipe técnica do CRAS e podem ser realizadas no formato de palestras, campanhas e eventos comunitários. A escolha do formato da ação comunitária deve ser estudada pela equipe, frente ao conhecimento aprofundado da realidade local, observando as demandas e possibilidades do território com participação de representantes da comunidade nas etapas de planejamento, execução e avaliação da ação. É indicado que as ações comunitárias utilizem dinâmicas e movimentos culturais existentes no território como, apresentações artísticas, musicais, filmes, teatros, gincanas, festivais gastronômicos, entre outros, com o intuito de envolver a comunidade ao passo que amplia em seus participantes o conhecimento sobre seus direitos e a torna cada vez mais responsável pela realização de projetos locais de transformação social (BRASIL, 2012).

O foco central das ações comunitárias, no âmbito do PAIF, é o exercício da cidadania ativa, apreendida como um processo permanente de participação na vida social e política e de conquistas de novos direitos. Ela se realiza pela capacidade de organização, mobilização, intervenção na dinâmica social e pela presença proativa no espaço público, no qual as famílias são protagonistas – são elas que devem imprimir visibilidade pública aos seus anseios, interesses, necessidades, demandas e posicionamentos como sujeitos de direitos (BRASIL, 2012, p. 38).

É propósito das ações comunitárias promover a participação social onde cada cidadão conheça e tenha condições de busca e acesso aos direitos sociais, civis e políticos. Parte-se do princípio de que uma comunidade é fortalecida por meio da convivência, do

sentimento de pertença e da convicção de que em união e organização existem possibilidades concretas de transformação social que partem da iniciativa popular (BRASIL, 2012).

As ações particularizadas são ações do PAIF, realizadas pela equipe técnica do CRAS, às famílias que já passaram em algum momento pela acolhida, porém precisam de uma atenção específica e individualizada. Tais ações objetivam aprofundar o conhecimento sobre a família em questão, em suspeitas de violação de direitos, como, descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, violência doméstica, entre outros. As ações particularizadas podem acontecer no CRAS ou a domicílio, tanto pela iniciativa da equipe ou pela demanda espontânea da família, são situações que exigem sigilo e onde o profissional irá juntamente com a família buscar um encaminhamento pontual do caso, pois as ações particularizadas não pressupõem encontros periódicos (BRASIL, 2012).

Os encaminhamentos são mais uma ação do PAIF e consiste no direcionamento das famílias aos serviços ofertados pela rede socioassistencial e pelas demais políticas públicas. O encaminhamento caracteriza-se por um direcionamento orientado, onde o profissional da equipe do CRAS passará as devidas informações sobre o serviço ao qual encaminhará o indivíduo ou a família, para que esta sinta-se confortável e confiante com o encaminhamento. Da mesma forma esclarecedora que o profissional encaminha a família, o profissional também deverá buscar maneiras efetivas de comunicação com os demais setores a fim de garantir a efetividade do encaminhamento. Nesta perspectiva, o encaminhamento pressupõe um contato prévio e posterior do profissional ao serviço e ao usuário garantindo-lhe a efetividade. Para tanto, faz-se necessário que haja clareza entre os setores dos fluxos de atendimento e ainda exige-se que os encaminhamentos sejam formalizados por meio de protocolos ou outra forma de documento que possa ser entregue ao usuário. Sendo assim, os encaminhamentos “têm por objetivo a promoção do acesso aos direitos e a conquista da cidadania” (BRASIL, 2012).

Os encaminhamentos acontecem em duas formas, os encaminhamentos para a rede socioassistencial ou para as demais políticas públicas. A rede socioassistencial constitui-se pelos equipamentos e serviços prestados à sociedade vinculados à política de assistência social, como, CRAS, CREAS, que executam os serviços do PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e ao Indivíduo (PAEFI), entre outros. Os encaminhamentos entre

os serviços do CRAS e CREAS são denominados de referência e contra-referência, nestes casos a família encaminhada passa a ser acompanhada pelo equipamento a qual foi recebida. Outra forma, são os encaminhamentos às demais políticas públicas de abrangência, como, educação, saúde, entre outras.

Os encaminhamentos devem seguir um cuidadoso e objetivo fluxograma entre os serviços, o que pressupõe uma articulação intersetorial funcional, onde setores possuam uma comunicação regular esclarecedora dos serviços prestados, horários de atendimento, critérios de ingresso entre outros. O requisito do fluxograma é essencial para o veto de ações assistencialistas, onde atende-se alguns por afinidades ou interesse. Ou seja, serviços que não possuem fluxogramas claros e bem divulgados podem manusear pela brecha da ignorância critérios de ingresso. Vejamos mais claramente, por exemplo, se um profissional atende um parente e o encaminha diretamente ao atendimento requerido, contudo, quando atende alguém que não lhe é próximo, explica que para o mesmo atendimento deverá pegar uma senha ou fazer requerimentos adicionais. Tais ações caracterizam o assistencialismo, apadrinhamento, e se afastam da concepção de direito.

Desta forma, para materializar a assistência social como direito, é imprescindível o estabelecimento de normatizações e fluxos que garantam o atendimento das famílias pelos serviços aos quais foram direcionadas, pois encaminhamentos feitos sem a responsabilização e garantia de atendimento dos serviços receptores são características de serviços assistencialistas (BRASIL, 2012, p. 45).

As ações do PAIF devem ser realizadas de maneira a elevar o protagonismo das famílias, a postura dos profissionais necessita ser de interesse genuíno pela demanda da família, esclarecendo-a e apoiando-a em seu desenvolvimento rumo a apropriação de seus direitos. Desta feita, as famílias devem ser tratadas como a matéria prima da transformação social em uma lógica de coletividade e não individualizante. Nega-se uma postura de culpabilização e adota-se uma postura de problematização e busca coletiva de soluções.

É preciso compreender que a demanda trazida pelas famílias é resultante de uma multiplicidade de variáveis – contextos de desigualdade, violência, preconceito, despreteção social. Essa compreensão é fundamental para negar a postura que individualiza os problemas vivenciados pelas famílias, estigmatizando-as e negando seu status de “sujeito de direitos” (BRASIL, 2012, p. 49).

As ações do PAIF podem ocorrer por meio do processo de atendimento ou de acompanhamento. Os atendimentos e acompanhamentos podem acontecer de forma particularizada ou em grupos. Os dois processos se diferenciam principalmente pela periodicidade e intensidade dos encontros, todavia, são complementares. O atendimento é caracterizado por uma ação imediata com a família, oferece atenção qualificada a demanda com vistas a uma resposta objetiva a qual não demandará encontros periódicos. São enquadradas no processo de atendimento as ações de acolhida, ações particularizadas, ações comunitárias, oficinas com famílias e encaminhamentos, que são realizadas de maneira pontual (BRASIL, 2012). O acompanhamento pressupõe encontros periódicos que visam conhecer a família de forma mais profunda com vistas a apoiá-la na resolução de suas demandas. Tais encontros são intervenções em corresponsabilidade onde a família e a equipe estabelecem compromissos com vistas a solução gradativa de problemas, fortalecimento das potencialidades familiares e acesso a direitos.

Em suma, as ações do CRAS dentre outras finalidades executam a função de promover a autonomia e protagonismo do cidadão no acesso aos direitos socioassistenciais. A autonomia refere-se à capacidade do cidadão de escolher o que lhes é certo ou errado, pertinente ou inapropriado, necessidade ou supérfluo, importante ou banal, sem interferência ou opressão. Pressupõe a liberdade de discernir sobre crenças, valores e padrões de comportamento. O protagonismo, por sua vez, refere-se à capacidade do indivíduo de determinação sobre sua própria vida e participação efetiva na condução dos parâmetros de vida social, sendo seus anseios e valores expressados e respeitados, fazendo-se regente da busca e acesso aos seus direitos (MDS, 2012).

Protagonismo - capacidade de indivíduos, famílias e comunidades de exercer a independência e a autodeterminação na sua vida pessoal, na convivência social e profissional e em sua participação na vida coletiva, imprimindo visibilidade pública aos seus anseios, interesses, necessidades, demandas e posicionamentos como sujeitos de direitos e seus modos próprios de expressá-las (MDS, 2012, p. 54).

A realização das ações do PAIF pressupõe o uso de uma abordagem metodológica. O caderno de orientações técnicas do PAIF (2012, p. 95) define o conceito de abordagem metodológica como “o conjunto de fundamentos e pressupostos que embasa a ação profissional, à luz das correntes epistemológicas do conhecimento científico”. Sendo assim, a abordagem metodológica, ou seja, os pressupostos norteadores da ação profissional são determinantes no alcance dos objetivos traçados pelo serviço.

A abordagem metodológica carrega em si princípios e diretrizes sólidos que definem as formas de intervenção escolhidas pelo profissional com intencionalidade. Sendo as abordagens metodológicas constructos científicos, não podem ser confundidas com procedimentos metodológicos, os quais consistem na operacionalização de atividades, como, entrevistas, questionários, visitas, entre outros (BRASIL, 2012).

Frente a necessidade magna da abordagem metodológica na execução das ações do PAIF, faz-se igualmente necessário que esta abordagem seja compatível com os conceitos de família, território, vulnerabilidade social, trabalho social, entre outros, firmados na PNAS. Ainda a abordagem metodológica deve também ser compatível com a realidade das famílias referenciadas ao CRAS. Nesta perspectiva, a escolha da abordagem metodológica deve ser guiada por dois crivos principais, a adequação da abordagem aos princípios da PNAS e a adequação da abordagem à realidade local das famílias e da equipe (BRASIL, 2012).

Contudo, o que a literatura nos traz é que há pouca produção científica envolvendo o uso de abordagens metodológicas ao trabalho social desenvolvido no CRAS (BRASIL, 2012). Este déficit representa a baixa compreensão sobre o assunto demonstrada pelos técnicos do CRAS, segundo pesquisa, apresentada no caderno de orientações do PAIF, apenas sessenta por cento dos técnicos afirma seguir algum tipo de abordagem metodológica, contudo percebeu-se que dentro desta porcentagem não havia clareza sequer do conceito de abordagem metodológica, sendo esta confundida com procedimentos metodológicos ou visões teóricas. A pesquisa conclui que “entre os sessenta por cento dos profissionais que afirmaram seguir uma diretriz metodológica, há muitos que não compreendem seu significado” (BRASIL, 2012).

O fato de os técnicos não terem demonstrado clareza no entendimento do conceito não significa que a abordagem metodológica não exista, e sim que não há uma adequada apropriação do termo cientificamente, o que resulta em uma prática por vezes descolada da teoria, onde o senso comum passa ser dominante. Ou seja, “Ao não incorporar de modo crítico e consciente uma abordagem metodológica para o PAIF, tende-se a promover o entendimento funcionalista no fazer profissional” (BRASIL, 2012, p. 96).

O problema de seguir uma prática com base no senso comum e distante de uma abordagem metodológica sólida, coerente com os objetivos da PNAS, é que o senso comum tende a reforçar o determinismo social, a descriminalização, a marginalidade, a culpabilidade individual pela desigualdade social instaurada no Brasil, entre outros. A

prática profissional nestes casos torna-se moralizante e padronizadora, onde o que se almeja é a disciplina e a culpabilização acrítica do sujeito por sua condição de vulnerabilidade social. Tal prática alinha-se aos desejos de conservação de injustiças e opõe-se à transformação social (BRASIL, 2012).

A abordagem metodológica é indispensável, pois, pressupõe um arcabouço explicativo das contradições sociais existentes por meio de estudos científicos. Os quais se provam como modelos eficazes de fundamentação teórica e prática. Contudo no âmbito do trabalho social no CRAS o nível de pesquisas sobre o assunto ainda é reduzido o que impede a existência uma abordagem metodológica predominantemente experimentada e validada exaustivamente.

O pequeno número de publicações, bem como o baixo nível de domínio dos profissionais sobre o tema demonstra a ainda incipiente reflexão sobre abordagens metodológicas no campo do trabalho social com famílias, tornando assim, complicado dispor de modelos de abordagens já experimentados, que possibilitem fazer uma previsão adequada de seus resultados nesse campo (BRASIL, 2012, p. 96).

Todavia, o caderno de orientações do PAIF (2012) não incentiva que exista uma única abordagem metodológica preestabelecida, pois se espera que as abordagens metodológicas sejam praticadas respeitando as especificidades do território de cada CRAS. O que se almeja é que o trabalhador social no âmbito do CRAS tenha consciência crítica da abordagem metodológica a qual a equipe adere a fim de firmar-se um trabalho profissional e cientificamente embasado.

Neste sentido cabe aos técnicos e ao coordenador do CRAS escolher qual a abordagem metodológica a ser utilizada, levando sempre em consideração sua concordância com os princípios da PNAS. Assim a abordagem escolhida deve promover a participação das famílias, a promoção da reflexão crítica da realidade vividas pelas famílias, valorização das potencialidades locais, promoção do protagonismo social, garantia de direitos e reconhecimento da responsabilidade social pela proteção social. Ou seja, abordagens metodológicas que possibilitem o exercício do trabalho social em prol do protagonismo social (BRASIL, 2012).

Orienta-se que a escolha da abordagem metodológica seja realizada de forma interdisciplinar, respeitando a diversidade de especialidades profissionais, sendo admissível a utilização de elementos de várias abordagens com o cuidado que estas sejam complementares e não contraditórias. A adoção da abordagem metodológica exige uma

constante avaliação de sua validade à demanda do trabalho social no CRAS. Neste sentido, percebe-se a necessidade de cuidado da equipe na conciliação da prática com a teoria (BRASIL, 2012).

O caderno de orientações do PAIF apresenta duas abordagens metodológicas a Pesquisa Ação e a Pedagogia Problematicadora de Paulo Freire como exemplos de diretrizes na oferta dos serviços do CRAS. Entretanto admitem a necessidade de aprofundamento de estudos sobre o assunto “reconhecendo que ainda há poucas publicações sobre esse tema, afirma-se que este é um terreno fértil para reflexão e produção (BRASIL, 2012, p.103)”. Frente a exposição das funções exclusivas do CRAS, a compreensão mais detalhada de suas ações e a necessidade de pesquisas que busquem bases científicas para abordagens metodológicas aplicadas neste contexto, é que nos dedicaremos no próximo capítulo a compreender a vida, obra e as contribuições da teoria e método de Paulo Freire.

### 3 PAULO FREIRE, TEORIA DA LIBERTAÇÃO E MÉTODO

Neste capítulo nos debruçaremos em compreender mais profundamente quem foi Paulo Freire, quais foram suas conquistas para seu grau de reconhecimento e impacto na sociedade brasileira, bem como reconhecer os princípios da teoria e do método Paulo Freire. Buscamos compreender Freire da forma mais integral possível neste trabalho, com um olhar a totalidade de seu ser enquanto um teorizador da vida. Enfatizamos que este processo de teorização que encontramos em Freire não é pura abstração, pelo contrário é prática, é experiência, é vivência. Pereira (1982) explica melhor esta concepção da integralidade que falamos:

Que o homem, protagonista de todo ato teórico, não é um ser que só possui cabeça, mas também corpo, coração... que manifesta paixões, desejos, angústias e sobretudo possui braços e mãos para agir. É por causa de tudo isso que teoriza. Não teoriza só porque pensa. Teoriza também porque sente, porque age. E seu ato teórico tem tanto a ver com seu desejo, sua paixão e sua ação do que com sua racionalidade. Vale dizer, sua capacidade para teorizar não implica apenas a condição pura e simples de poder elaborar ideias ou adquirir conhecimento.

Esta perspectiva de totalidade, aclaramos que trataremos sobre teoria da libertação e não pedagogia da libertação pois o arcabouço das produções de Freire nos dá base para assim a encararmos à medida que a teoria é um conjunto de aspectos filosóficos, antropológicos, epistemológicos, éticos e políticos onde encontra-se um corpo teórico. Por isso falamos em teoria freireana, e é por isso também que a teoria da libertação dialoga tão bem em áreas de diferentes campos de atuação e práticas sociais. O que nos fortalece ainda mais para buscar nela contribuições para o trabalho no CRAS.

Desta feita, este o capítulo está organizado em três tópicos, a saber, a) Paulo Freire: práxis e transformação social; b) A teoria da libertação de Paulo Freire, e; c) O método Paulo Freire.

#### 3.1 PAULO FREIRE: PRAXIS E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Qual seria a medida do sucesso acadêmico? Como classificar um estudioso como referência na sua área de estudos? Quais são os critérios de validação científica para o uso dos fundamentos teóricos de um determinado autor? Talvez pelo alcance de sua obra, tanto em dimensões de publicações quanto na diversidade de sua aplicabilidade? Quem



sabe pela repetição de sua utilização na fundamentação teórica em outros estudos validados cientificamente? Seria este estudioso consagrado pelas diversas honrarias recebidas através da utilização de seu nome como marco do espelhamento de sua teoria e prática? Seria por seu nome ser conhecido e respeitado mundialmente através de inúmeros prêmios, títulos e medalhas conquistadas? Em qualquer uma das hipóteses o nome de Paulo Freire faz-se pertinente.

Os livros publicados de autoria exclusiva de Freire totalizam quinze obras: Educação como prática da liberdade, publicado em 1967, Pedagogia do oprimido, em 1970, Extensão ou comunicação? em 1971, Ação cultural para a liberdade e outros escritos, em 1976, Cartas à Guiné-Bissau, em 1977, Educação e Mudança, em 1979 e A importância do ato de ler, em 1980, Educação na cidade, em 1991, Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido, em 1992, Política e educação, em 1993, Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar, em 1993, Cartas a Cristina, em 1994, À sombra desta mangueira, em 1995, Pedagogia da autonomia, em 1996, Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos, em 2000, (SOUZA, 2015, p. 333-343).

Tais publicações percorreram quase todo o mundo, com destaque da obra “Pedagogia do Oprimido” traduzida em mais de vinte línguas. A teoria de Freire tem sido utilizada como base para inúmeros trabalhos científicos das mais renomadas universidades dentro e fora do Brasil. A aplicabilidade teórica dos estudos de Freire expande-se para as mais diversas áreas do conhecimento científico desde a pedagogia à ecologia.

Tal influência abrange as mais diversas áreas do saber: pedagogia, filosofia, teologia, antropologia, serviço social, ecologia, medicina, psicoterapia, psicologia, museologia, história, jornalismo, artes plásticas, teatro, música, educação física, sociologia, pesquisa participante, metodologia do ensino de ciências e letras, ciência política, currículo escolar e política de educação dos meninos e meninas de rua (GADOTTI, 1996, p. 49).

Na obra “Paulo Freire: uma biobibliografia”, organizada por Moacir Gadotti (1996) a colaboradora Ana Freire enumera doze escolas, uma organização e quatro diretórios acadêmicos que levam o nome de Paulo Freire, contemplando vários estados brasileiros e outros países como o México e Espanha. A autora ainda menciona diversos prêmios, títulos e medalhas conquistadas por Freire no Brasil e no mundo, além de ser homenageado como cidadão honorário de nove cidades brasileiras. Disciplinas

acadêmicas foram criadas com seu nome em universidades renomadas, com vistas a estudar seu método e teoria. Seu nome foi utilizado para a denominação de ruas, bolsas de estudo e bibliotecas. Recebeu o título de “Doutor Honoris Causa” em mais de vinte universidades de vários países incluindo Inglaterra, Itália, Portugal, Espanha, Brasil, entre outros.

A quantidade extraordinária de honrarias dedicadas a Freire evidencia seu destaque em âmbito acadêmico que, por sua vez, é resultante de uma prática de conscientização do mundo e de luta intensa para a transformação social. Uma esperança vibrante e contagiante de poder mudar o mundo através da educação o trouxera ao ápice do reconhecimento profissional. Contudo, Paulo Freire não se resume a isso, ele foi mais. Um homem tal que não apenas conquistou sucesso profissional, sobretudo, um homem de fé e um homem que ganhou sua família.

Publicações de familiares de Freire, como de seu filho Lutgardes, demonstram seu respeito, carinho e reconhecimento por sua primeira esposa Elza, a qual honrou até sua morte. Percebemos que Freire nutria um grande amor por Elza, com ela viveu mais de quarenta anos e com ela teve e criou cinco filhos. Uma história familiar como esta, não poderia dar-se longe de uma origem familiar de valores condizentes. Pois, assim como Paulo Freire, afirmamos a influência histórica e cultural na formação do ser humano.

Paulo Reglus Neves Freire, nasceu em 19 de Setembro de 1921, na cidade de Recife, capital do estado de Pernambuco no nordeste brasileiro, filho de Joaquim Temístocles Freire, oficial da polícia militar e de crença espírita, e Edeltudres Neves, bordadeira e de crença católica. Filho mais novo do casal de classe média, que durante a infância de Paulo Freire passaram por dificuldades financeiras devido à crise de 1930. Tais dificuldades mostraram a Freire desde cedo as contradições de uma sociedade injusta.

Sua mãe escrevera cartas sobre a tenra infância de Freire, dando-nos pistas de sua personalidade. Conta que Freire era bastante apegado a seu pai e quando bebê apenas dormia em seus braços, fala sobre expressões carrancudas, enigmaticamente, de uma criança muito amável, conta que Freire era desde pequeno um contemplador nato, acrescenta que ele preferia observar os irmãos de longe a brincar. Conta-nos que quando Freire caía chorava de raiva. Descreve Freire como vaidoso, estudioso, devoto e ciumento (GADOTTI, 1996, p. 29).

Freire foi alfabetizado em casa por seus pais, treinando sua escrita no quintal de casa com gravetos. A educação que recebeu de seus pais era pautada no diálogo e na liberdade. Uma estrutura familiar abalada financeiramente, porém, sólida em relação a valores e harmonia. Aos dez anos Freire mudou-se com sua família para Jaboatão onde, aos 13 anos perdeu o pai, que havia caído de cavalo em um desfile de 7 de setembro (SOUZA, 2015, p. 306).

Passando a adolescência sem o pai, Freire presenciou a garra de sua mãe ao suportar os desafios do cuidado familiar sem o marido. Sendo o caçula entre quatro irmãos e devido as dificuldades financeiras os estudos de Freire foram prejudicados, por outro lado, talvez tenha sido as dificuldades que lhe proporcionaram vigor e determinação para fortalecer sua aptidão e agrado pelos estudos. Além das dores, em Jaboatão, Freire integrou-se na vida da comunidade, experienciando a alegria do convívio social.

Mas foi também em Jaboatão que sentiu, aprendeu e viveu a alegria no jogar futebol e no nadar pelo rio Jaboatão vendo as mulheres, de cócoras, lavando e 'batendo' nas pedras a roupa que lavavam para si, para a própria família, e para as famílias mais abastadas. Foi lá também que aprendeu a cantar e assobiar, coisas que até hoje tanto gosta de fazer, para se aliviar do cansaço de pensar e das tensões da vida do dia-a-dia; aprendeu a dialogar na 'roda de amigos' e aprendeu a valorizar sexualmente, a namorar e a amar as mulheres e por fim foi lá em Jaboatão que aprendeu a tomar para si, com paixão, os estudos das sintaxes popular e erudita da língua portuguesa (FREIRE, 2011f, p. 300).

Após a morte de seu pai, sua mãe resolvera voltar para o Recife, onde conseguira uma bolsa de estudos para Freire no colégio Oswaldo Cruz, que o acolhera sob a condição de que fosse estudioso. Instituição em que terminou os estudos secundários e que o contratara como professor de Português aos 21 anos. Aos 22 anos ingressou na faculdade de Direito do Recife, se formou em direito, porém decidiu não exercer a profissão após ter que cobrar um jovem dentista que havia se endividado ao comprar instrumentos de trabalho, comoveu-se com a injustiça da situação e viu-se incapaz de continuar a tarefa (SOUZA, 2015).

Aos 23 anos Freire casou-se com sua colega de profissão, professora Elza Maia Costa Oliveira, durante o matrimônio tiveram cinco filhos, Maria Madalena, Maria Cristina, Maria de Fátima, Joaquim e Lutgardes (SOUZA, 2015, p. 307).

Aos 26 anos Freire tornou-se diretor do setor de Educação e Cultura do Serviço Social da Indústria (SESI), permaneceu no cargo até seus 33 anos, quando foi promovido a superintendente do mesmo e ali ficou até os 36 anos, quando foi nomeado como membro

do Conselho Consultivo de Educação de sua cidade. Socialmente participativo neste exercício Freire apresentou no Congresso Nacional de Alfabetização de Adultos do ano de 1958 o relatório denominado “A educação de adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos”. Firmando-se como educador progressista, ao sustentar sua posição a favor da crítica sobre a realidade e da promoção da democracia em prol de uma sociedade política e socialmente responsável. Ana Freire expõem com propriedade o sentido deste relatório:

Com uma linguagem muito peculiar e com uma filosofia da educação absolutamente renovadora, ele propunha, no relatório, que a educação de adultos das Zonas dos Mocambos existentes no Estado de Pernambuco teria de se fundamentar na consciência da realidade da cotidianidade vivida pelos alfabetizando para jamais reduzir-se num simples conhecer de letras, palavras e frases. Afirmava também que só se faria um trabalho educativo para a democracia se o processo de alfabetização de adultos não fosse sobre – verticalmente – ou para – assistencialmente – o homem, mas com o homem (...), com os educandos e com a realidade. Propôs uma educação de adultos que estimulasse a colaboração, a decisão, a participação e a responsabilidade social e política. Freire, atento à categoria do saber que é apreendido existencialmente, pelo conhecimento vivo de seus problemas e os de sua comunidade local, já explicitava o seu respeito ao conhecimento popular, ao senso comum (GADOTTI, 1996, p. 35).

Aos 39 anos foi designado a direção da Divisão de Cultura e Recreação do Departamento de Documentação e Cultura de Recife. Nesta época Freire experienciou pela primeira vez o exercício da educação a nível superior na Universidade do Recife ao ministrar a disciplina de Filosofia da Educação. Aos 40 anos, após ser aprovado em concurso com a tese “Educação e atualidade brasileira” tomou posse como professor efetivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Recife. Dois anos depois Freire foi escolhido pelo governador da época para ser conselheiro estadual de educação (GADOTTI, 1996, p. 33).

Neste período Freire envolveu-se com o “Programa Nacional de Alfabetização de Adultos” o qual pretendia alcançar cerca de cinco milhões de adultos. Este movimento era um inconveniente ao conservadorismo pois, o povo alfabetizado tornar-se-iam eleitores, o que significava um risco eminente de perda de poder. E aos 42 anos, verão do ano de 1964, no início da ditadura militar, devido a posição prol democracia, Paulo Freire foi destituído do mandato de conselheiro, preso e perseguido. Na iminência de ser preso novamente, viu-se obrigado a exilar-se na Bolívia e em seguida no Chile.

Veio o golpe de Estado de 1964, e Paulo foi preso. Foi preso porque queria alfabetizar o povo. Queria resgatar a auto estima de um povo subjugado, desrespeitado, submisso, oprimido. Ficou preso durante 72 dias, as vezes em celas desumanas, que tinham mais ou menos 60 cm de largura por 1,70 m de comprimento, com paredes de cimento ásperas. Recusava-se a ideia de se exilar; fora solto da prisão no Recife, mas, após tomar conhecimento por familiares no Rio de Janeiro de que seria preso novamente, decidiu se exilar na baixada da Bolívia. (...) Um mês mais tarde viajou para La Paz. Mas quinze dias depois houve também um golpe na Bolívia, e ele viajou para o Chile (SOUZA, 2015, p. 309).

No Chile, Freire e depois sua família, foram acolhidos por outros brasileiros exilados que apresentaram à Freire o Instituto de Desarrollo Agropecuario, onde posteriormente realizou um trabalho de alfabetização de camponeses. Fora nesta época que escrevera o seu mais renomado livro “A pedagogia do oprimido”. Freire viveu dos 44 aos 48 anos no Chile, quando foi convidado a lecionar na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos da América (EUA), e também foi convidado para ser consultor especial do Departamento de Educação do Conselho Mundial das Igrejas, na Suíça. Decidiu com sua família que iria para os EUA e depois para a Suíça. Após um ano nos EUA, Freire foi para Genebra na Suíça onde trabalhou no Conselho Mundial das Igrejas. Este trabalho proporcionou-lhe a oportunidade de viajar para vários países, principalmente na África, onde exercia a função de assessoramento dos programas de alfabetização dos países que visitava. Na Suíça viveu Freire e sua família por dez anos (SOUZA, 2015).

Aos 59 anos Freire e sua família, após dezesseis anos, puderam voltar para o Brasil. Freire nesta etapa de sua vida foi convidado, pelo apelo de alunos e professores, a trabalhar como professor na Pontifícia Universidade Católica (PUC) e na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em São Paulo. Este foi um período onde Freire, já mundialmente conhecido, recebeu inúmeros prêmios e honrarias por diversos países como exposto no início deste texto.

Aos 65 anos Paulo Freire perde a esposa Elza, que falecera de um enfarte, após quarenta e dois anos de matrimônio. Dois anos após a morte de Elza e após vivenciar um intenso sentimento de luto, Freire reaprende a sentir o gosto da vida ao se envolver com Ana Araújo, com quem se casou aos 67 anos (SOUZA, 2015, p. 314-315).

Aos 68 anos Freire foi convidado a ser secretário de educação do município de São Paulo, função que exerceu durante quase três anos quando optou por dedicar-se a leitura e a escrever. Dedicou seus últimos anos de vida à disseminação de um legado de diálogo, respeito ao ser humano, crítica à realidade opressora, inquietude e gosto pela

mudança social que permita ao povo participação e responsabilidade social e política. Freire faleceu aos 75 anos vítima de um ataque cardíaco.

A obra de Freire foi consagrada pelo método de alfabetização que contempla a denúncia do contexto opressor em nossa sociedade e a fé numa educação libertadora, a qual fomenta no ser humano sua vocação de *Ser Mais*. Foram quinze obras de autoria exclusiva do autor, as quais foram mencionadas no início deste texto, livros que contemplam a inquietude de Paulo Freire por um Brasil melhor, mas um Brasil que melhore pela ação participativa do povo, um Brasil melhor, melhorado pelos brasileiros. Freire defende em seus livros uma educação que possibilite o diálogo e a reflexão crítica para a mudança. A seguir faremos uma breve descrição dos livros de Freire utilizados como base bibliográfica a esta pesquisa.

Seu primeiro livro, publicado em 1967, “Educação como prática da liberdade” foi uma reformulação de sua tese de doutorado intitulada “Educação e atualidade brasileira”. Neste livro, Freire descreve o momento histórico que vive o Brasil da época, caracterizando-o como uma sociedade em transição, explica os aspectos históricos e culturais que estigmatizaram nosso país a alienação, ao afirmar (2011b, p. 51) ser o Brasil “uma sociedade sem povo” um povo tratado mais como coisa que sujeito. Na perspectiva de Freire a transitividade representa um momento de passagem de uma sociedade fechada de inexperiência democrática para uma sociedade crítica, participativa e responsável politicamente (2011b, p. 84). Freire diferencia a educação de massificação, buscando no campo da pedagogia alternativa para a inserção crítica do povo brasileiro na história (2011b, p. 113). Após expor a história que permeiam a transitividade brasileira e ao propor uma profunda reflexão crítica sobre este contexto, Freire finaliza o livro apontando a educação como um processo de conscientização que leva o sujeito de um estado de ingenuidade a um patamar de criticidade “[...] tentássemos a promoção da ingenuidade em criticidade, ao mesmo tempo que alfabetizássemos” (2011b, p. 136).

Em 1970, Freire publica seu mais renomado livro “Pedagogia do Oprimido”, um fenômeno que percorreu o mundo com a aspiração de desafiar o homem a buscar a humanidade e o direito de ser mais. Nesta obra Freire apresenta os aspectos constitutivos da situação de opressão, dentre eles a consciência oprimida e opressora, que se forma no homem em face dual e contraditória a qual impede a humanização do homem e retarda seu potencial de ser mais. Assim, em face da situação história de opressão Freire apresenta elementos para o ser humano se desvencilhar da situação de opressão e conquistar a

liberdade de criar, de ser e de amar. Freire (1987 p.107) ao finalizar este livro afirma: “Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa esperança no povo. Nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar”.

O livro “Extensão ou comunicação?” foi escrito por Freire em 1971 com os esforços de ampliação do processo de educação libertadora as mais diversas áreas do atuar humano, com ênfase ao profissional agrônomo, que em suas definições exerce a função de extensionista. Tal denominação é fundamentalmente criticada por Freire, ao entender que a este profissional deve ser próprio o exercício da educação libertadora e não somente da técnica individualista e desprendida da totalidade. O estudo do livro nos mostra a complexidade da teoria da libertação de Freire que, não se destina apenas a professores em contextos acadêmicos, mas visa alcançar a todos que, engajados na luta pela libertação do povo oprimido, anseiam pelo processo de conscientização ao *Ser Mais*. Esta leitura foi de suma importância para a compreensão da teoria de Freire em sua totalidade sendo perfeitamente aplicável à área da Assistência Social, assim como Freire amplia seu discurso do professor ao agrônomo, ampliamos o mesmo ao trabalhador social.

Ação cultural para a liberdade e outros escritos é um compilado de trabalhos produzidos por Freire entre 1968 à 1974 que buscam evidenciar o caráter conscientizador do processo de alfabetização ampliando esta concepção para outras situações educativas, como no ambiente agrário, bem como, a qualquer ambiente de prática social. Freire articula a alfabetização de adultos à necessidade da passagem da visão ingênua à visão crítica do mundo em seus aspectos políticos, sociais e econômicos e não um simples processo de repetição de códigos que não fazem sentido algum. O processo de conscientização que levaria o ser humano a reconhecer-se como sujeito de transformação, construtor de sua própria história. É esta a visão chave de Freire que nos mobiliza ainda mais no estudo de sua teoria, pois pensamos ser esta a necessidade do trabalho social do CRAS, alcançar as pessoas em um processo de conscientização que gere real transformação social.

Educação e Mudança foi escrito por Paulo Freire no ano de 1979, ano que coincide com seu retorno do exílio ao Brasil. O livro Educação e mudança é dividido em quatro capítulos onde o autor discorre acerca da importância da educação na formação de um ser humano consciente, livre e capaz de mudar a sociedade em que está inserido, ponto que é reforçado por Freire como marca de seu pensamento. Os aspectos fundamentais de aproveitamento deste livro em nossa pesquisa consistem na compreensão da

transitividade do ser humano da consciência ingênua à consciência crítica, onde são debulhados os entraves das concepções mágicas e fatalistas para a construção de conhecimentos críticos com base em variáveis consistentes e contextualizadas. Neste livro também observamos o uso do termo trabalhador social como sujeito de mudança em comunhão.

*Pedagogia da Esperança* um reencontro com a pedagogia do oprimido, publicado pela primeira vez em 1992 é um retorno às vivências que acompanharam Freire antes, durante e depois do desenvolvimento do livre *Pedagogia do Oprimido*. Neste livro Freire explica mais de si, relata seu processo de evolução no conhecimento sobre a educação bem como nos conta sobre seu próprio processo de autoconhecimento. Freire se coloca neste livro como presença pessoal, como alguém a quem precisa ainda divulgar perguntas que já havia respondido em outros momentos, mas, percebeu que a demanda por respostas ainda era grande. É em *Pedagogia da Esperança* que mais sentimos a personalidade de Freire, como em uma prosa com alguém que tem muitas histórias a compartilhar. Neste livro Freire nos instiga a esperança, que não é uma espera estagnada, mas é uma prática de luta esperançosa, a qual visualiza a evolução da humanidade.

O livro *Política e educação* foi publicado em 1993 e ressalta a intencionalidade do educador em sua prática pedagógica. Freire não concebe uma prática neutra, mas explica que sempre há um posicionamento político por traz da ação e que é necessário que este posicionamento seja compreensível ao próprio profissional, ao passo que se ele não o compreende criticamente acaba por reproduzir ideologias dominantes sem mesmo discernir sobre suas consequências. Desta forma reafirma a necessidade da participação consciente voltada para a ação democrática em um olhar crítico direcionado ao *Ser Mais*. “Esta vocação para o ser mais que não se realiza na inexistência de ter, na indignância, demanda liberdade, possibilidade de decisão, de escolha, de autonomia” (FREIRE, 2001, p. 8). Assim a ação política torna-se própria do ser humano e necessária ao protagonismo social.

O livro “*Pedagogia da autonomia*” publicado em 1996, é um compilado de reflexões sobre a prática educativa, onde Freire expressa habilidades que o educador precisa desenvolver para que o ato de educar seja um ato de libertação. Apresenta em tópicos pequenos a necessidade de reflexão, rigorosidade metódica, pesquisa, respeito, criticidade, ética, bom-senso, curiosidade, alegria, esperança, generosidade, comprometimento, entre outros. Em todo o livro Freire reintegra a importância do



reconhecimento do outro por meio da ação dialógica que leva a conscientização e que este processo de ensino é próprio do humano, cabendo ao humano em sua especificidade e contexto produzi-lo.

Após o estudo das obras citadas acima pudemos compreender melhor o pensamento freireano, o que nos forneceu elementos para a sistematização de nosso entendimento em subtemas que estruturam nossa lógica de raciocínio em relação à teoria de Paulo Freire, o qual apresentaremos no próximo tópico.

### 3.2 A TEORIA DA LIBERTAÇÃO DE PAULO FREIRE

A Teoria da libertação é o contínuo processo de libertação que faz parte da inovação metodológica de Freire, desenvolvido primeiramente por meio da experiência de alfabetização de adultos, que se amplia as mais diversas situações as quais se busca uma conscientização de indivíduos e grupos a fim de chama-los para a responsabilidade social de seu contexto. É neste sentido que encontramos na teoria de Paulo Freire subsídios de sustentação para o trabalho social no CRAS ao que rege a emergente necessidade de aparatos teóricos para a promoção do protagonismo social.

De forma introdutória e no recorte de nosso interesse nesta pesquisa, ressaltamos os pilares de nossa compreensão da teoria da libertação de Paulo Freire em quatro tópicos: i.) a vocação ontológica do ser humano de *Ser Mais*; ii.) a violação da vocação de *Ser Mais* por meio da opressão, ou seja, a vocação de humanizar-se é abafada por um contexto social opressor, o qual impede o ser humano de humanizar-se e ao mesmo tempo o humilha a situações indignas da evolução da espécie enquanto sociedade organizada; iii.) a opressão é mantida por meio da alienação, manipulação, divisão e invasão cultural, os quais chamaremos neste trabalho de processos de manutenção da opressão; iv.) se há processos para a manutenção da opressão, ao ler Paulo Freire verificamos processos para a libertação desta condição, sendo eles, o diálogo, a problematização, a conscientização, a criticidade, o engajamento e a luta.

Ressaltamos que perceberemos com frequência o uso dos termos aluno e professor, ou à moda de Freire, educando e educador, contudo, para a nossa realidade de estudo esses termos estarão sempre análogos ao trabalhador da política de assistência social e ao usuário da mesma. Assim passamos a trabalhar cada um dos tópicos elencados acima de forma mais detalhada.

### 3.2.1 Vocação ontológica do Ser humano de *Ser Mais*

Para Paulo Freire a educação deve servir à promoção do *Ser Mais*, ou seja, a promoção do ser humano e da humanidade. Para Freire a humanidade é o desenvolvimento da espécie humana a um patamar de liberdade. A liberdade de escolher amar a vida enquanto sujeito construtor da sociedade, liberdade de comer, morar bem, de lazer, de trabalho, liberdade de sonhar e realizar. Esta liberdade implica na responsabilidade do ser humano em sua conquista. É dever e direito do ser humano lutar pela liberdade, construir sua vida, transformar sua sociedade de forma criativa, colaborativa e autônoma.

É que esta luta não se justifica apenas em que passem a ter liberdade para comer, mas “liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se”. Tal liberdade requer que o indivíduo seja ativo e responsável, não um escravo nem uma peça bem alimentada da máquina. Não basta que os homens não sejam escravos; se as condições sociais fomentam a existência de autômatos, o resultado não é o amor a vida, mas o amor a morte. Os oprimidos que se “formam” no amor a morte, que caracteriza o clima da opressão, devem encontrar, na sua luta, o caminho do amor à vida, que não está apenas no comer mais, se bem que implique também nele e dele não possa prescindir. (FREIRE, 1987, p. 31).

Lutar pela humanização é tarefa ontológica do ser humano, que se percebe inconcluso, portanto, em constante e interminável busca por “*Ser Mais*”. A pedagogia, neste sentido, não pode estar limitada a alguns anos obrigatórios de educação regular, nem mesmo reduzida apenas em um ambiente escolar, pelo contrário, se expande para a extensão total da vida e da história. Sendo o ser humano um ser histórico, ou seja, não se desenvolve sozinho, mas em comunhão. O desenvolvimento da humanidade transpassa gerações, o que torna a concepção do ser humano inconcluso um problema histórico, ao qual historicamente vem caminhando em busca de melhores condições de humanização. Desta feita, a educação é um processo constante de criação do ser humano à medida que este se reconhece inconcluso.

Por isto mesmo é que os reconhece como seres que estão sendo, como seres inacabados, inconclusos, em e com uma realidade, que sendo histórica também, é igualmente inacabada. Na verdade, diferentemente dos outros animais que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. Ai se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto

é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela têm. Dai que seja a educação um que-fazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos homens e do devenir da realidade (FREIRE, 1987, p. 42).

O ser humano é um ser de prática, de trabalho, de ação, de construção da sua realidade. Por ser um ser pensante consciente de sua temporalidade e incompletude o ser humano é capaz de refletir sobre a realidade e transformá-la. A transformação social somente acontece por meio da comunhão entre o grupo, o que exige linguagem, comunicação e integração. Este é um dos diferenciais do homem ao animal, a capacidade do ser humano de forma consciente transformar o mundo.

Esta é a vocação histórica do ser humano, a de ser mais, de humanizar-se, de transformar sua realidade. À medida que o ser humano é reduzido historicamente a coisas, a meras peças da produção em massa, ao qual lhe são impostas condições limitantes da criatividade e autonomia, observa-se uma violação do dever e do direito do homem de ser humano, observa-se a proibição da vida ser existência, observa-se uma situação de opressão.

### **3.2.2 Situação de opressão**

A situação de opressão é uma condição histórica, não existe por acaso, é uma situação produzida e reproduzida pela humanidade ao longo dos tempos. A situação de opressão é uma condição de vida limitante imposta a muitos, condição que proíbe o homem e a mulher de ser, sendo esta situação por si só uma violência. Nesta perspectiva, o homem nasce em uma situação limitante, de opressão, de violência, e nesta situação se constitui. Se para muitos é imposto a condição de opressão, para alguns poucos é imposto a condição de opressores. A consciência de opressão não é uma escolha tanto do que oprime quanto do que é oprimido e sim uma condição histórica, porém não é uma condição imutável. Freire (1987, p. 23) ao falar sobre estes dois contextos busca compreender a consciência de opressão que origina o comportamento opressor e oprimido e por fim uma sociedade injusta.

O povo oprimido, podemos definir aqui como boa parcela da população brasileira, que se encontra em situação de vulnerabilidade social, desempregados, analfabetos, negligenciados pelo governo, marginalizados e imersos nesta condição sem acesso aos direitos do cidadão. Apesar de perceber as dificuldades e sofrimentos que passam devido a grande diferença social que vivem, carecem de uma reflexão crítica direcionada ao

reconhecimento das variáveis que lhes põem nesta condição. Variáveis estas como a desigualdade social, fruto de construções políticas, econômicas, culturais entre outras. Fato que, muitas vezes quando um oprimido é promovido passa a executar a opressão de maneira tanto ou mais intensa que seu opressor.

Raros são os camponeses que, ao serem “promovidos” a capatazes, não se tornam mais duros opressores de seus antigos companheiros do que o patrão mesmo. Poder-se-ia dizer- e com razão – que isso se deve ao fato de que a situação concreta, vigente, de opressão, não foi transformada. E que, nesta hipótese, o capataz, para assegurar seu posto, tem de encarnar, com mais dureza ainda, a do patrão (FREIRE, 1987, p.18).

Observa-se que o oprimido abriga em si o opressor, a consciência opressora é egoísta, pensa apenas em adquirir poder para si, a consciência opressora não é altruísta, é imediatista preocupa-se em manter a ordem social a qual poucos desfrutam das riquezas do território, esbanjam qualidade de vida e consumo de bens e serviços. A consciência opressora não almeja a qualidade de vida para a maioria, não ambiciona o cuidado com a saúde dos povos e do planeta, sua visão foca-se em manter seu poderio e riquezas. Ingênuos, não percebem que para seu bem precisam do bem de todos, estão cegos em seu amor pelo dinheiro, poder e prestígio, também são enganados pela falta de amor e confiança na humanidade. Freire (1987, p. 23) afirma que aqueles que possuem a consciência opressora “inauguram o desamor, não os desamados, mas os que não amam, porque apenas se ama”.

Os oprimidos, uma vez que carregam em si a consciência da opressão visualizam nos opressores seu ideal de vida e de felicidade. Freire (1987, p.18) afirma que “os oprimidos têm no seu opressor seu testemunho de homem”. Os oprimidos criam uma visão distorcida de seu opressor como sendo invulnerável e poderoso. Assim os oprimidos almejam ter o que os opressores possuem e viver como eles.

Há por outro lado, em certo momento da experiência existencial dos oprimidos, uma irresistível atração pelo opressor. Pelos seus padrões de vida. Participar destes padrões constitui uma incontida aspiração. Na sua alienação querem, a todo o custo, parecer com o opressor. Imitá-lo. Segui-lo. Isto se verifica, sobretudo, nos oprimidos de “classe média”, cujo anseio é serem iguais ao “homem ilustre” da chamada classe “superior” (FREIRE, 1987, p. 28).

Os oprimidos imersos na condição de opressão trabalham como se fossem uma engrenagem de uma máquina, sem consciência de sua situação de oprimido e sem

compreensão do complexo sistema que os mantem oprimidos. Acomodam-se a situação que mesmo sendo desconfortável não lhes impulsiona a mudança. O opressor por sua vez também não tem nenhum interesse de mudar a sua situação confortável, mesmo que isto custe a dignidade de muitos.

Para amenizar o sofrimento e as condições precárias os povos oprimidos aderem a explicações fatalistas, místicas e irreais que as mantem em uma inércia. Muitos depositam a responsabilidade de estarem nesta posição em Deus, ou explicam sua situação como uma condição imposta pelo destino que nunca irá mudar, falas como “o Brasil não vai pra frente”, “todos estes políticos são corruptos”, “não adianta participar da reunião da comunidade, nada muda mesmo”, são exposições de pensamentos frequentes de um povo oprimido. Este fatalismo apenas distancia o povo da realidade e da transformação social.

Dai que, quase sempre, enquanto não chegam a localizar o opressor concretamente, como também enquanto não chegam a ser “consciência para si”, assumam atitudes fatalistas em face da situação concreta de opressão em que estão. [...] Quase sempre este fatalismo está, referindo ao poder do destino ou da sina ou do fato – potências irremovíveis – ou a uma destorcida visão de Deus. Dentro de um mundo mágico ou místico em que se encontra a consciência oprimida, sobre tudo camponesa, quase imersa na natureza, encontra no sofrimento, produto da exploração em que está, a vontade de Deus, como se Ele fosse o fazedor desta “desordem organizada” (FREIRE, 1987, p. 27).

Este fatalismo e indisposição para a luta de condições melhores de vida deriva do que Freire (1987, p.18) chama de medo da liberdade. Temem o risco de transformar a ordem social e sentem-se incapazes de fazê-lo. Existe no oprimido uma crença de ser incapaz e de que o mundo é incapaz de mudar. A auto desvalia é uma característica marcante do oprimido que se percebe sem valor, incapaz, sem conhecimento, sem ferramentas para a mudança, ou seja, percebem-se sujeitos determinados pelo contexto incapazes de mudar sua realidade.

De tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isto, terminam por se convencer de sua “incapacidade”. Falam de si como os que não sabem e do “doutor” como o que sabe e a quem devem escutar. Os critérios de saber que lhe são impostos são os convencionais (FREIRE, 1987, p. 28).

A crença na incapacidade de transformação a qual os oprimidos são devotos os mantem em uma situação passiva, inerte e conivente com o regime opressor. Os oprimidos acabam por rejeitar a vida e a amar a morte resultado do sistema de opressão. “[...] Sem crerem em si mesmos, destruídas, desesperançadas, estas massas, dificilmente, buscam a sua libertação [...]”. (Freire, 1987, p. 94). As massas ao nutrir a consciência opressora não conseguem vislumbrar a realidade de forma crítica a ponto de perceber-se capaz de transformar-se e assim transformar a sociedade.

### 3.2.3 Processos de manutenção da opressão

[...] o que mais interessa ao poder opressor é enfraquecer os oprimidos mais do que já estão, ilhando-os, criando e aprofundando cisões entre eles, através de uma gama variada de métodos e processos. Desde os métodos repressivos da burocracia estatal, à sua disposição, até as formas de ação cultural por meio das quais manejam as massas populares, dando-lhes a impressão de que as ajudam (FREIRE, 1987, p. 80).

A situação de opressão é mantida por diversos processos e estruturas sociais. Estas estruturas se organizam de forma a não permitir que o oprimido saia desta condição e que o opressor permaneça onde está. Antigamente, na época da escravidão no Brasil, a dominação era mantida pela força física. Como sabemos os escravos foram brutalmente obrigados a trabalhar e a servir seus senhores. Atualmente, a opressão acontece a um nível menos visível. A opressão acontece de forma mascarada.

Freire (1987, p. 78) afirma que “[...] os opressores se esforçam para manter o povo na forma de admiradores do mundo”. Sendo o povo admirador do mundo não se reconhecem como parte estruturante deste. O povo passa a admirar um mundo falso, intransponível, estático, impossível de ser transformado. Este processo nada mais é que a pura alienação, pois o povo acaba por não se reconhecer como povo criador de sua realidade, mas como povo designado definitivamente para a inercia.

[...] daí que os opressores desenvolveram uma série de recursos através dos quais propõem à “ad-miração” das massas conquistadas e oprimidas um falso mundo. Um mundo de engodos que, alienando-as mais ainda, as mantenha passivas em face dele. Daí que, na ação da conquista, não seja possível apresentar o mundo como problema, mas, pelo contrário, como algo dado, como algo estático, a que os homens se devem ajustar (FREIRE, 1987, p.78).

Ao povo é apresentado um falso mundo, incutindo-lhes a ideia de uma falsa ordem de liberdade. Dizem que todos são livres para ter o trabalho que quiser, sendo que a realidade é que as pessoas abraçam as oportunidades que lhes aparecem. Oferecem ao povo mitos e não verdades, as palavras ditas pelos opressores são hipócritas, são falsas, são vazias, retratam um mundo distante do que se vive. Freire (1987, p. 33), neste sentido, afirma “[...] A palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante. Daí que seja mais som que significação, e assim, melhor seria não dizê-la”.

A hipocrisia dos opressores não é um assunto novo. Freire (1987, p.79), aponta que já na velha Roma se ofereciam ao povo pão e circo, ou seja, davam-lhes o mínimo para não morrer e os prendiam a atenção com palhaçada para que não se dessem conta ao que realmente importa.

Já as elites dominadoras da velha Roma falavam na necessidade de dar “pão e circo” às massas para conquista-las, amaciando-as, com a intenção de assegurar a sua paz. As elites dominadoras de hoje, como as de todos os tempos, continuam precisando da conquista, como uma espécie de “pecado original”, com o “pão e circo” ou sem eles. Os conteúdos e os métodos da conquista variam historicamente, o que não varia enquanto houver elite dominadora, é esta ânsia necrófila de oprimir.

A manipulação é uma das formas com que o opressor maneja a sociedade a ponto de criar uma pseudo ordem, que coloca a maioria em uma situação de pobreza e a minoria em acumulo de riquezas, perpetua-se a cultura da injustiça de forma quase que natural sendo esta situação tratada como legítima, portanto, sem motivos para ser reivindicada. Desta forma a manipulação acaba por anestesiar as massas deixando-as passivas de sua realidade.

A manipulação aparece como uma necessidade imperiosa das elites dominadoras, com o fim de, através dela, conseguir um tipo inautêntico de “organização”, com que evite o seu contrário, que é a verdadeira organização das massas populares emersas e emergindo (FREIRE, 1987, p. 84).

Freire (1987, p 38) introduz a concepção de educação bancária como uma prática e estratégia de dominação e alienação do povo. A concepção de educação bancária é uma educação que não educa, são práticas que se fingem de educativas, porém são um processo de manutenção da opressão. Na concepção bancária os alunos são encarados como depósitos de informações terceirizadas que não fazem parte do cotidiano e da

prática do aluno, estas informações não são apresentadas de maneira a ajudar o aluno a desenvolver-se, são apresentadas para seu arquivamento. A concepção bancária reconhece os homens como uma plateia e não como ator principal. Reconhecem o homem como passivo das condições determinadas pela sociedade e inertes a suas mudanças.

A educação nesta concepção é uma prática de dominação que objetiva doutrinar o povo, mantê-lo ingênuo e distante de qualquer crítica. Os homens neste sentido são vazios e prontos para serem enchidos de informações que não lhes são relevantes para a transformação social, mas pelo contrário, que os mantem adaptados a condição que vivem. Esta educação não interage, apenas passa informações, não discute, estabelece o que é certo e errado. A educação bancária não permite a reflexão crítica, esmaga a criatividade.

O sistema opressor se dedica a enfraquecer os oprimidos, pois os oprimidos são a maioria. A lógica é clara, sendo os oprimidos a maioria, se unidos, são mais fortes. Contudo, se divididos, são mais fracos. Nesta perspectiva, os opressores propagam mitos de desconfiança, de que as pessoas não são confiáveis, de que o outro é perigoso, acabando por afastar a união e promover o individualismo. Freire (1987, p.79) afirma que [...] na medida em que as minorias, submetendo as maiorias a seu domínio, as oprimem, dividi-las e mantê-las divididas são condições indispensáveis à continuidade de seu poder. A união do povo é sabotada por inverdades. Freire (1987, p.80) acrescenta: “[...] conceitos como os de união, de organização, de luta, são timbrados, sem demora, como perigosos. E realmente o são, mas, para os opressores”.

O sistema opressor manipula as informações e as transmite de forma a pulverizar os mitos de divisão. Um exemplo interessante das formas de propagação da divisão é a ênfase que o sistema opressor emprega nos fatos de forma focal e não totalizante. Ou seja, os problemas sociais são encarados de forma reduzida e focalizada em um ponto apenas, excluindo outros aspectos da totalidade deste problema. Esta ênfase focal impede que o trabalho para o desenvolvimento de uma comunidade seja realizado de forma a contemplar as especificidades do território. O que acontece é que foca-se em um problema específico sem levar em consideração a complexidade de variáveis que interferem neste problema enquanto parte de uma totalidade. Nas palavras de Freire (1987, p 80):

[...] quanto mais se pulverize a totalidade de uma área em comunidades locais, nos trabalhos de desenvolvimento de comunidades, sem que estas comunidades sejam estudadas como totalidades em si, que são parcialidades de outra totalidade (área, região, etc.) que, por sua vez, é parcialidade de uma



totalidade maior (o país, como parcialidade da totalidade continental) tanto mais se intensifica a alienação. E quanto mais alienados, mais fácil dividi-los e mantê-los divididos.

A ideia focalista dos problemas reduz as chances de promoção da reflexão crítica do povo intensificando o individualismo e o sistema de opressão. Na medida em que as pessoas são mantidas separadas e presas a um destino de adaptação ao mundo que lhes é dado e não por elas construídos, sem que haja uma intervenção crítica, perpetua-se a inercia do povo mantendo o sistema de opressão. Apenas quando o ser humano passa a construir e recriar seu mundo, através do trabalho, é que se realiza e cumpre sua vocação de *Ser Mais*.

[...] é que, somente na medida em que os homens criam o seu mundo, que é mundo humano, criam com seu trabalho transformador- se realizam. A realização dos homens, enquanto homens, está pois, na realização deste mundo. Desta maneira, se seu estar no mundo do trabalho é um estar em dependência total, em insegurança, em ameaça permanente, enquanto seu trabalho não lhe pertence, não podem realizar-se. O trabalho não livre deixa de ser um quefazer realizador de sua pessoa, para ser um meio eficaz de sua “reificação” (FREIRE, 1987, p. 82).

A invasão cultural é uma das mais primitivas estratégias para a manutenção do sistema de opressão através da dominação cultural. A invasão cultural é a imposição de valores, princípios e regras de ordem social de forma a inviabilizar a criatividade e autenticidade de um povo. “A invasão cultural é a penetração que fazem os invasores no contexto cultural dos invadidos, impondo-lhes sua visão do mundo, enquanto lhes freiam a criatividade, ao inibirem sua expansão (FREIRE, 1987p.86)”. Este processo resulta na degradação do homem enquanto ser de decisão e fortalece, mais uma vez, a passividade do povo.

A passividade e inercia do povo em relação a própria realidade de opressão é resultado de inverdades as quais o povo acredita e as quais os impossibilita de buscar a transformação social. Ou seja, observa-se uma espécie de mitificação da realidade onde o povo se percebe incapaz de lutar para a melhoria de sua vida. A inercia do povo só pode ser abalada através de reflexões críticas as quais colocam em dúvida as ideias de incapacidade do povo com brecha a uma possibilidade de conquista da liberdade.

Na medida em que a conscientização, na e pela “revolução cultural”, se vai aprofundando, na práxis criadora da sociedade nova, os homens vão desvelando as razões do permanecer das “sobrevivências” míticas, no fundo,

realidades, forjadas na velha sociedade. Mais rapidamente, então, poderão libertar-se destes espectros que são sempre um sério problema a toda revolução, enquanto obstaculizam a edificação da nova sociedade (FREIRE, 1987, p. 91).

O sistema opressor para manter-se preocupa-se em evitar que o povo reflita sobre sua própria capacidade de mudança. O sistema opressor promove a insegurança emocional, o medo e a ideia de incapacidade para que o povo mantenha-se separado e desorganizado.

A própria situação concreta de opressão, ao dualizar o eu do oprimido, ao fazê-lo ambíguo, emocionalmente instável, temeroso da liberdade, facilita a ação divisória do dominador nas mesmas proporções em que dificulta a ação unificadora indispensável à prática libertadora (FREIRE, 1987, p. 99).

Observa-se que a manutenção do sistema opressor é primeiramente uma ação multifocal exercida pela atual organização social, pelos oprimidos e pelos opressores, pois em oprimidos e opressores encontram-se duas faces, duas constituições a oprimida e a opressora. Ou seja, no opressor existe um oprimido e no oprimido existe um opressor. Como vimos, para que o sistema opressor seja fortalecido são exercidas as práticas de alienação, manipulação, divisão e invasão cultural. Noutro lado, para que o oprimido se liberte são fortalecidas ações de diálogo, problematização, conscientização, criticidade, engajamento e luta.

### **3.2.4 Processos de libertação**

Neste tópico abordaremos quais são os processos de libertação explorados pela teoria de Freire, que nos ajudarão a compreender os processos constitutivos da ação libertadora, a qual buscamos aplicar no contexto do trabalho social no âmbito do CRAS. Lembramos mais uma vez que, a utilização do termo processos é posto neste trabalho como uma forma de deixar o complexo processo de libertação um pouco mais fácil de compreensão pelo leitor. Todavia, também ressaltamos que o uso do termo processos não pressupõem um caminho linear onde uma etapa, predispõe outra, como uma fórmula exata, mas que todos os elementos que abordaremos neste tópico fazem parte de uma totalidade que se relaciona entre si em uma dinâmica complexa e constante.

A teoria da libertação de Freire é uma visão ampliada e totalizante da condição humana, é o entendimento profundo do ser humano em suas relações, que por certo não

se restringe aos ambientes acadêmicos, contudo este é um ambiente em que Freire se dedicou por grande parte de sua vida, sendo sua teoria emoldada aos termos próprios deste contexto. Desta feita, veremos neste tópico os processos que Freire elenca como sendo potencializadores do processo de libertação voltados a realidade educacional. Assim adentraremos ao conceito de Educação Libertadora e de seus princípios constitutivos identificados nesta pesquisa, a saber, o diálogo, a conscientização, a problematização, a criticidade, o engajamento e a luta.

A educação é libertadora quando conduz a conscientização, ao pensamento crítico, à tomada de decisão e ação conjunta. A educação libertadora é uma estratégia para a promoção do homem ao seu desenvolvimento humano, ao seu potencial de *Ser Mais*. A educação libertadora é pautada nos princípios do diálogo, conscientização, problematização, criticidade, engajamento e luta, onde educador e educandos constroem o conhecimento de forma conjunta. O educando não é mais um simples espectador que recebe informações de forma passiva, mas, agora se torna sujeito de sua educação. O educador por sua vez, é agente intencionado e comprometido com a libertação, que compreende os educandos como seres conscientes, criadores e responsáveis por seu desenvolvimento. O educador conduz momentos de construção do conhecimento por meio de conteúdos relevantes ao contexto do educando.

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo (FREIRE, 1987, p. 38).

A educação libertadora, que verdadeiramente se importa com o outro e com o grupo não é um processo de preencher protocolos profissionais qualificadamente, é, para além disso, uma expressão de amor. Uma expressão de amor de quem, já fora alcançado por este amor, o que eu quero dizer é que, para que o educador exerça a educação libertadora ele deve obrigatoriamente ter sido, em comunhão, anteriormente libertado. Este processo representa a transição da dualidade opressor/oprimido que há em nós ao processo de libertação. Sendo este processo uma faceta da comunhão, só pode iniciar-se pelo diálogo.

O processo de libertação não pode ser algo imposto ou dado, precisa ser uma construção conjunta, em comunhão, por isso requer diálogo. O diálogo por sua vez exige o exercício da empatia, ou seja, colocar-se no lugar do outro, buscar genuinamente compreender o ponto de vista alheio e com isso construir posicionamentos comuns. O diálogo permite que os participantes sejam sujeitos ativos das resoluções do grupo. Freire enfatiza a importância da comunicação para o desenvolvimento do ser humano enquanto ser social com ênfase no cuidado de um pensamento não ser imposto ao outro e sim construído em conjunto.

[...] somente na comunicação tem sentido a vida humana. Que o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto, na intercomunicação. Por isto, o pensar daquele não pode ser um pensar para estes nem a estes imposto. Daí que não deva ser um pensar no isolamento, na torre de marfim, mas na e pela comunicação, em torno, repitamos de uma realidade (FREIRE, 1987, p.37).

Neste sentido, o diálogo deve proporcionar crescimento para o grupo e não apenas parte dele. Quando existe diálogo a troca de ideias se integra na formação de um posicionamento em comum, onde todos podem expressar-se e contribuir para a tomada de decisão. O diálogo, porém, jamais pode ter como significado desorganização ou falta de foco, precisa pelo contrário, ser intencional. A intencionalidade direciona o olhar do grupo a um objetivo em comum. A intencionalidade não é autoritarismo, mas é uma escolha livre e consentida de aceitar discutir sobre algum tema específico.

Desta maneira o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos assim se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já, não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas (FREIRE, 1987, p. 39).

A educação se faz em comunhão, em grupo. Assim afirma Freire (1987, p. 39) “[...] Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo [...]”. A educação acontece através do diálogo, onde o alvo da educação não é a transferência de informações, mas a construção de conhecimento de forma conjunta. O diálogo traz o participante a ação e reflexão. O participante do diálogo ao falar sua palavra torna-se sujeito responsável pelo curso da trajetória do grupo. Assim o diálogo é ação transformadora. “[...] Não há palavra

verdadeira que não seja práxis. Daí, que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo [...]” (FREIRE, 1987p. 42).

O diálogo gera e é gerado pela díade ação e reflexão. Como explica Freire (1987, p. 44) o diálogo gera responsabilidade, engajamento e trabalho, “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”. Freire (1987, p. 45) acrescenta que o homem se constitui ser humano através da palavra, do diálogo e da ação “[...] Se é dizendo a palavra com que, “pronunciando” o mundo, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens [...]”. O diálogo não é apenas a troca de informações, o diálogo exige profundidade, exige empatia, humildade, esperança e amor ao outro.

Para que o diálogo caminhe em direção à libertação do ser humano para exercer sua vocação de *Ser Mais*, é preciso que este diálogo seja intencionado ao processo de conscientização. Vejamos, para que o oprimido inaugure o amor é necessário que ele tenha clareza da condição de opressão que se encontra, para tanto, é necessário o desenvolvimento da consciência da opressão. A conscientização é um processo fundamental para a libertação do grupo da situação de opressão. Primeiramente o grupo precisa descobrir sua vocação histórica de *Ser Mais* e sua condição original de desenvolvimento enquanto ser humano. Perceber-se como sujeito que possui um potencial de humanização é base para humanizar-se.

A humanização é o processo estético, de busca e encontro com o belo que é o que faz sentido, com o ético, o moral, o conforto comum, a qualidade de vida da comunidade, o altruísmo, o respeito, a generosidade, o bom convívio, a paz, ou seja, todas as características que promovem o bem comum. Freire (1987, p. 29) afirma que “[...] Os oprimidos, nos vários momentos de sua libertação, precisam reconhecer-se como homens, na sua vocação ontológica e histórica de *Ser Mais* [...]”. Desta feita, a conscientização da vocação de *Ser Mais* do ser humano é o primeiro passo para sua libertação.

Contudo, durante a história da humanidade observou-se a corrupção do ser humano que por egoísmo buscou o bem apenas pra si, sendo esta característica da contradição do humano. O produto do ser humano na história, mostra a unidade de luta dos contrários, que, em todos os cantos do mundo, em todas as épocas demonstrou haver situações onde um grupo desfrutava das riquezas e o outro grupo, era subjugado a uma condição de miserabilidade. Nota-se que a vocação do ser humano já é desde o nascimento violada. Ou seja, o ser humano nasce em uma sociedade e em uma classe

social a qual por via de regra está condicionado a permanecer. Esta condição determinada social e historicamente pode sofrer mudanças em seu curso através deste processo de conscientização, quando o ser humano se torna capaz de refletir sobre sua condição de vida.

A consciência de perceber-se em “situação”, ou seja, passível de mudança, é essencial para que a pessoa desenvolva esperança por condições de vida melhores e coloque-se em lugar de sujeito desta mudança. A conscientização perpassa o entendimento do direito a condições de humanização que todos os homens possuem, e que por condições históricas este direito foi violado, no entanto, esta condição não é estática, mas, passível de mudança.

Esta consciência é alcançada por meio da reflexão e ação entre os homens. Freire (1987, p. 32) afirma que “[...] Ao alcançarem, na reflexão e na ação em comum, este saber da realidade, se descobrem como seus refazedores permanentes [...]”. A conscientização da situação dos homens é uma consciência histórica, que resulta em perceber-se inserido em um determinado contexto. Sendo assim, a consciência histórica é também consciência social, uma vez que se constitui de forma conjunta entre os homens. A conscientização então é histórica e cultural.

Ao passo que o homem se torna consciente de sua realidade e ao refletir sobre ela, passa a questionar-se em relação as situações que lhes são postas e introduz novas formas de encarar a realidade incitando a transformação cultural. Freire (1987, p. 91) relaciona a conscientização com a edificação de uma sociedade nova.

Na medida em que a conscientização, na e pela “revolução cultural”, se vai aprofundando, na práxis criadora da sociedade nova, os homens vão desvelando as razões do permanecer das “sobrevivências” míticas, no fundo, realidades, forjadas na velha sociedade. Mais rapidamente, então, poderão libertar-se destes espectros que são sempre um sério problema a toda revolução, enquanto obstaculizam a edificação da nova sociedade.

Freire introduz o conceito da “consciência real” e da “consciência máxima possível”. A consciência real é a realidade percebida pelo indivíduo, é a situação existencial, é a percepção da totalidade, é a percepção do indivíduo sobre o mundo que o rodeia. É através da palavra e do diálogo que o indivíduo externaliza sua visão de mundo, “os indivíduos, exteriorizando sua temática, explicitam sua “consciência real” da objetividade (FREIRE, 1987, p. 63)”.

A consciência máxima possível é a percepção que o indivíduo desenvolve a partir de sua consciência do real em uma perspectiva de superação. A consciência máxima possível é a crença em alcançar a próxima etapa do desenvolvimento de *Ser Mais*. A consciência máxima possível é a crença na capacidade de evoluir. Enquanto a consciência real é o processo de compreensão da realidade, a consciência máxima possível é a compreensão de onde se pode chegar a partir do que se tem.

O processo de passagem da consciência real para a consciência máxima possível é cíclico, pois ao fazê-lo, cria-se uma nova percepção do real, um novo conhecimento, uma nova percepção da percepção anterior. Este desenvolvimento é geralmente impulsionado por uma problematização. Vejamos mais detalhadamente: ao parar para pensar sobre a realidade, sendo este pensar equipado com conteúdos que mediem a reflexão, evitando assim uma visão ingênua de que a tomada de consciência é um ato isolado de pensar sobre si, chegamos a consciência do real, a consciência do real traz, via de regra, problemas a serem superados, como exemplo, é o caso do analfabetismo. Se eu parar para refletir sobre a real situação de analfabetismo no Brasil, me darei conta deste problema, ao perceber este problema preciso gerar hipóteses de soluções, estas soluções seriam a consciência máxima possível. Enxergar soluções é vislumbrar possibilidades de transformação, esse é o primeiro passo para alcançá-las. Freire (1987, p 63) ao explicar este processo, sublinha que, por meio desse movimento chega-se ao “inédito viável”, que é, nas palavras do autor, o vislumbre de soluções possíveis, de uma “ação editanda” a qual representa a prática interligada ao pensamento.

A nova percepção e o novo conhecimento, cuja formação já, começa nesta etapa da investigação, se prolongam, sistematicamente, na implantação do plano educativo, transformando o “inédito viável” na “ação editanda”, com a superação da “consciência real” pela “consciência máxima possível”.

O desenvolvimento da consciência real e da consciência máxima possível é estimulado, por meio da problematização, a fim de que o cidadão caminhe de uma situação de passividade para uma situação de sujeito participante e responsável por sua própria história. A problematização é um questionamento que surge durante o processo de conscientização e pode ser identificado por qualquer membro do grupo que se dispuseram a dialogar sobre algum tema. A problematização intriga o sujeito de sua condição e o faz refletir sobre possibilidades de mudança. Aquele que identifica e levanta a problematização está mostrando um traço relativo a liderança revolucionária.

A liderança revolucionária, como o nome já diz, precisa gerar a revolução através da problematização da realidade vivenciada pelo oprimido. Se o oprimido não ver problema em sua condição, qual seria o motivo dele buscar soluções para a mudança? É por isso que a liderança revolucionária ao enxergar no grupo oprimido potenciais de desenvolvimento atuara com ele intencionalmente para que gere no grupo uma reflexão crítica sobre a realidade.

O que temos que fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação (FREIRE, 1987, p. 49).

É fundamental que a liderança revolucionária tenha em si a esperança de um mundo melhor, tenha a confiança no potencial do grupo ao qual faz parte, para que através de sua ação com o grupo a transformação comece. É necessário que a liderança revolucionária não é sempre a mesma pessoa no grupo, mas, todos podem ser a um tempo ou ao mesmo tempo a liderança revolucionária. A liderança revolucionária ao acreditar no potencial de seu grupo promove com ele o diálogo para que venha do grupo as respostas de seus próprios dilemas.

Para isto, contudo, é preciso que creiamos nos homens oprimidos. Que os vejamos como capazes de pensar certo também. [...] Se esta crença nos falha, abandonamos a ideia ou não atemos, do diálogo, da reflexão, da comunicação e caímos nos slogans, nos comunicados, nos depósitos, nos dirigismos (FREIRE, 1987, p. 30).

Vale ressaltar que a ação da liderança revolucionária é feita com intencionalidade, porém, não como uma condicionalidade autoritarista. A liderança revolucionária precisa compreender-se como parte do grupo ao qual necessita do diálogo e da cativação do grupo para juntos direcionarem sua visão ao mesmo tema. A liderança revolucionária vai se libertar ao passo que o grupo se liberta. O objetivo é que a liderança revolucionária se integre ao grupo, fundindo se com ele ao ponto de compreendê-lo de forma complexa.

Não posso investigar o pensar dos outros, referido ao mundo se não penso. Mas, não penso autenticamente se os outros também não pensam. Simplesmente, não posso pensar pelos outros nem para os outros, nem sem os outros. A investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito de seu pensar. E se seu pensar é mágico ou ingênuo, será pensando o seu pensar, na ação, que ele mesmo se superará. E a superação não



se faz no ato de consumir idéias, mas no de produzi-las e de transformá-las na ação e na comunicação (FREIRE, 1987, p. 58).

A liderança revolucionária em equipe interdisciplinar tem a tarefa de compreender o universo do grupo ao qual está inserido, esmiuçando suas crenças, pensamentos, comportamentos, valores, princípios, ações, formas de produção, enfim, desvendar a cultura do grupo. E a partir daí devolver esta compreensão em forma de problemática para que o grupo reflita e pense criticamente nesta realidade a qual se veem inseridos.

[...] na prática problematizadora, vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo (FREIRE, 1987, p. 41).

Nesta perspectiva propõe-se a problematização das contradições vividas na comunidade. Propõe que o educando tenha uma visão crítica e real sobre si, a qual o impulse a buscar soluções para as problemáticas identificadas. O educador ao problematizar abre o caminho da investigação aos educandos como aponta Freire (1987, p. 40) “[...] Estes, em lugar de serem recipientes dóceis de depósitos, são agora investigadores críticos, em diálogo com o educador, investigador crítico, também [...]”. Os educandos assim vão fortalecendo a prática de compreender-se e de compreender o mundo não mais como algo estático e alheio a si, mas, como uma realidade a qual está em constante mudança e passiva da ação do ser humano.

Assim o elemento da criticidade vai tomando forma, ou seja, ao passo que as problematizações são trazidas à tona, é necessário que o grupo busque resolvê-las, ou explica-las de acordo com seu conhecimento sobre o assunto. Contudo o conhecimento do sujeito pode, por vezes, não ser suficiente para explicá-lo ou mesmo ser explicado de forma ingênua, mágica ou misticamente. É neste momento que a curiosidade entra em ação, fazendo com que o grupo pesquise outras maneiras de responder suas questões em bases científicas.

Nesta perspectiva a criticidade passa a ser uma forma de avaliar o conhecimento do grupo para validá-la como verdadeira ou não. Tal avaliação passa pelo crivo do teste do grupo, ao colocar seus conhecimentos em cheque frente a outras variáveis que até então, talvez não teriam sido levadas em consideração. Por exemplo, a percepção da falta de chuva em uma comunidade específica era explicada pelo fato dos deuses estarem os castigando. Contudo esta era uma explicação mística considerada correta por gerações a

qual não lhe aviam submetido a avaliação. Após um período de conscientização e problematização algumas pessoas da comunidade se debruçaram a compreender este fenômeno mais especificamente e após uma pesquisa com base em estudos científicos, passaram a compreender este fenômeno com o próprio das características meteorológicas da região.

A criticidade é o processo que leva o homem da consciência ingênua à consciência crítica epistemologicamente formada. Desta forma, o povo já não será mais mero recipiente de informações das ideologias dominantes, que os oprimem, mas, serão sujeitos que ao se deparar com os processos de manutenção da opressão, lembramos, manipulação, alienação, divisão, entre outros, terão subsídios para duvidar do que lhes é imposto e questionar a verdade e finalidade da ideologia dominante, tendo assim, autonomia para decidir segui-la ou não, tornando o povo sujeito de seu próprio pensar.

[...] que o povo então desenvolva o seu espírito crítico para que, ao ler jornais ou ao ouvir o noticiário das emissoras de rádio, o faça não como mero paciente, como objeto dos “comunicados” que lhes prescrevem, mas como uma consequência que precisa libertar-se. [...] O importante do ponto de vista de uma educação libertadora, e não bancária, é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros (FREIRE, 1987, p. 68).

Assim, educação libertadora se faz na prática onde o ser humano ao refletir criticamente sobre sua realidade remodela suas ações à transformação. Vale ressaltar que o conteúdo de reflexão está na totalidade da própria realidade do povo, ou seja, nasce do povo. Pois é no processo de conscientização da própria condição histórica, social, política e econômica, perpassadas pela problematização, é que o cidadão desenvolverá a criticidade a ponto de se engajar na busca efetiva pela transformação rumo ao *Ser Mais*.

Sendo os homens seres em “situação”, se encontram enraizados em condições tempo-espaço que os marcam e a que eles igualmente marcam. [...] os homens são porque estão em situação. E serão tanto mais quanto não só pensem criticamente sobre sua forma de estar, mas criticamente atuem sobre a situação em que estão (FREIRE, 1987, p. 58).

Este processo que leva o sujeito ao engajamento à busca pelo *Ser Mais*, se dá na participação do homem em sua libertação, pois uma vez que compreende a necessidade de libertação, torna-se o seu principal responsável por conquistá-la. Conquistar a liberdade implica em decidir e assumir as consequências desta decisão. O poder de

escolha possibilita ao homem desenvolver-se enquanto ser humano de forma criativa e não como bonecos de cordas. O engajamento do cidadão na transformação, enquanto sujeito de decisão, o torna igualmente responsável pela conquista desta transformação, a qual se depara com o obstáculo da dominação, que não pretende mudanças, ou seja, o cidadão em busca da libertação se torna um sujeito de luta.

Desde o começo mesmo da luta pela humanização, pela superação da contradição opressor-oprimidos, é preciso que eles se convençam de que esta luta exige deles, a partir do momento em que a aceitam, a sua responsabilidade total. É que esta luta não se justifica apenas em que passem a ter liberdade para comer, mas “liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se”. Tal liberdade requer que o indivíduo seja ativo e responsável, não um escravo nem uma peça bem alimentada da máquina (Freire, 1987, p. 31).

Nesta perspectiva, o processo de libertação do grupo oprimido é uma verdadeira ação para o desenvolvimento da humanidade. O oprimido ao lutar por sua libertação acaba por mostrar ao opressor a violência a qual pratica, uma vez que compreendemos que o opressor se faz cego para as necessidades dos oprimidos, devido ao seu caráter egoísta. Os oprimidos, ao mostrar aos opressores sua ferida torna os opressores conscientes da condição medíocre que o mundo se encaminha. Se os oprimidos não se levantarem e combaterem esta batalha contra o egoísmo e desigualdade social, não será possível que o opressor deixe por si só de exercer a opressão. Sendo assim, o oprimido acaba, através da luta por seus direitos, em inaugurar o amor.

Na verdade, porém, por paradoxal que possa parecer, na resposta dos oprimidos à violência dos opressores é que vamos encontrar o gesto de amor. Conscientemente ou inconscientemente, o ato de rebelião dos oprimidos, que é sempre tão ou quase tão violento quanto a violência que os cria, este ato dos oprimidos, sim, pode inaugurar o amor (FREIRE, 1987, p. 24).

Uma analogia que, a nosso ver, pode ajudar a esclarecer esta situação paradoxal é o conflito do irmão mais velho que com a chegada do irmão mais novo passa a vivenciar a experiência de compartilhar. Esta experiência não é inata e agradável, no início o irmão mais velho reluta em dividir o que é seu, mas através da luta e persistência do irmão mais novo em mostrar-lhe que também necessita de um determinado brinquedo, por exemplo, é que se inaugura o compartilhar. Assim também quando os oprimidos conquistam seu direito de ser e desenvolver sua humanidade é que inauguram, no opressor, a capacidade de compartilhar. Freire (1987, p. 24) conclui “[...] os oprimidos, lutando por ser, ao

retirar-lhes o poder de oprimir e de esmagar, lhes restauram a humanidade que haviam perdido no uso da opressão”.

Para que o oprimido exercite de fato o amor ao seu opressor ele precisa libertar-se primeiramente do opressor que vive em si, caso contrário a sua libertação será um mero trocar de papeis, passar de oprimido a opressor. O oprimido necessita tornar-se um novo homem se despindo dos comportamentos e pensamentos que o emergem em uma situação de opressão.

O importante por isso mesmo, é que a luta dos oprimidos se faça para superar a contradição em que se acham. Que esta superação seja o surgimento do homem novo – não mais opressor, não mais oprimido, que estavam sendo proibidos de ser, não o conseguirão se apenas invertem os termos da contradição. Isto é, se apenas mudam de lugar, nos polos da contradição (FREIRE, 1987, p. 24).

Para que o amor seja inaugurado o oprimido precisa renascer, transformar sua mente através da conscientização de sua condição histórica e principalmente precisa conscientizar-se de sua responsabilidade e capacidade de desenvolver-se enquanto ser humano. Assim, de forma prática e contínua, através de ações de trabalho e convívio, incitados por uma reflexão crítica e profunda, é que o oprimido dia-a-dia irá despindo-se do opressor e libertando-se.

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis (FREIRE, 1987, p. 29).

Observa-se então que a profunda reflexão crítica dos oprimidos não pode manter-se a nível intelectual, mas deve ser um precursor da ação. Ação esta que é contínua de acordo com a renovação da mente do oprimido. Ressalta-se que esta renovação é dinâmica, complexa e contínua. Não podemos acreditar em um acontecimento isolado em que o oprimido percebe-se oprimido e transforma-se, mas sim devemos entender que o processo de conscientização é um desenvolvimento perpétuo enquanto ser humano que se descobre a cada dia um ser novo com aprendizados novos e num mundo em transformação. Esta constante mudança não pode ser apenas pensamento, mas é ação. É prática de mudança, é prática de renovação, é prática libertadora.

Ao defendermos um permanente esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, não estamos pretendendo um jogo divertido em nível puramente intelectual. Estamos convencidos, pelo contrário, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática (FREIRE, 1987, p.29).

O pensamento crítico leva a ação, conduz-nos à prática. A reflexão e ação cotidiana e comunitária torna-se uma ação cultural rumo ao *Ser Mais*. O grupo ao desenvolver as habilidades aprofundadas neste tópico de diálogo, conscientização, problematização, criticidade, engajamento e luta passa a ser uma engrenagem de transformação social, a qual conduz à libertação. O grupo passa a ser político uma vez que se percebe responsável e capaz de tomar decisões sobre sua própria realidade. O grupo desenvolve-se em comunhão para tornar-se independente, autônomo e possuidor das próprias decisões e consequências. Este precioso processo explicitado pelos princípios da teoria da libertação de Freire é essencial para aqueles que em processo de libertação pretendem unir forças aos demais em busca do *Ser Mais*. Assim, com esta base teórica, no próximo tópico abordaremos mais especificamente as fases do método Paulo Freire.

### 3.3 O MÉTODO PAULO FREIRE

Neste tópico, trataremos de forma mais sistemática as fases do método Paulo Freire, desenvolvidas a partir de sua experiência de alfabetização de adultos, realizada pela primeira vez em Angicos. Vale ressaltar, que, devido esta experiência do método Paulo Freire ter sido por meio da alfabetização, condicionou-se o uso dos termos dos envolvidos de aluno e professor, ou à moda de Freire, educando e educador, contudo, à nossa realidade de estudo esses termos estarão sempre análogos ao trabalhador da política de assistência social e ao usuário da mesma.

Antes de abordarmos as fases propriamente do método, é necessário ressaltar aspectos importantes deste, o primeiro diz respeito a organização da prática pedagógica, que não está enraizada a uma sala de aula onde alunos se dispõem em fileiras e o professor, detentor do saber absoluto, se coloca afrente para encher as mentes vazias dos alunos. Freire traz a concepção de círculos de cultura, onde, quebra-se a rigidez da organização do ambiente escolar como único espaço de educação, ampliando-se a educação para qualquer ambiente a qual exercite-se o ato educativo.

Dá pra desconfiar que “círculo de cultura” é uma idéia que substitui a de “turma de alunos” ou a de “sala de aula”. “Círculo”, porque todos estão à volta de uma equipe de trabalho que não tem um professor ou um alfabetizador, mas um animador de debates que, como um companheiro alfabetizado, participa de uma atividade comum em que todos se ensinam e aprendem. O animador coordena um grupo que não dirige e, a todo momento, anima um trabalho orientando uma equipe cuja maior qualidade deve ser a participação ativa em todos os momentos do diálogo, [...] (BRANDÃO, 1981, p. 11).

O segundo aspecto a ser ressaltado refere-se à produção do conhecimento como uma construção coletiva entre os atores envolvidos na educação, educador e educando. Onde, de forma dialógica, a construção do saber passa a ser um processo de conscientização, ou mesmo um ato político.

Pela conscientização, o educando, junto com o educador, vai reaprender o seu contexto e vai pensar alternativas de mudança. Por isso, um ato político e, por isso, que o método do Paulo Freire foi abortado logo depois do golpe da década de 1960 (DICKMANN; DICKMANN, 2020, p. 60).

A expansão da aplicabilidade do método Paulo Freire foi uma das mais sinceras vontades de Freire, que deixou claro seu desejo por ser reinventado, isso inclui sua abertura à crítica, a mudança, ao diálogo e à construção conjunta do conhecimento. E ao mesmo tempo demonstra sua repulsa pela intolerância, pelo autoritarismo e pela estagnação do conhecimento e de seu método a um saber absoluto e imutável.

Buscaremos abordar neste momento o método de Paulo Freire de forma sistemática, contudo, gostaríamos de deixar claro que não o apresentamos de forma rígida, visto ser este um ponto fulcral de crítica da perspectiva freireana. Reafirmamos juntamente com Brandão (1981) que o método de Paulo Freire que será descrito a frente foi um primeiro passo para o impulso de um grandioso processo de libertação sonhado por Freire e seus colegas. “[...] sonharam um caminho e começaram a andar. O “método” foi só a botina que calçaram nos pés para caminhar. Muita gente, de tanto haver olhado só as marcas dela no caminho, pensou que aquilo fosse toda a prática. E toda a história do que se fez[...].” (BRANDÃO, 1981, p.06).

É importante deixar claro que estas fases não estão soltas e dispersas de seu contexto de execução, queremos dizer com isso que, antes de sua primeira experiência houve um processo de compartilhamento grupal, onde, Freire e seus colegas,

comungaram de um mesmo objetivo, dialogaram sobre o método e se familiarizaram com o mesmo, para que o exercessem de forma harmoniosa e eficaz.

Dickmann e Dickmann (2020) se dedicam a compreender a fundo o método de Paulo Freire, renovando-o às mais diversas formas de sua aplicabilidade. Como exemplo, são compartilhadas experiências do método utilizado na academia e nos movimentos sociais. A objetividade, atualidade e sistematização de Dickmann e Dickmann (2020) nos proporcionou apoio substancial para a compreensão do Método Paulo Freire. Os autores estabelecem cinco fases do método de Paulo Freire: (a) Levantamento do universo vocabular ou universo temático; (b) Escolha das palavras geradoras ou temas geradores; (c) Criação de situações existenciais; (d) Criação das fichas de descoberta; (e) Decomposição das fichas de descoberta.

A fase do **levantamento do universo vocabular**, é a fase que abriga a busca do repertório vocabular para o processo da alfabetização. Vejamos, este trabalho de alfabetização tinha como uma de suas mais singelas metas que, ao final do programa as pessoas envolvidas tivessem a habilidade de decifrar códigos escritos, letras, palavras. Para isso, em uma perspectiva dialógica, não seria possível que o educador chegasse ao local com uma quantidade de palavras para o estudo, escolhidas sem a contribuição daquele que seria parte fundamental do processo, o educando. Assim, nesta fase o profissional se aproxima da realidade local de forma humilde e respeitosa para compartilhar ideias sobre a alfabetização, esperando ouvir do outro, suas perspectivas e anseios sobre o assunto. Visto que, ao reconhecer a alfabetização como um objetivo em comum, busca-se propagar este objetivo com a comunidade envolvendo-a ao passo que estejam todos engajados.

E o trabalho de construir o repertório dos símbolos da alfabetização já é o começo do trabalho de aprender. Por isso ele deve envolver um máximo de pessoas da comunidade, do lugar onde serão formadas uma ou mais turmas de alfabetizandos. A idéia de uma ação dialógica entre educadores-e-educandos deve começar com uma prática de ação comum entre as pessoas do programa de alfabetização e as da comunidade (BRANDÃO, 1981, p. 11).

O levantamento do universo vocabular, não se restringe a captação das palavras comumente usadas na comunidade. É o momento em que o profissional vai adentrar a realidade do sujeito, buscando compreender sua forma de ver o mundo, sua forma de encarar a vida, sua cultura, seu jeito de falar, seus valores, seus trejeitos comportamentais, suas respostas aos condicionamentos econômicos, sociais e políticos instaurados. Enfim,

esta é a fase em que o profissional irá se aproximar respeitosamente do sujeito para enxergá-lo, escutá-lo, compreende-lo. Na prática este movimento é feito a campo, onde o profissional e o sujeito conjuntamente, iniciam uma pesquisa na compreensão da realidade do sujeito. “O objetivo da pesquisa do universo vocabular e temático é surpreender a maneira como uma realidade social existe na vida e no pensamento, no imaginário dos seus participantes (Brandão, 1981, p. 13).

Brandão (1981) nos conta como acontece esta primeira fase, e, esclarece sua organicidade ao descrever a presença da equipe de profissionais de forma a habitar o cotidiano da comunidade. Assim, de prancheta na mão, pés no chão, mente aberta, ouvidos e olhos atentos é que o profissional inicia seu diálogo com o outro. Este processo pode acontecer de diversas maneiras na comunidade, de porta-a-porta, em participações de reuniões comunitárias, eventos culturais, religiosos, políticos ou outros ajuntamentos cotidianos quaisquer, bem como reuniões organizadas pelos profissionais propositalmente para fins da própria pesquisa.

Nesta primeira fase, não há um roteiro pré-estabelecido com perguntas definidas, como um questionário fechado que possibilita apenas respostas de sim ou não. Todavia, também não significa que não haja um bom planejamento sobre o momento, pelo contrário o profissional nesta fase terá sempre em mente qual é o seu objetivo e os princípios deste trabalho dialógico ao iniciar o levantamento do universo vocabular. Nesta perspectiva o profissional pode iniciar o diálogo com perguntas abertas para livre expressão do pensamento do sujeito. Brandão (1981, p.12) expõe alguns tópicos de perguntas para esta abordagem ao descrever que “[...] Há perguntas sobre a vida, sobre casos acontecidos, sobre o trabalho, sobre modos de ver e compreender o mundo. Perguntas que emergem de uma vivência que começa a acontecer ali [...]”.

Este processo do levantamento do universo vocabular, destacamos, não é uma via de mão única, pois, ao mesmo tempo que o profissional deposita seu olhar no outro, o mesmo profissional enquanto ser humano, encharcado de história, constituído socialmente e marcado por suas experiências coletivas e individuais, trará ao momento uma singularidade específica da relação experienciada, isso inclui seus conhecimentos prévios tanto em relação à técnica como em relação à sua prática cotidiana e profissional. Sendo assim, notamos que, já na primeira fase do método de Paulo Freire a integralidade deste processo que não visa uma ação de cima para baixo ou uma intervenção forçada, induzida ou mesmo uma falsa generosidade. O método, pelo contrário, inicia-se com o



intento de conexão entre os envolvidos, para que, por meio do diálogo cheguem a um objetivo em comum. Assim o trabalho não é realizado no outro ou para o outro e sim com o outro, em comunhão.

Dickmann e Dickmann (2020) expõem o exemplo para esta fase no ambiente da academia e em movimentos sociais. Na academia, encenam a ação do professor que, ao invés de trazer um conteúdo pré-determinado e fixo para a transferência aos alunos, ele investe tempo no diálogo com os alunos para aferição do conhecimento prévio dos alunos e escolha conjunta dos conteúdos a serem estudados. Nos movimentos sociais de promoção de saúde pública, por exemplo, os autores explicam a prática desta primeira fase também com o foco no diálogo, visto que o profissional ao invés de chegar ao sujeito com receitas e normas de saúde a serem seguidas, primeiramente escuta e investiga o que o sujeito tem a lhe dizer sobre o assunto.

[...] E veja bem, como eu faço isso na academia? Eu começo perguntando para os meus estudantes. Vou dar aula de filosofia: o que vocês conhecem de filosofia? Quais autores de filosofia que vocês conhecem? São clássicos, são medievais, são os modernos? (...) Veja, eu estou, deste ponto de vista, freirianamente trabalhando filosofia na academia. Se você trabalha em um movimento social, e você vai fazer um trabalho de saúde pública em uma comunidade de periferia, você não precisa chegar lá indicando remédio, indicando tratamento, você começa a se perguntar: por que você acha que tem essa dor? Que dor é essa? Será que mais pessoas da tua comunidade tem a mesma dor? (...) essa é a primeira fase do método: conhecer o estudante, conhecer as pessoas, conhecer o mundo. (...) é a fase de leitura do mundo onde vai se trabalhar (DICKMANN; DICKMANN, 2020, p. 62).

Antes de passarmos para a próxima fase do método Paulo Freire vale ressaltar que as nomenclaturas universo vocabular e palavras geradoras foram ampliadas por Freire para universo temático e temas geradores, para uso no processo de pós-alfabetização, onde se ampliam as discussões bem como seus tópicos já não são direcionados ao uso instrumental de palavras em si, mas de assuntos ainda mais complexos. Sendo assim nos próximos parágrafos usaremos de forma complementar ambas as expressões, visto que nossa explanação do método é a partir da experiência de alfabetização e nosso intuito de aplicabilidade é para além deste.

A segunda fase do método denominada **escolha das palavras geradoras**, é uma síntese das informações obtidas na primeira fase, uma espécie de estreitamento do foco, onde educador e educando irão identificar qual é o tema e/ou as palavras de maior significância no momento para a partir deste seguir à próxima etapa. Esta síntese faz-se necessária devido a amplitude das informações coletadas anteriormente, a fim de em um

objetivo de investigação em comum buscar caminhos resolutivos. “É uma síntese entre professores e alunos, ou educadores e educandos, do universo vocabular levantado, da leitura de mundo feito entre eles. É uma forma de você resumir, no menos, o todo (DICKMANN; DICKMANN, 2020, p.64)”.

Portanto, após a minuciosa fase de conhecer o universo temático da comunidade a equipe de profissionais do projeto de alfabetização se reúne juntamente com os sujeitos ou representantes destes, para discutir e reduzir todo o conteúdo absorvido em categorias menores. Neste momento observa-se quais temas são os mais relevantes, ou seja, que incidem maior significância para a comunidade, que possua uma carga afetiva, crítica e emocional envolvida, que esteja arraigado em seu dia-a-dia. É dentro dos temas relevantes da comunidade que, no caso da alfabetização, o grupo de pesquisa irá selecionar algumas palavras chaves, sugere-se entre 16 a 23 palavras, para serem instrumentos no processo de aprender a ler e escrever.

Mas as palavras devem também conter sentidos explícitos, diretos e é bom que eles estejam carregados de carga afetiva e de memória crítica. São boas as palavras que convivem com a fala comum da gente do lugar e que, mesmo sendo de uso geral na região, sejam sentidas por quem fala como “uma coisa daqui”: palavras que as pessoas usam no toda-a-hora da fala. Mas os seus sentidos devem apontar para as questões da vida, do trabalho; devem ser símbolos concretos da existência real das pessoas, como “chuva”, “enxada” e “lavoura” são para o lavrador; como “favela”, “tijolo” e “salário” são para o operário ((BRANDÃO, 1981, p. 15).

As palavras selecionadas precisam também atender a necessidade do processo da alfabetização, Brandão (1981, p.15) nos explica: “as palavras geradoras devem conter todos os fonemas da Língua Portuguesa e devem incluir todas as dificuldades de pronúncia e escrita (s, ss, ch, x, lh e outros terrores gramaticais)”. As palavras escolhidas serão trabalhadas na próxima fase de acordo com sua ordem de dificuldade, primeiro as mais fáceis e em seguida as mais difíceis. Lembramos que as palavras geradoras são palavras do cotidiano da comunidade, cheias sentidos, as quais deverão proporcionar base para o debate que se pretende na próxima fase do método. O autor ainda nos apresenta um exemplo: “a palavra “batuque” os “aspectos de discussão” foram: “cultura do povo, folclore, cultura erudita, alienação cultural”. Para “governo”: “plano político, o poder político, o papel do povo na organização do povo, participação popular” (BRANDÃO, 1981, p.16).

A exemplo de Dickmann e Dickmann (2020, p.63) esta segunda fase é aplicada na academia no momento em que o educador, ao compreender melhor onde os educandos se encontram em nível de conhecimento sobre o assunto, decidem de maneira conjunta o caminho que podem traçar para o aprofundamento do mesmo. “Agora, eu vou perguntar e vou aprofundar. Lembra o que vocês me falaram de Platão? Então, vamos conhecer a teoria platônica no todo (...)”. Em relação aos movimentos sociais, os autores realizam a redução temática desta segunda fase, partindo do que foi trazido pela comunidade e extraíndo o mais significativo.

Adentramos então a terceira fase do método Paulo Freire, **a criação de situações existenciais**. Esta é a fase em que se inicia os círculos de cultura propriamente dito, lembramos que os círculos de cultura são espaços de diálogo e de construção conjunta do conhecimento, onde incentiva-se a participação ativa de todos. Usa-se a expressão círculo para mostrar que este não é um momento representado por autoritarismo ou hierarquias as quais lembrariam outras formas como os triângulos, pelo contrário, a ideia de círculo representa uma unidade de iguais onde todos aprendem e todos ensinam. O termo cultura neste caso representa a força da comunidade unida em prol de um objetivo em comum, que, ao colocar-se como sujeitos da ação e capazes de transformar sua realidade tornam-se os atores principais do movimento cultural.

Para a criação de situações existências, durante a experiência de alfabetização, Paulo Freire utilizou-se de fichas de cultura, que são imagens da realidade local, na época foi comum o uso de desenhos. Na ilustração havia elementos da cultura local que foram também escolhidos com base no conhecimento adquirido sobre as principais características e especificidades da comunidade. Com a gravura o profissional, chamado por Freire de animador de debates, iniciará a discussão com perguntas sobre a imagem como: “[...] o que a figura mostra? Quais são as partes, os elementos dela? O que será que ela quer dizer? Com o que é que parece? (BRANDÃO, 1981, p.23).

As fichas de cultura são desenhos feitos em cartazes ou projetados em slides. Uma após a outra, elas provocam os primeiros debates, as primeiras trocas de idéias entre o animador e os educandos, ou entre os educandos. Em conjunto elas introduzem idéias de base que, partindo de situações existenciais, possibilitam a apreensão coletiva do conceito de cultura e conduzem a outros conceitos fundamentais que muitas vezes reaparecerão e serão rediscutidos durante todo o trabalho de alfabetização: “trabalho”, “diálogo”, “mundo”, “natureza”, “homem”, “sociedade”? (BRANDÃO, 1981, p.21).

Os debates são abertos, contudo possuem um objetivo claro, o de, por meio do diálogo, gerar a conscientização da realidade vivenciada e por meio dela processos de crítica sobre seu contexto. A experiência de Freire nos mostra sua habilidade na dinâmica dos círculos de cultura ao levar o grupo a reflexão por meio de problematizações ligadas a vivência representada pelas fichas de cultura. Temas centrais abordados eram a relação natureza e cultura. Por exemplo, em uma gravura que ilustra uma casa, pessoas e uma árvore com pássaros, o animador pode problematizar a construção da casa como uma produção do ser humano, própria da capacidade deste de transformar a natureza em prol de suas necessidades. Neste enredo pode-se problematizar a questão do trabalho, onde em muitas situações aquele que constrói casas, não possui sequer uma casa própria. Que sociedade é esta? Que tipos de valores regem este sistema onde a casa, mesmo sendo uma necessidade básica, muitos não usufruem deste direito?

O caminho que toma a discussão é inédito a cada experiência, contudo um objetivo em comum é, por meio deste processo de diálogo, problematização, conscientização e criticidade, tornar o grupo cada vez mais engajado na proposta inicial, neste caso a alfabetização, e na luta comunitária pela transformação social em prol do povo. Tornando o grupo cada vez mais convicto de sua capacidade, autonomia e protagonismo.

Nesta fase o profissional não precisa ter pressa e, a medida do possível, deixar que o grupo faça suas contribuições livremente em torno das fichas de cultura, mesmo que este momento dure mais de um encontro, se for necessário, pois só assim, com a participação de todos é que o processo de alfabetização fará sentido.

Ao compreender esta dimensão da importância da participação do grupo no processo de conscientização da realidade é que a alfabetização se fará verdadeira, onde ao mesmo tempo que o cidadão aprende a decifrar códigos escritos ele desenvolve a capacidade de pôr-se como sujeito desta ação. Dickmann e Dickmann (2020, p.65) exemplificam a aplicabilidade desta fase na academia, no momento em que o professor busca relacionar sentido ao conteúdo estudado ao passo que o vincula a situações cotidianas do grupo. No caso dos movimentos sociais de saúde, os autores relatam que esta é a fase em que o profissional irá demonstrar as influências socioeconômicas da condição de saúde dos moradores da periferia, por exemplo.

Passamos então para a quarta fase do método Paulo Freire, **a criação das fichas de descoberta**. Após a exaustão do debate com as fichas de cultura, o animador irá apresentar a primeira palavra geradora selecionada, juntamente com uma figura que a

represente. A partir desta palavra geradora será criado um debate sobre seu significante e significado na vida da comunidade. Por exemplo, como vimos antes, com a palavra “governo” pode-se iniciar vários debates, sobre a organização da comunidade, o poder político, a participação popular, entre outros.

Quando o profissional perceber que este novo debate vai se exaurindo é a hora de chamar a atenção para a palavra escrita, apontando-a, delineando-a e lendo-a de forma audível e clara, é indicado que o profissional convide o grupo a repetir o som da palavra com ele até que fique clara a ligação entre a figura debatida e a palavra escrita. Por exemplo, como ensina Brandão (1981), com a palavra geradora “Benedito”, que tinha como ilustração um homem com chapéu largo que faz lembrar um trabalhador rural, típico do trabalho comum da comunidade local, o animador diz:

“Tão vendo, pessoal? Olha, esse homem que a gente tava falando sobre ele e a vida dele, o nome dele tá escrito aqui embaixo. Assim, ó: Benedito (lê devagar, acompanhando a palavra com os dedos ao longo da palavra, sem separar artificialmente as suas sílabas). Olha gente: Benedito, Benedito. Outra vez: Benedito. Agora, vamos ver se vocês repetem comigo. Vamos lá: Benedito, Benedito, Benedito. Isso gente. A senhora, Dona Maria: Benedito, Benedito. João, você aí atrás: Benedito. Vocês estão vendo? Benedito (BRANDÃO, 1981, p. 30)”

Então ao passo que o grupo associa a figura a palavra, o educador retira a figura e deixa apenas a palavra escrita e inicia novamente a leitura conjunta da palavra. Após mais algumas repetições da palavra escrita o educador mostra a palavra “Benedito” separada por sílabas “Be-ne-di-to”. Foca-se por mais alguns instantes na pronuncia das sílabas e então as sílabas são separadas em suas famílias, “Ba-Be-Bi-Bo-Bu, Na-Ne-Ni-No-Nu, Da-De-Di-Do-Du, Ta-Te-Ti-To-Tu. Este é o momento que será exposta a ficha da descoberta, onde as famílias silábicas ficam expostas e o educador pode explorá-la ao máximo, fazendo quase que como uma brincadeira a leitura dessas. Brandão ainda exemplifica:

“[...] Que que a gente tem aqui, ó, aqui assim? Cada pedaço do nome do Benedito tem a sua família. Aqui tá escrito o Be do Benedito, aqui o ne, o di, o to. Agora, desse jeito assim tá a família do Be completinha: be, bi, ba, bu, bo. De novo, olha gente: be, bi, ba, bu, bo. Vamos lá, todo mundo: be, bi, ba, bo, bu. Joca Ramiro, você agora, dá pra ser? be, bi, ba, bo, bu. Agora aqui tem a família do ne: ne, ni, na, nu, no. Quem é que lê comigo? Benedito, você que tem o mesmo nome, vamos lá: ne, ni, na, nu, no.” (BRANDÃO 1981, p. 30).

Compartilhamos então, mais uma vez a aplicação do mesmo por Dickmann e Dickmann (2020, p.67) na academia, esta fase pode dar-se por meio da exposição da capa de um livro, referente a disciplina, em um retroprojektor e problematizar esta figura com os participantes. Nos movimentos sociais em relação aos problemas de saúde levantados pela população, o animador pode mostrar uma foto da favela ao lado de uma foto de um bairro mais abastado financeiramente e problematizar as desigualdades existentes, como falta de esgoto, iluminação, entre outros e relacionar esta perspectiva à saúde.

Na sequência do trabalho com a ficha de descoberta teremos a expressão da quinta fase do método Paulo Freire a “**decomposição das fichas de descoberta**” é neste momento que o grupo inicia algumas associações encontrando na ficha de descoberta novas palavras além de “Benedido”, como, “dedo”, “banana”, “tudo” entre outras. É neste ato criativo que o grupo percebe-se já lendo. Este é o momento sublime do método onde o participante de forma criadora avança no processo de alfabetização. Nas demais aplicabilidades do método este será sempre o momento ápice de conscientização e inovação.

Assim, para finalizar esta etapa de discussão apresentamos o exemplo de Dickmann e Dickmann (2020, p.68) da quinta fase. Se na alfabetização esta fase é o momento de aprofundamento do aprendizado e criação sobre as sílabas e as palavras, na academia ou em movimentos sociais esta fase é o momento em que o participante irá incorporar maiores conhecimentos sobre o assunto, não de forma linear e simples, mas em um movimento complexo. Assim esta é a fase que percebemos a evolução da consciência ingênua para a consciência crítica.

Ao passo que compreendemos melhor o método Paulo Freire em suas fases específicas com base nos princípios de sua teoria passamos ao próximo capítulo que buscará aplicações práticas das contribuições de Paulo Freire ao trabalho social exercido no âmbito do CRAS.

#### 4 CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA O TRABALHO SOCIAL NO CRAS

É necessário, porém, que o trabalhador social se preocupe [...] que a estrutura social é obra dos homens e que, se assim for, a sua transformação será também obra dos homens. Isso significa que a sua tarefa fundamental é a de serem sujeitos e não objetos de transformação [...] (FREIRE, 2011d, p. 63).

É animador pensar no ser humano enquanto um ser de transformação, de desenvolvimento e de superação. É nesta esperança que se embasa a motivação do trabalho social enquanto instrumento guia para o desafio humano de *Ser Mais*. *Ser Mais* é ter consciência de nossa realidade e a partir dela buscar melhores condições de vida e de convivência. *Ser Mais* é a busca interminável pelo belo, pelo ético e pelo bem comum. *Ser Mais* é superar a cada dia as limitações impostas pelo contexto, através de atos responsáveis e criativos. Vale ressaltar que *Ser Mais* a cada dia é um processo conjunto e não solitário, é um movimento em grupo, comunitário, é um engajamento comum em prol da maioria.

Esta superação, que não existe fora das relações homens-mundo, somente pode verificar-se através da ação dos homens sobre a realidade concreta em que se dão as “situações-limites”. Superadas estas, com a transformação da realidade, novas surgirão, provocando outros “atos-limites” dos homens (FREIRE, 1987, p.52).

A superação das situações-limites encontradas pelos trabalhadores do CRAS foi sempre nossa esperança nesta pesquisa, com vistas ao aprimoramento do serviço prestado à população para que se torne efetiva a promoção do protagonismo voltado à transformação social. Buscamos, por meio do aprofundamento dos textos legais sobre a Política Pública de Assistência Social e da obra de Paulo Freire compreender mais especificamente a história e as funções específicas do CRAS bem como os princípios teóricos e metodológicos do pensamento freireano. Assim, o diálogo entre estes dois polos de aprofundamento teórico nos trouxe a este patamar de análise.

Desta feita, serão apresentadas neste capítulo as respostas encontradas inerentes ao objetivo geral desta pesquisa, isto é, identificar que contribuições o pensamento freireano pode trazer para o trabalho social no CRAS. Portanto, no processo deste trabalho e ao desvendar os insumos teóricos e metodológicos do pensamento freireano para o CRAS, encontramos uma gama de elementos que nos forneceram subsídios à construção

deste capítulo, o qual compilamos em três grandes tópicos, a saber, a) Dimensão ontológica; b) Dimensão ético-política e; c) Dimensão metodológica e proposta de intervenção.

#### 4.1 DIMENSÃO ONTOLÓGICA

Mas, ao lado das certezas históricas em torno das quais devo estar sempre aberto à espera da possibilidade de revê-las, eu tenho certezas ontológicas também. Certezas ontológicas, social e historicamente fundadas. Por isso é que a preocupação com a natureza humana se acha tão presente em minhas reflexões. Com a natureza humana constituindo-se na História mesma e não antes ou fora dela. E historicamente que o ser humano veio virando o que vem sendo: não apenas um ser finito, inconcluso, inserido num permanente movimento de busca, mas um ser consciente de sua finitude. Um ser que, vocacionado para ser mais pode, historicamente, porém, perder seu endereço e, distorcendo sua vocação, desumanizar-se. A desumanização, por isso mesmo, não é vocação mas distorção da vocação para o ser mais [...] (FREIRE, 2001, p. 8).

Iniciaremos esta etapa da pesquisa vinculando algumas análises básicas sobre a concepção ontológica do pensamento freireano em diálogo com a história da Assistência Social brasileira em movimento com suas implicações ao trabalho social exercido no CRAS. Falar sobre a dimensão ontológica neste trabalho nos remeterá a natureza do ser humano em sua essência. Buscamos compreender qual o fim principal do ser humano na concepção freireana com a ajuda da própria história da Assistência Social para exemplificar a capacidade de superação da humanidade e sua aplicabilidade no que diz respeito à desenvolver um trabalho social coerente com a busca humana do *Ser Mais*.

O ser humano para Freire não apenas existe no mundo, mas, existe com o mundo. O ser humano não apenas sobrevive, não apenas habita, mas, significa sua existência, planta sua marca, registra legados. Desenvolve técnicas de comunicação cada vez mais aprimoradas com destaque para a linguagem que o diferencia de qualquer tipo de espécie animal. Por meio da linguagem que se organizam processos de produção altamente eficazes em termos quantitativos. O ser humano se localiza no tempo, não está em um presente sem precedentes, mas localiza-se em um presente que já teve passado e que terá um futuro, esta perspectiva permite-o projetar-se, planejar-se, escolher, permite o poder da decisão inteligente, a qual não se caracteriza por uma ação reflexa (no sentido instintivo do termo), mas por uma resposta articulada com aprendizados. É, portanto, um ser de possibilidades.



O ser humano, para a teoria freireana, não apenas está no mundo, mas, está sendo no mundo, está em constante movimento em que absorve o mundo e se doa ao mundo. Esta é a dialética presente no ser humano que é por essência grupal, coletivo, social, ou seja, não se faz sozinho, mas em comunhão. O ser humano que tem a capacidade de admirar a beleza do mundo, o ser humano, aquele que cria para si o que é belo por meio da cultura, é capaz de contemplar sua própria existência em interação com o meio ambiente, com os seus, com o mundo. O ser humano que possui a capacidade de criar. Sendo aquele que cria também é aquele que transforma. O rumo da transformação pode ser previsível, contudo, sempre incerto, pois o ser humano é um ser de possibilidades.

O destaque triunfal do ser humano que abarca as características acima citadas é a sua consciência. A consciência de sua existência, de seu pertencimento ao mundo e aos seus. A consciência que é própria do ser humano e que se desenvolve na dinâmica da solitude e da comunhão. É a constante dialética entre o individual e o coletivo, entre o micro e o macro, entre o objetivo e o subjetivo, entre o material e o imaterial, entre o eu, o outro e entre nós. O que torna a coletividade em uma totalidade interligada por diversos pontos convergentes e complexos. O que nos torna fazedores constantes do mundo, assim, atores principais da transformação social. A consciência no pensamento freireano não pode ser encarada como uma capacidade isolada do ser, mas uma capacidade integrada a realidade e a ação humana, ou seja, sua prática social.

O ser humano consciente de sua natureza percebe-se finito. O ser humano, enquanto indivíduo, encontra-se pertencente a um determinado período de tempo na história e percebe-se corrente neste tempo que lhe é finito. Torna-se consciente de sua temporalidade e se reconhece como inacabado. Só um ser que se reconheça inacabado é que sentirá a necessidade de buscar a plenitude. Freire (2011b, p. 56) cita que a essência da plenitude encontra-se em seu criador, ou seja, o criador do ser humano remete-nos a uma divindade. Entendemos o respeito dado por Freire a espiritualidade da cultura e dos indivíduos, os quais buscam a plenitude ao transcender-se e buscar respostas ao desconhecido. Contudo, o que percebemos é que Freire não se detém a esta discussão de foro íntimo, mas aprofunda a relação entre a finitude a busca real, aqui e agora do bem comum. Pois apenas ao nos percebermos inacabados buscamos o *Ser Mais*.

A consciência do existir é o que nos torna seres de possibilidades, nas palavras de Freire (2001, p.12) “[...] seres programados mas para aprender [...]” esta é a marca do ser humano, a marca do aprendizado, do crescimento, da criação, da evolução, da

transformação. Somos programados para o movimento, para a diferenciação do que éramos, para o progresso. E este processo no ser humano diferencia-se por ser consciente, por termos ciência de que ponto partimos e para onde queremos ir. Para Freire nosso alvo é *Ser Mais*, pois, *Ser Mais* é vocação ontológica do ser humano. As perguntas iniciais deste texto que resumem perguntas existenciais como, Qual é nossa natureza? e Qual o propósito ontológico de nossa existência? são aclaradas por Freire. Resumidamente somos seres conscientes e de possibilidades, vocacionados a *Ser Mais*.

*Ser Mais* na obra de Freire é um termo chave para a compreensão da finalidade do ser humano durante sua existência e no progresso da humanidade. Freire se refere ao *Ser Mais* na totalidade do ser, incluindo não somente aspectos abstratos, mas a concretude da vida real em sociedade que remete ao sentido do acesso aos direitos humanos fundamentais, educação, saúde, alimentação, terra, moradia, pois, não é só uma exploração metafísica que o povo sofre.

Freire argumenta sobre “[...] o homem como ser inconcluso, consciente de sua inconclusão, e seu permanente movimento de busca do ser mais [...]” (1987, p. 42). Isso quer dizer que é necessário que o ser humano se perceba inconcluso para buscar o *Ser Mais*, assim entende o *Ser Mais* como um movimento de superação. O *Ser Mais* caminha em direção a um mundo mais justo, mais igualitário, mais belo, ético, respeitoso, inteligente e democrático. O caminho do *Ser Mais* é sempre um pouco mais próximo, porém, nunca pleno, pois se chegássemos a plenitude não haveria mais o por que manter o movimento de busca, haveria uma paralização do ser, e a essência do ser humano, sua razão ontológica, está na busca por *Ser Mais*. Essa incessante busca que nos torna seres de possibilidades, acertos, erros e progresso.

Desta maneira o ser humano caminha em direção a sua humanização ao passo que eleva o patamar de desenvolvimento da humanidade. Percebemos mais uma vez a relação dialética entre o eu, o outro e o mundo. O ser humano é relacional. É em relação com a história, com sua cultura e sociedade que o ser humano desenvolve em si sua humanidade. Neste sentido entramos em mais um elemento essencial da obra de Freire que explica a totalidade e a integralidade da natureza do ser humano, a condicionalidade. O ser humano é condicionado a historicidade de seu povo, as estruturas sociais constituídas e aos valores culturais estabelecidos de sua época. Antes que haja alarme quanto ao termo condicionalidade adiantamos que a posição de Freire é que somos condicionados, porém, não determinados. Vejamos mais cuidadosamente.

O condicionamento está relacionado ao entendimento das fortes influências históricas, culturais e sociais sofridas pelo indivíduo durante sua existência. Desta forma podemos usar a história da Política Pública de Assistência Social no Brasil para entender melhor a ideia de condicionamento, e ao mesmo tempo defendermos a coerência entre a teoria de Freire com esta política. A história da Política de Assistência Social em nosso país diferencia-se de ações de benevolência, as quais a antecederam, pois, desde seu início reconhece as fortes influências históricas arraigadas no comportamento da sociedade atual. Freire utiliza a expressão “molhados de história”, e é exatamente esta conotação que queremos destrinchar.

A emersão da Assistência Social no Brasil como uma política pública é fruto de movimentos que reconheceram os legados históricos que influíram na formação de um país em desigualdade, marcado pela pobreza de uma nação em contraste com sua riqueza material e cultural. Em releitura a nossas origens, observamos as características da formação do povo brasileiro, com forte destaque a dominação e a exploração (RIBEIRO, 1995). Um povo rico em diversidade cultural, contudo subjugado à dominação ora europeia ora norte americana, culminando na síntese máxima de culpabilização da vítima tão própria do pensamento liberal e tão afeita aos valores de individualismo, competitividade e consumismo, tripé fundamental de uma ideologia que, até aqui, anda na contramão do *Ser Mais*, já que, ao invés da assunção do humano, esse modo de organização da sociedade, promove a submissão e a escravidão em vários sentidos, atuando na perspectiva do *Ser Menos*.

Portanto, a lógica capitalista de organização do trabalho e da produção que concentra riqueza na mão de poucos e miséria para a maioria. E não é só uma miséria material, é também material, e por causa dela é espiritual. Um humano que não se apropria de bens culturais, simbólicos, históricos, aliena-se e, na sua alienação, assume para si, muitas vezes, crenças que lhe explicam o próprio sofrimento como culpa sua, desenvolve baixa autoestima pois não compreende a razão de sua pobreza apenas crê na ideologia que o aliena, que o bombardeia todos os dias com frases e palavras soltas, mas eficazes em produzir nele, uma vergonha de si que na realidade deveria ser do outro que o oprime. E assim o oprimido vê a si como ninguém, ao passo que vê a política pública como esmola. É nessa concepção e nesta realidade histórica que a Assistência Social enquanto política pública de direito com o dever de garantir os direitos sociais do cidadão vai surgir.

Ao falar sobre direitos vale ressaltar a definição de Carvalho (2008, p. 5) sobre três categorias de direitos que formam a cidadania, direitos civis, políticos e sociais. Os direitos civis são os direitos concernentes à vida, como direito de liberdade, propriedade e de igualdade. Como exemplo, o direito de livre expressão, direito de ir e vir, inviolabilidade domiciliar, direito de defesa perante a lei, entre outros. Os direitos políticos consistem na participação do cidadão na organização política do país nas mais diversas esferas de governo, sendo livre para participar por meio do voto, de movimentos reivindicatórios, exercício parlamentar, etc. Já os direitos sociais baseiam-se na ideia de justiça social, ou seja, enfrentamento das desigualdades prejudiciais ao desenvolvimento do ser humano, por meio de estratégias administrativas do Estado na garantia dos direitos à saúde, educação, trabalho, salários dignos, aposentadoria, e assim por diante. Carvalho (2008, p. 6) conclui “[...] Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva”.

Frente a concepção do humano vocacionado a *Ser Mais* de Freire, a descrição dos tipos de direitos que compõem a concepção de cidadania, os quais a política pública de Assistência Social deve estar atenta, relacionada às características da história brasileira, perceberemos que a cidadania ao longo do tempo foi negligenciada. Lembraremos então dos condicionamentos históricos descritos no capítulo dois, em um esforço de relacioná-los à ideia da condicionalidade que nos ajuda a compreender o ser humano enquanto ser histórico. Os condicionamentos que nos referimos são a exploração, a dominação cultural, a escravidão, a má distribuição de renda, entre outras, que juntas formam as circunstâncias históricas que compõe a tessitura do ser humano no âmbito do modelo de sociedade capitalista. O que nos aproxima do sujeito usuário e do sujeito trabalhador do CRAS.

A exploração europeia da matéria prima brasileira e a implantação de sua superioridade por meio da força e do encantamento por suas tecnologias até então desenvolvidas, incutiram no povo brasileiro um sentimento de inferioridade, o que nos remete ao dito popular do primo rico e do primo pobre. Atualmente ainda se percebe na sociedade brasileira um deslumbre com o que é do exterior, com destaque aos países da Europa e da América do Norte, uma valorização sobre os produtos oriundos desses países, escuta-se “isso ou aquilo é importado de Paris” e então seu valor duplica, ou “vou viajar para Itália”, e quantos brasileiros nutrem o sonho de viver nos Estados Unidos devido as “belíssimas condições de vida, maior remuneração e segurança do país”? Ou seja, cria-se

no brasileiro a violação básica do direito de igualdade, pois naturalizou-se a noção de inferioridade.

A dominação dos portugueses no Brasil se contrasta com o período da escravidão, e jamais pode ser desconsiderado quando buscamos compreender o ser humano enquanto sujeito histórico, bem como as razões das indignações históricas que fomentaram a criação da Política de Assistência Social. No Brasil a escravidão foi tão marcante que os próprios escravos uma vez libertos tomavam escravos para si. Tais comportamentos declaram um posicionamento de naturalidade frente a escravidão. Até mesmo a igreja católica, religião predominante na época, não era contra a prática escravagista. Ou seja, as noções de direitos eram simplesmente inexistentes. Os escravos eram tidos como coisas de seus senhores, a estes não lhes eram resguardados nem mesmo o direito à vida (CARVALHO, 2008).

A economia girava, à época, pela força escravagista de africanos chegados ao Brasil para trabalhar em grandes propriedades de terra. As grandes propriedades se tornaram força motriz da economia brasileira, até mesmo depois da abolição da escravatura mantiveram comportamentos de dominação e total descaso ao ser humano. Falamos do coronelismo. Esta é mais uma marca histórica geradora de revolta aos movimentos que fomentaram a formação da Política de Assistência Social. Este período, mesmo com evoluções em relação a organização política e social, segue a negligência dos períodos anteriores em relação aos direitos humanos, onde os grandes proprietários de terras eram considerados como “os todo-poderosos” os quais detinham fortes influências sobre praticamente todas as esferas da vida social, eram eles que ditavam as regras e regiam as políticas locais induzindo seus “subordinados” a fazer o que lhes aprouvesse (Carvalho, 2008).

Os resquícios deste período de autoritarismo são percebidos em nossa sociedade atual ao notar a inexperiência de participação do povo, que espera pelo governo a atitude de mudança a qual deve ser uma ação de engajamento de todos. Esta característica é observada na realidade do CRAS tanto de seus usuários quanto de seus trabalhadores e descrita como um dos desafios a serem superados, visto que a própria legislação da Assistência Social, como abordamos no capítulo dois faz esse esforço de aproximar a sociedade civil do governo. Este esforço é consequência da compreensão de que a mudança acontecerá quando houver engajamento do grupo. Este engajamento é

conquistado de acordo com a teoria de Freire por meio do respeito e valorização do outro em um processo conjunto de conscientização.

Retornando a história do coronelismo, observamos ainda, que as condições de vida das pessoas que viviam em suas propriedades eram ditadas pelos “senhores”. Assim, qualquer ação que surgisse de forma rudimentar como cuidados com saúde, educação, moradia, remuneração ou condições de trabalho eram encaradas como boas ações, benevolências dos grandes proprietários de terra, ou de outras instituições religiosas que assistiam as necessidades do povo. Vejamos, toda a subjugação, subalternidade, discriminação, desigualdade e miséria vivenciada por grande parcela do povo, eram vistas como natural ou culpa própria e individual daquele que nasceu nesta situação, ou mesmo determinação divina. E toda ação que visava melhoria da qualidade de vida do povo era benevolência, não um direito, assistencialismo.

Quanto ao atendimento das necessidades sociais da população, os registros dessa época são de que não havia preocupação com essa questão. A subsistência da mão-de-obra escrava e dos trabalhadores livres, porém submetidos aos grandes proprietários, era responsabilidade desses proprietários. O trabalho com os que ficavam à margem dessa realidade era feito pelos religiosos, sem interferência do Estado, criando-se, a partir dessa época, as condições para a caracterização dessa área como campo da filantropia ou iniciativa de cunha privado (COUTO, 2006, p. 88).

Mais uma marca histórica que observamos no usuário e no trabalhador do CRAS é esta tendência de visualização dos direitos enquanto “boa ação”. Quantos que por atender pessoas conhecidas, parentes ou amigos, não realizaram um atendimento mais efetivo? Parece estar impregnado no povo a ideia do “favorzinho”. Quantos já observaram atores de políticas partidárias se apropriarem da gestão da política para beneficiar “os seus”? Não deve ser assim! A Política Pública de Assistência Social é um direito de todos, por esse motivo é necessário ter clareza os critérios de benefícios e fluxos de serviços, para que todos conheçam e reconheçam quando alguém por proximidade afetiva, interesse político, dentre outros, tem se beneficiado de forma imprópria.

Continuando nossa caminhada pela história brasileira chegamos ao processo de urbanização e industrialização vivido a partir do século XX que propiciou um avanço tecnológico e aglomeração das pessoas, onde estariam mais próximas ao compartilhamento de suas necessidades e a abertura a movimentos sociais. Contudo também foi um período que não se distanciou da lógica antiga de negligência aos direitos humanos, o êxodo rural e a aglomeração urbana descarrilharam um descompasso

organizacional nas cidades, péssimas condições de habitação, saneamento, saúde e educação caracterizaram os efeitos negativos deste período, sem é claro mencionar as lamentáveis condições de trabalho. As necessidades sociais eram ignoradas pelo Estado, que seguindo o raciocínio das épocas anteriores, não lhe era atribuída esta responsabilidade.

A negligência do Estado na proteção social por tanto tempo é uma marca do Estado que reflete uma culpabilização individual no cidadão. Percebe-se nos usuários do CRAS o recuo e vergonha de trabalhar seus problemas que são, por vezes, gerados socialmente, pois acreditam ser problemas de cunho unicamente pessoais, não reconhecem as influências históricas, culturais e de classe que condicionaram sua situação. Por outro lado, esta mesma concepção é identificada também em trabalhadores do CRAS ao desistir de uma família explicando a si mesmo, que ela é unicamente responsável pelo estado de vulnerabilidade que se encontra. É este ponto que Freire toca ao falar de conscientização, é o reconhecimento da totalidade envolta de um problema local e/ou pessoal.

Com tudo isso, parece ser difícil falar em liberdade, falar em cidadania, pensar o ser humano em busca de *Ser Mais*, em busca de sua humanidade em um espaço histórico marcado pela subjugação, pela crença de inferioridade, pelos condicionamentos econômicos e sociais que conformam o ser humano a coisas. Em síntese, percebemos na história brasileira os condicionamentos da dominação cultural, da escravidão, do sistema político absolutista, do valor econômico acima de valores humanos, uma compreensão rasa de democracia e um frágil exercício de direitos contrapostos a cultura do assistencialismo. Percebemos que os legados de nossa história foram condicionantes ao atraso social da busca por uma sociedade mais justa e democrática. Freire (2001, p. 91) afirma:

O sentido marcante de nossa colonização, fortemente predatória, à base da exploração econômica do grande domínio, em que o “poder do senhor” se alongava “das terras às gentes também” e o trabalho escravo inicialmente do nativo e posteriormente do africano, não teria criado condições necessárias ao desenvolvimento de uma mentalidade permeável, flexível, característica do clima cultural democrático, no homem brasileiro.

Nesta perspectiva, percebemos a importância da compreensão dos condicionamentos históricos quando pensamos o ser humano no sentido ontológico que Freire nos remete, é claro que nesta curta retrospectiva histórica direcionamos nosso olhar

aos fatores do desenvolvimento da desigualdade social desde a formação do povo brasileiro, pois nosso foco é compreender a natureza ontológica do sujeito da Política de Assistência Social. Podemos relacionar os resultados dos condicionamentos sociais desenvolvidos durante a história do povo brasileiro, os quais eclodem em um perfil de inferioridade, de subjugação, de violação de direitos, de acomodação frente as injustiças, de fatalismos, de sujeitos tidos como coisas, ao que Freire chama de opressão, ou mesmo povo oprimido.

Queremos dizer que a situação de opressão é consequência de diversos fatores sociais dentre eles a condição histórica brasileira. A opressão é uma situação onde o ser humano se torna incapaz de desenvolver plenamente sua humanidade. É uma violação de direitos, uma negação da vocação ontológica do ser humano de *Ser Mais*. Freire (1997, p.23) explica “[...] Basta, porém, que homens estejam sendo proibidos de ser mais para que a situação objetiva em que tal proibição se verifica seja, em si mesma, uma violência [...]”. Desta forma, percebemos que o oprimido de Freire, com toda a sua historicidade e concreticidade, o que significa compreendê-lo na teia de contradições em que se acha como ser humano, com toda a sua “gentetude”, é o sujeito em vulnerabilidade social para o qual se direciona a Política Pública de Assistência Social.

Percebemos que Freire reconhece a importância da compreensão dos condicionamentos históricos, econômicos e sociais que nos envolvem, porém, sua força teórica está na defesa do potencial de superação do ser humano. Vejamos, o ser humano é visto por Freire como condicionado, porém, jamais determinado. Utilizamos algumas marcas históricas do desenvolvimento da desigualdade desde a formação do povo brasileiro para compreendermos alguns condicionamentos que o povo enfrentou e continua enfrentando. Assim usaremos a história da Assistência Social brasileira para mostrar a que Freire se refere quando afirma sermos condicionados, porém, não determinados, ou seja, refere-se ao ser humano como um ser de possibilidades.

Até onde vimos, percebemos que os legados da história brasileira constituíram um país com altos índices de desigualdade econômica e social, precariedade no acesso a saúde, educação, renda mínima, saneamento, moradias de qualidade, entre outros. Ou seja, boa parcela da população não acessa a riqueza produzida no país sendo excluída da distribuição dos mínimos necessários à vida digna. Percebemos que o povo brasileiro ultrapassou mais de três séculos, os quais compõem o período do Brasil Colônia e Brasil Império, com baixos níveis de preocupação ou iniciativas de cuidado com a causa social,



e mesmo a partir da Constituição da República do Brasil não houve registros significativos de mudança.

Percebemos também que o cuidado com as necessidades básicas das pessoas excluídas, como pessoas extremamente pobres, idosos e deficientes, ficava a cargo de instituições de caridade, pois, não eram vistas como problema coletivo e muito menos do Estado. Isso devido a insipiente noção de direito existente, o que reinava era a noção de que a pobreza era responsabilidade individual ou mesmo determinação divina, assim manteve-se a organização social pautada na “[...] dependência política, processo de trabalho escravocrata e relações de poder, centralizadas nos grandes proprietários [...]” (COUTO, 2006, p. 83).

A história da Assistência Social no Brasil vai nos mostrar um belo exemplo de superação frente às condições históricas acima citadas, ratificando a teoria de Freire ao descrever a humanidade como condicionada, porém jamais determinada. O conceito de direito aparece discretamente no Brasil, a medida que se tornou necessário ao país organizar-se mediante uma constituição federal, todavia o que se sobressaiu foi a tradição brasileira de “[...] escrever como lei aquilo que não se pretende cumprir (COUTO, 2006, p.89)”. Vejamos também que o processo de superação do povo percorre contradições em um caminho sinuoso de avanços e retrocessos.

Superar as condições históricas relacionadas ao conceito e atendimento às demandas sociais não sugere um avanço simples e sim, exige uma reestruturação política e cultural de impacto econômico e ideológico no sentido de quebrar as barreiras da alta concentração de riquezas em um poder pouco democrático.

A conquista de direitos humanos e sociais supõe uma revolução político-cultural que provoca mudanças no modo de pensar e agir conservador, ditatorial, não democrático, de concentração de riquezas intensamente presentes na sociedade brasileira. Estas mudanças geram também impactos na economia, no financiamento público. Sem essa mudança de entendimento nunca no Brasil poderão ser praticados os direitos sociais e direitos humanos (SPOSATI, 2011, p. 21).

Ao final do século XX, um exemplo de busca desta superação foi a figura do juiz Ataulpho Nápoli de Paiva, que, com influências inglesas e francesas, defendeu a assistência pública como um dever do Estado. Contudo, suas ideias foram temporariamente abafadas e o Estado apenas voltou-se para o trabalhador formal.

Todavia o cuidado com os mais pobres e a preocupação com a desigualdade social começam a tomar força nos anos de 1930, onde as lutas sociais e trabalhistas se intensificaram. É no governo de Vargas, que a questão social aparece na agenda pública, principalmente no que diz respeito aos direitos do trabalhador (COUTO, 2006, p. 102). A preocupação com o trabalho social também se amplia com a criação em 1936 da Escola de Serviço Social fomentada por membros da igreja católica. Em 1938 a questão social ganha ainda mais força olhando também para os excluídos do mercado de trabalho formal com a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) serviço público ligado Ministério da Educação e Saúde que objetivava a diminuição das “[...] deficiências ou sofrimentos causados pela pobreza ou pela miséria ou oriundas de qualquer outra forma do desajustamento social [...]” (BRASIL, 1938).

Em 1942 foi criada pela primeira dama Darcy Vargas a Legião Brasileira de Assistência (LBA) que objetivava prestar auxílio às famílias dos soldados brasileiros enviados à Segunda Grande Guerra, posteriormente, com o fim da guerra, a LBA passou a atender pessoas em geral que necessitassem ajuda. A LBA reconhecida como um órgão de cooperação do Estado por intermédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, foi a primeira instituição de assistência de âmbito nacional e seguiu a tradição de ser presidida pelas primeiras damas vigentes à época (BRASIL, 1942). As instituições assistencialistas representaram um avanço no cuidado com a população excluída dos mínimos necessários a vida digna. Percebemos um passo de superação que fez seu papel na história, contudo, este modelo assistencialista de atuação emergencial e fragmentado foi altamente criticado por manter características de dependência, apadrinhamento e a cultura do favor, as quais não libertam o povo oprimido e sim os mantêm silenciados em sua posição de exclusão social (LONARDONI, et al, 2006).

As instituições assistenciais desta época preocupavam-se em entregar ao cidadão o que este necessitava materialmente, produtos básicos como alimentos e roupas. As entregas tinham uma conotação de ajuda, pois grande parcela das instituições eram de cunho particular, como vimos, a participação do Estado apareceu muito insipiente sem conotação de responsabilidade. Assim, as ações eram assistencialistas, ou seja, não possuíam caráter de direito, ou mesmo de promoção do protagonismo do cidadão. As ações assistencialistas basicamente possuíam um caráter de minimizar os ecos da pobreza nas camadas mais abastadas (LONARDONI, et al, 2006).

A organização da LBA é um exemplo claro do assistencialismo ao qual nos referimos, pois foi criada na perspectiva da ajuda e não do direito. O que se percebeu durante os anos de funcionamento da LBA foi uma ação, com base na ideia de ajuda com pouca efetividade e voltada aos interesses econômicos. Este perfil não se restringiu à esta instituição de Assistência Social, mas foi uma característica marcante das demais políticas sociais.

A literatura especializada sobre políticas sociais no Brasil evidencia que historicamente, estas políticas se caracterizaram por sua pouca efetividade social e por sua subordinação a interesses econômicos dominantes, revelando incapacidade de interferir no perfil de desigualdade e pobreza que caracteriza a sociedade brasileira. No caso da Assistência Social, o quadro é ainda mais grave. Apoiada por décadas na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, que configurou um padrão arcaico de relações, enraizado na cultura política brasileira, esta área de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como não política, renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas públicas. (COUTO, 2010, posição.768).

As ações assistencialistas, reforçamos, entregavam aos pobres uma imagem de ajuda e de compaixão, aquilo que Freire (2001) denominou de falsa generosidade, falsa porque não mostra a realidade ao pobre, pois não fornece meios para a conscientização, não mostra que esta situação injusta é resultado de um conjunto de fatores históricos onde pequena parcela da população usurpou o direito de liberdade de muitos. Isso por meio da implantação de uma visão deturpada de mundo onde o dominador insiste em afirmar que a pobreza ou a situação de vulnerabilidade social é uma fatalidade inexoravelmente imutável, ou mesmo uma responsabilidade do pobre, que, por preguiça não angariou para si condições de vida melhores. Uma figura importante da literatura brasileira que retrata esta realidade é o personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, um caipira, desleixado, abandonado pelo Estado, em uma vida à mercê das enfermidades e violências sociais. Assim, as ações assistencialistas ao invés de libertar acabam por manter em silêncio o cidadão que se encontra impedido de *Ser Mais*.

Aqueles que, ao perceberem-se oprimidos, injustiçados e violados em seus direitos, ao clamarem por justiça, são rapidamente sucumbidos por forças opressoras que os imobilizam. O assistencialismo aparece com uma pele de cordeiro, vem agir exatamente neste sentido, antes que o oprimido se perceba oprimido e lute por justiça. Analisemos melhor, se uma família que vive em condições miseráveis revolta-se e ecoe sua dor na sociedade, por meio da criminalidade ou de ações escandalosas, isso causará perturbação às classes que se encontram em condições favoráveis de vida. Então, com a

roupagem de compaixão realiza-se ações assistencialistas, assim, dar-se-á ao pobre mínimas condições de vida como uma “ajuda” para que este mantenha-se acomodado, silenciado, imobilizado.

Desta feita, aquele que pelas circunstâncias passa a conscientizar-se de sua situação de oprimido e ecoa sua dor na sociedade por meio da luta e de movimentos sociais é tido como enfermo, baderneiro, contraventor, entre outros. É assim que a sociedade e o Estado trataram e vem tratando aqueles que se levantam contra o sistema social instaurado. A sociedade em geral organiza-se para manter-se como está, ou seja, aqueles que estão no topo da cadeia da desigualdade social, lutam para manter-se no topo, enquanto aqueles, que são a grande maioria encontram-se impossibilitados de ser gente, de acesso aos direitos básicos, em situação de vulnerabilidade social, são silenciados por ações assistencialistas.

Freire (2011b, p.76) em seu livro Educação como prática da liberdade expõem sua indignação com as instituições que agem de forma assistencialistas ao fazer uma leitura ampla da sociedade brasileira que se encontra em transição de uma sociedade fechada à luta de sua libertação:

Criam instituições assistenciais, que alongam em assistencialistas. E, em nome da liberdade “ameaçada” repelem a participação do povo. Defendem uma democracia *sui generis* em que o povo é um enfermo, a quem se aplicam remédios. E sua enfermidade está precisamente em ter voz e participação. Toda vez que tente expressar-se livremente e pretenda participar é sinal de que continua enfermo, necessitando, assim, de mais “remédio”. A saúde para esta estranha democracia, está no silêncio do povo, na sua quietude. Está na “sociedade fechada”. No imobilismo.

Freire (2011b, p. 79) adverte que o perigo do assistencialismo está em ser uma prática de cima para baixo, aquele que se diz “o ajudador” entrega o que lhe parece ser necessário sem de fato conhecer profundamente a realidade do outro. Percebe-se uma prática distante e faltosa de diálogo, o que inibe o oprimido de tornar-se consciente de sua situação e da complexa realidade que o condiciona a esta situação de vulnerabilidade social. “[...] O grande perigo do assistencialismo está na violência do seu antidiálogo, que, impondo ao homem mutismo e passividade, não lhe oferece condições especiais para o desenvolvimento ou a “abertura” de sua consciência [...]”.

A falta de diálogo, a falta de conscientização sobre os condicionamentos históricos da opressão, dos processos opressores do sistema econômico, dos elementos de libertação e da crença na incapacidade de transformação social, a qual o assistencialismo

se debruça por manter, faz com que o povo torne-se dependente do sistema, como infantes incapazes de reverter a situação que se encontram, e mais, exime do povo a responsabilidade necessária ao engajamento da luta societária. “[...] O assistencialismo (...), é uma forma de ação que rouba ao homem condições à consecução de uma das necessidades fundamentais de sua alma - a responsabilidade [...]” (FREIRE, 2011b, p.79).

É necessário esclarecer que a responsabilidade a qual nos referimos no parágrafo anterior é a responsabilidade de engajamento nas decisões de organização comunitária, social e de nação. É o envolvimento como sujeito de ação social, o qual está dentro dos movimentos de desenvolvimento social e não apenas assiste as transformações como um mero expectador. É a responsabilidade de participação que o assistencialismo afasta do povo. Participação que historicamente foi pouco exercida pelo povo brasileiro. Todavia, diferenciamos a responsabilidade de participação do povo, da responsabilidade de proteção social do Estado, a qual foi motivo de grandes lutas, dentre elas a luta pela superação do assistencialismo.

As inquietações de Paulo Freire em relação ao assistencialismo existente no Brasil em meados do século passado foi uma afinação aos movimentos sociais que, com a mesma indignação, mobilizaram a transformação formal da concepção de assistência social por meio da aprovação da Constituição Social de 1988. Em seus artigos 203 e 204 prevendo a Assistência Social como integrante da seguridade social, trazendo-a para o campo dos direitos assegurados pelo Estado. Recebendo o estatuto de:

[...] política social pública, inscrita no orbe dos direitos sociais, como resultado dos processos sócio-históricos que culminaram no movimento de redemocratização do país. A mobilização de amplos setores populares conformou a cultura política dos anos 1980, possibilitando a criação das bases jurídico-institucionais presentes no texto constitucional de 1988. Neste ordenamento jurídico, a Assistência Social é colocada como parte dos direitos sociais, edificando junto com a Previdência Social e a Saúde o arcabouço da seguridade social brasileira (MOTA, 2008, posição 3104).

Sabemos que este processo não foi fácil e percorreu um caminho sinuoso com destaque a iniciativa do corpo docente e estudantes de serviço social e dos trabalhadores da até então LBA. Os movimentos acadêmicos do serviço social estavam engajados nesta luta, como exemplo citamos a PUC que desde 1984 tratou de estudar os passos da Assistência Social no Brasil, e que com tais bases inferiam propostas de mudanças consistentes.

Já na realidade da LBA, a desorganização de critérios para o consentimento de benefícios vinculados a assistência tornou-se bastante notório, como exemplo podemos citar os desvios de verbas para presentear familiares da direção, bem como a contratação de parentes (nepotismo). Os escândalos da LBA ficaram evidentes na gestão de Collor e são exatamente seus trabalhadores que irão reivindicar mudanças drásticas neste cenário com forte apoio a reestruturação e regularização da Assistência Social com base na Constituição Federal e forte incentivo ao nascimento da LOAS.

Sendo assim, observamos que a aprovação da Constituição Federal no que diz respeito às atribuições da Assistência Social e em seguida a LOAS são instrumentos legais que representam uma mudança respeitável na concepção de Assistência Social como direito que, no corpo de nossa arguição, significa um grande passo de superação social, mesmo que para muitos, a concepção de Assistência Social como direito esteja apenas no papel. Lutar para que a Assistência Social enquanto política pública exerça sua função com excelência de acordo com seus direcionamentos legais é um dever ético do cidadão.

A discontinuidade e fragmentação são uma das características históricas da Assistência Social no Brasil. Mesmo com a Constituição de 1988 e a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que são considerados divisores de águas entre o *feitiço da ajuda* e a criação de uma política pública, constitutiva de direitos, estas marcas não foram totalmente superadas (MOTA, 2008, posição 3104).

Sendo assim, neste tópico abordamos a dimensão ontológica do pensamento freireano e utilizamos a história da Assistência Social brasileira para exemplificar o conceito de ser humano enquanto um ser consciente e de transformação, constituído historicamente de acordo com as condições culturais, sociais e econômicas de cada época. Identificamos por meio do movimento histórico os condicionamentos que perpetuaram a injustiça e a desigualdade social os quais apontam para um maior conhecimento do sujeito alvo da ação socioassistencial. É nesse sentido que esta concepção de humano tem muito a agregar no trabalho social exercido no CRAS, pois, na compreensão do humano enquanto histórico, cultural e de possibilidades é que o profissional do CRAS caminhará em direção esperançosa do serviço, bem como esperança no usuário para a transformação social.

Descrevemos as mudanças de paradigmas da assistência social, passando do assistencialismo para uma política de direito, chegando aos seus primeiros marcos legais, a Constituição Federal de 1988 e a LOAS. Identificamos que, se tornou comum que as

determinações legais sejam escritas para o agrado da maioria, porém sua efetividade é duvidosa e contraditória, tornando-se um tema de urgente discussão e um compromisso ético de todo cidadão com ênfase ao trabalhador da Assistência Social.

## 4.2 DIMENSÃO ÉTICA E POLÍTICA

Esta vocação para o ser mais que não se realiza na inexistência de ter, na indignidade, demanda liberdade, possibilidade de decisão, de escolha, de autonomia. Para que os seres humanos se movam no tempo e no espaço no cumprimento de sua vocação, na realização de seu destino, obviamente não no sentido comum da palavra, como algo a que se está fadado, como sina inexorável, é preciso que se envolvam permanentemente no domínio político, refazendo sempre as estruturas sociais, econômicas, em que se dão as relações de poder e se geram as ideologias. A vocação para o ser mais, enquanto expressão da natureza humana fazendo-se na História, precisa de condições concretas sem as quais a vocação se distorce (FREIRE, 2001 p. 8).

Se no tópico anterior discutimos sobre a natureza humana e sua vocação ontológica em *Ser Mais*, neste tópico adentraremos a discussão sobre as características da convivência humana no que tange a seus comportamentos em relação ao bem comum na caminhada da humanidade rumo ao *Ser Mais*. Estamos falando sobre ética, que também é política ao passo que é decisão. Da mesma forma que no tópico anterior e a fim de não nos distanciarmos de nosso objetivo de pesquisa, faremos um diálogo entre a dimensão ética e política no pensamento freireano em aplicabilidade com os princípios norteadores do trabalho social e a prática cotidiana do CRAS. A ética em sua definição mais singela e geral é concebida como um dos princípios que norteiam o comportamento humano o qual desenvolve-se em comunhão, são regras e valores que delimitam o certo e o errado em uma determinada sociedade de um determinado tempo, sendo a ética dinâmica e não estática (CENCI, 2010).

Vejamos um exemplo desta dinamicidade, no tópico anterior percebemos que por muito tempo as pessoas negras eram tratadas como escravas, sem direito nem mesmo a vida, isso porque na sociedade da época esta concepção era normal, pois, eticamente esse comportamento fora permitido. Vigorava a lógica de que o negro não tinha alma como os brancos, sendo tratados como animais. Este conceito ético antes aceito, atualmente tem sido refutado pela luta diante da concepção de que os negros assim como os brancos possuem as mesmas características ontológicas, sendo merecedores dos mesmos tratamentos e dos mesmos direitos de acesso a bens e serviços.

Todavia o que se sabe é que a marca da escravidão e da discriminação racial, que em nosso tempo tem evoluído para uma discriminação de classes, onde, teoricamente, não mais o negro que é excluído, mas sim, o pobre, que, na realidade são em sua maioria negros, que representam também o povo oprimido. Falamos anteriormente das características históricas do público dos CRAS, e, para personificar um pouco mais ao adentrarmos no tema sobre ética, gostaria de compartilhar uma experiência sobre o reconhecimento de identidade de um dos usuários do CRAS, o que também nos remete as marcas da discriminação racial acima comentada, bem como à problematização da ética que buscamos.

Ao acolher o usuário em atendimento particularizado, durante a conversa, este me disse: “sabe a gente é que nem criação”, criação é um termo sulista que define os animais como bois, porcos e galinhas. Veja bem, o indivíduo se identificando aos animais, percebemos a profundidade histórica, cultural e subjetiva desta definição, implica em uma concepção de si como alguém que é levado a qualquer direção sem voz, sem decisão e sem a capacidade de fazê-lo. Trago este exemplo para facilitar a compreensão da responsabilidade ética que o exercício do trabalhador social exige. Esta pequena experiência resume em muito a luta ética de Freire de, por meio do processo de conscientização, trazer luz ao povo, no sentido de promover a capacidade do povo de ser sujeito de sua história, promovendo a assunção do humano. O que aflui em concordância com os princípios trazidos pelo projeto da política de Assistência Social.

Freire refere-se ao compromisso ético à busca do belo, do estético, à busca de um mundo menos feio, menos desigual, sem discriminação, e coloca-se nesta busca ao relatar que este é seu sonho. Um sonho possível que traz a beleza da vida acima das transações econômicas e acima das relações de poder. “[...] A afirmação da ética a que freire se refere é a vida. A vida é o valor absoluto. É ético tudo que realiza a vida. O ponto de apoio, portanto, não é a convenção (ética normativa, exercida por juízos de valor), é a vida humana” (MOUALLEM, 2006, p. 01). Freire em sua inteireza não apenas escreve sobre seu sonho de uma ética em que todos tenham oportunidades de *Ser Mais*, mas luta por isso em sua vida cotidiana e atividade profissional e com isso nos desafia a buscar a ética com engajamento e luta.

Um desses sonhos por que lutar, sonho possível mas cuja concretização demanda coerência, valor, tenacidade, senso de justiça, força para brigar, de todas e de todos os que a ele se entreguem é o sonho por um mundo menos



feito, em que as desigualdades diminuam, em que as discriminações de raça, de sexo, de classe sejam sinais de vergonha [...] (FREIRE, 2011b, p. 14).

A ética no pensamento freireano tem ligação direta ao conceito de *Ser Mais*, pois a ética pressupõe possibilidades concretas e igualitárias de desenvolvimento do ser humano. Condições concretas como qualidade de vida condizente a um desenvolvimento biológico, social, psicológico e espiritual saudável. Isso inclui, moradia digna, alimentação saudável, saneamento, acesso à educação, saúde, cultura, lazer entre outras seguranças afiançadas pelas diversas políticas públicas brasileiras. A ética pressupõe ao sujeito pertencimento familiar, comunitário e social, pressupõe ao indivíduo autonomia, participação e decisão. Freire acusa como contrária a ética qualquer forma de discriminação, violência e crueldade, exercidas contra o direito ontológico de *Ser Mais*.

É interessante observar que se trata de uma ética do humano concreto e histórico, como vimos, ética é vida, e vida é ter as condições básicas de existência garantidas. Não se trata, pois, de uma ética ingênua e romântica, mas de uma ética de vida concreta, de saber-se vivo como gênero humano. Na ética freireana todas as condições elementares de existência estariam supridas, tanto as condições materiais básicas de existência (moradia, alimentação, segurança, transporte, etc.) quanto as condições espirituais, as que elevam o humano à condição de *Ser Mais* (educação, conhecimento, etc.).

A ética em freire pressupõe coerência e verdade, Freire é categórico ao defender a coerência entre nossas convicções e nossas ações, e reforça a integralidade do ser o qual não pode separar sentimentos dos comportamentos, conhecimento técnico e científico da prática profissional, afetos e emoções das motivações, entre outros. Sendo assim a coerência começa no que construímos da compreensão de nossa existência em sociedade, o que Freire chamou de visão de mundo, ou seja, a coerência pressupõe uma lógica entre pensamento e comportamento, entre o que eu acredito e o que eu faço. Atentemos, como um cidadão que se identifica a uma “criação”, ou seja, a animais, pode colocar-se como sujeito do mundo capaz de transformar a história?

Nesta perspectiva Freire (2011b, p.22) explica que a coerência não é absoluta mas se renova a partir de novos aprendizados o que eleva o nível de conscientização do ser, bem como a superação de situações incoerentes “[...] Coerência, que, jamais podendo ser absoluta, cresce no aprendizado (...) Esse exercício de busca e de superação é, em si, já, um exercício ético [...]”. O exercício ético refere-se a uma constante reflexão crítica sobre o que está posto socialmente e novas formas de superação em busca do *Ser Mais*. Desta

feita a coerência exige um contínuo processo de conscientização, ou seja, a consciência de si que se supera por meio do diálogo, da conscientização, da problematização, da criticidade, que é o pensar certo, entre outros. Daí a tão necessária vigilância para que a prática seja coerente ao discurso.

Freire (2001, p.41) ao falar de sua experiência pedagógica expressa a preocupação com a coerência entre a beleza do discurso, permeado pelo pensar certo, direcionado a verdade, “[...] Busca da boniteza da expressão a que se junte a preocupação com a clareza do discurso, com a precisão rigorosa do pensamento e com o respeito à verdade [...]”. Ou seja, a ética expressa no discurso deve estar entrelaçada a verdade que somente se valida por meio do pensar certo, que é a criticidade. Dessa forma, ao pensar sobre ética não apenas a coerência deve ser levada em consideração, mas, também a verdade.

Atentemos, na época da escravidão era coerente o negro servir o seu senhor a troco de nada, pois a concepção naturalizada era que o negro não era gente. Atualmente, na lógica individualista, competitiva e meritocrática do pensamento liberal no contexto do capitalismo globalizado, é de que a pessoa pobre viva em péssimas condições, pois, não trabalhou para possuir uma melhor qualidade de vida. Notamos que existe coerência no raciocínio, contudo, não há verdade. Sabemos que o negro é igual ao branco e o que o distinguia não era uma condição ontológica, mas a condição social e econômica. Da mesma forma, hoje em dia, políticas públicas como a da Assistência Social, anseiam por desconstruir a concepção de pobreza como fruto da preguiça e da não persistência individual, e sim consequência de um movimento social, histórico e econômico.

Está na raiz da formação social brasileira o processo que torna a vítima responsável pela sua situação de vulnerabilidade social. É comum que a pobreza, a miséria e a ignorância pareçam aos olhos de muitos como estados naturais ou de responsabilidade do próprio indivíduo que vive nessas condições. Assim como há estudos em que transparece a visão de que os indicadores sociais não acompanham os econômicos em função da negligência ou incapacidade “natural” dos setores sociais “carentes” em superar essa situação (BRASIL, 2008, P. 47).

Freire (2001, p.51) nos adverte que a ética não deve seguir regras e convenções que ferem a democracia e a dignidade humana: “[...] Um sequer direito dos ricos não pode constituir-se em obstáculo ao exercício dos mínimos direitos das maiorias exploradas. Nenhum direito de que resulta a desumanização das classes populares é moralmente direito. Pode ser até legal mas é uma ofensa ética”. Visualizamos a derivação desta lógica

ética no primeiro princípio descrito na Lei Orgânica da Assistência Social, artigo 4º, que afirma a “Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica”. Podemos mais uma vez, entrelaçar a coerência entre o pensamento freireano e a política de Assistência Social.

O segundo princípio da Assistência Social descrito na Loas art. 4º que trata sobre a universalização dos direitos sociais “Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas”, também vem ao encontro do pensamento freireano que defende a necessidade de que a população em sua totalidade possua condições mínimas para seu pleno desenvolvimento e exercício social. Freire mostrou este gosto pela justiça logo no início de sua carreira no SESI ao propor um processo de alfabetização comprometido com a categoria excluída do direito de educação. Propôs um processo de alfabetização que elevaria o cidadão ao nível de consciência crítica suficiente à participação política.

O processo de alfabetização proposto por Freire exemplifica a ideia da universalização ao propor um caminho para a equidade de acesso aos direitos, como é dito “[...] a alfabetização não é um jogo de palavras, é a consciência reflexiva da cultura, a reconstrução crítica do mundo humano, a abertura de novos caminhos, o projeto histórico de um mundo comum, a bravura de dizer a sua palavra [...]” (FREIRE, 1987, p. 10). Assim, a universalização dos direitos sociais refere-se a este movimento, tornar o cidadão apto ao exercício de seus direitos. Este deve ser um compromisso ético do trabalhador social que, com proatividade, vai ao encontro de grupos em situações de vulnerabilidades sociais e propõe atividades visando o fortalecimento da capacidade de criticidade e participação do grupo a fim de torna-los cidadãos participantes das políticas sociais instituídas.

Ao estudar os demais princípios da Assistência Social veremos sua compatibilidade com o pensamento freireano com destaque ao terceiro e quarto princípios que descrevem aspectos sobre o respeito e igualdade no tratamento dos indivíduos:

- III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; (BRASIL, 1993).

Freire discute com muito afinco a questão do respeito e refuta qualquer tipo de discriminação, sendo incapaz de conceber ações que subjuguem o ser humano devido a classe, cor, religião, gênero, etnia. Freire (2001, p.54) relata que sua luta contra a discriminação deu-se desde jovem vestindo a camisa da luta contra as injustiças de qualquer espécie e afiliando-se a práticas democráticas e abertas:

(...) por questões éticas e, por que não, estéticas também, a que junto minha formação no seio da família cristã, desde muito jovem venho reagindo quase instintivamente contra as injustiças, contra os preconceitos de toda espécie, contra as ofensas, a dominação, o arbítrio, a arrogância, a imposição de idéias ou crenças, contra o desrespeito e contra o desprezo aos fracos e como me venho firmando ao mesmo tempo em opções progressistas, democráticas, abertas, radicais, jamais sectárias,... (FREIRE, 2001, p.54).

O terceiro princípio da LOAS ao falar sobre respeito nos remete ao tratamento do cidadão de forma digna e humana, considerando suas especificidades e autonomia. Neste quesito, lembramos que os benefícios e serviços da Assistência Social são prestados a quem dela necessita, sendo em diversos casos requisitado a comprovação desta necessidade, como é o caso do BPC - Benefício de Prestação Continuada prestado às pessoas com deficiência e idosos. Todavia o que a legislação traz é que esta comprovação não seja vexatória, sendo imprescindível o exercício do respeito.

O respeito vai além de uma aceitação amigável da condição do outro, mas perpassa um processo empático de busca genuína por compreender o outro em sua integralidade a fim de juntos buscarem soluções possíveis para as situações de vulnerabilidade vivenciadas pelo usuário da Assistência Social. Neste sentido, Freire (2001,p. 42) nos adverte de que: “[...] você só trabalha realmente em favor das classes populares se você trabalha com elas, discutindo com respeito a seus sonhos, seus desejos, suas frustrações, seus medos, suas alegrias [...]”. Assim, para que o trabalho social seja assertivo ele necessita ser realizado em comunhão entre profissional e usuário.

Trabalhar em comunhão exige mais que uma boa comunicação, exige diálogo, o dialogo só se faz em uma esfera de respeito mútuo. Ao falar sobre comunicação nos remetemos ao quinto e último princípio da LOAS que trata sobre a “Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão”. Pensar em uma ampla divulgação da Assistência Social iluminados pelo pensamento freireano requer uma

profundidade que vai além de disponibilizar avisos em rádios para seu maior alcance quantitativo.

Em Freire teremos sempre em mente que esta divulgação acerca da qual versa a LOAS deve ser efetiva, neste sentido, nos parece oportuno inferir acerca do dever de atenção da equipe do CRAS às especificidades do seu território de abrangência para identificar quais são os meios de comunicação mais utilizados e se necessário que a comunicação seja realizada por vários meios, rádio, porta-a-porta, televisão, direta em eventos de outras políticas públicas como educação e saúde, envio de relatórios, folders entre outros. Contudo este é um passo do processo, é preciso ter evidências de que o conteúdo da mensagem seja claro e inteligível ao usuário. Neste sentido, retornamos à necessidade de diálogo e compreensão do outro, do usuário, da população em vulnerabilidade social a qual o CRAS atende.

Ao relacionar os princípios da LOAS ao pensamento freireano percebemos sua compatibilidade e as preciosas contribuições de Freire neste tópico de discussão. Notamos que a ética para Freire é em prol da vida, no que diz respeito ao desenvolvimento do *Ser Mais*. A ética é responsabilidade cidadã que se aplica a todos e todas sem exceção. A ética no trabalho do CRAS exige uma responsabilidade do trabalhador de exercitar a coerência entre as diretrizes da LOAS e sua prática profissional. Sendo uma prática ética deve também ser política, ao entendermos o ato político como ato de participação e decisão.

Para Maar (1982) a política é um processo desenvolvido historicamente que está presente em todas as esferas da vida em sociedade, o que lhe proporciona organização e ordem. A sociedade produz transformações, muitas vezes, por meio de conflitos entre posições contraditórias que, precisam estabelecer-se enquanto regra geral para manter a ordem, que por sua vez, não é definitiva, ou seja, uma constante relação de poder.

Portanto, a política é uma gama de princípios e diretrizes que definem uma organização social e que não se restringe a sua mais comum compreensão como referência a política exercida da esfera institucional e/ou partidária, a qual abrange os tão conhecidos espaços de trabalho do legislativo, como, o exercício de vereadores, deputados, senadores; e o executivo com o serviço dos presidentes, governadores, prefeitos e ao cabo por equipamentos de políticas públicas como o CRAS. Mas a política é parte fundante da estrutura social, Maar (1982) nos apresenta alguns exemplos:

Quando se fala da política da Igreja, isto não se refere apenas às relações entre a Igreja e as instituições políticas, mas à existência de uma política que se

expressa na Igreja em relação a certas questões como miséria, a violência etc. (...) as empresas têm políticas para realizarem determinadas metas no relacionamento com as outras empresas, ou com os seus empregados. As pessoas, no seu relacionamento cotidiano desenvolvem políticas para alcançar seus objetivos nas relações de trabalho, de amor ou de lazer; (...).

Entendemos que a política é o ato de participação do cidadão nas decisões a ele concernentes, a qual lhe é um direito, sendo diminutivo restringir a política a espaços específicos ou a momentos previamente definidos, como apenas no momento do voto ou exercendo cargos públicos eletivos.

(...) atribui-se à pessoa um espaço e um tempo determinado para que exerça uma atividade política, na hora das eleições, quando está na tribuna da Câmara dos Deputados depois de ter sido eleita, quando senta no palácio para despachar com seus secretários mesmo sem ter sido eleita. A própria delimitação rígida da política constitui, portanto, um produto da história; e este é, sem dúvida, o principal motivo pelo qual não basta ater-se a um significado geral da política, que apagaria todas as figuras com que se apresentou em sua gênese (MAAR, 1982).

Em sua magnitude, reforçamos a importância do exercício da política democrática enquanto defensora dos interesses coletivos e produtora de transformação social, por meio da participação popular, não apenas através do voto, mas pela conscientização social do cidadão enquanto sujeito de mudança. Neste ponto nos encontramos com as diretrizes estabelecidas pela LOAS, em seu artigo quinto, para a organização da Assistência Social no Brasil que define a ação política democrática no âmbito das gestões da Política Pública da Assistência Social por meio da descentralização político-administrativa nas esferas estaduais e municipais; a nível de participação popular por meio de organizações representativas e afirma a responsabilidade do Estado na garantia e execução dessas diretrizes. Vejamos na íntegra:

A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:  
 I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;  
 II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;  
 III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo (BRASIL, 1993).

Os esforços na construção das diretrizes da Assistência Social visam estabelecer parâmetros e condições para a participação popular e da politização de uma parcela da população deixada a margem deste direito. É nesta perspectiva que Freire irá fundamentar

sua luta, a que todos tenham direito a participação, primeiramente por meio da alfabetização que a época era requisito ao voto e no decorrer de sua vida e obra vamos notar o fortalecimento da convicção de necessária abertura à consciência política.

Scocuglia (1999) estuda a evolução do pensamento político de Freire ao longo de sua obra e constata alterações relevantes ao nosso estudo. No início das produções acadêmicas de Freire foi verificado que a ação política seria consequência do desenvolvimento subjetivo do cidadão ao qual passaria de um estado de consciência ingênua à consciência crítica de seu contexto como um todo, com ênfase nos modos de dominação e desumanização. “[...] Parece-nos fundamental destacar que o “pano de fundo” da arena da mudança social estava excessivamente consagrado às transformações internas dos seres humanos ou, em outras palavras, através das transformações da “consciência individual”. Percebe-se uma preocupação, a princípio, voltada à transformação interna que desembocaria na transformação social.

Esta primeira etapa do pensamento freireano em relação a política é fortalecida como verdadeira, porém, incompleta. Freire reconhece sua própria ingenuidade ao iniciar seus esforços de mudança social na área acadêmica e profissional deixando menos evidente a questão política: “[...] em meus primeiros trabalhos, não fiz quase nenhuma referência, (...) ao caráter político da educação. Mais ainda, não me referi, tampouco, ao problema de classes sociais, nem à luta de classes”. (NOVOA, 1979, p. 43). Esta evolução do entendimento da política, trouxe a obra de Freire uma inseparabilidade entre a educação e a política, bem como a necessária politicidade da educação na busca de uma sociedade mais responsável, democrática e justa.

Sendo, portanto, a política uma atividade intrinsecamente humana, sua realização não se dá desprovida da educação. Como vimos, desde os povos da antiguidade, os fins da política foram sendo alcançados por meio de uma educação, a princípio, orientada por filósofos, famílias, sociedade, líderes, normas, valores, leis etc. Toda política, para ser realizada, não se dissocia do ato educativo, nem o ato educativo se separa do ato político. A atividade política é movida por objetivos, intencionalidades, desejos etc. Nesse sentido, como entende Paulo Freire (1999), a política está no processo educativo atendendo a interesses diferentes ou antagônicos; como a educação está na natureza política rumo à conquista desses interesses, há politicidade na natureza da educação, bem como há educabilidade na natureza política (CAVALCANTI, 2009, p. 59).

Isso inclui da mesma forma a inseparabilidade da subjetividade e objetividade que traz a concepção entrelaçada entre a ação e reflexão, teoria e prática e entre a ética e política, pois, uma esfera torna-se parte da outra sendo ambas construtoras da

transformação. Ou seja, para que a ética seja uma realidade ela precisa ser prática e não apenas discurso, sendo ela prática é também transformação social, sendo transformação social é decisão, é participação, é direcionamento intencional, é política. A força deste movimento é política, pois é uma força que se destaca na constante luta de poder.

Desta feita, o processo de politização para Freire “[...] objetiva propor caminhos para a conquista da autêntica inserção no contexto social, a fim de, desorganizando esse contexto, reorganizá-lo ininterruptamente de uma forma cada vez menos injusta [...]”. (CAVALCANTI, 2009, p. 66). É processo pois, é contínuo, visto ao inacabamento do ser humano, bem como da humanidade que caminha em constante busca do bem comum, onde forças de poder se encontram gerando, como denuncia Freire, a dominação. Neste sentido, a politização é consciência crítica que denuncia a estrutura dominante e opressora. Todavia a denúncia deve apresentar-se juntamente com o anúncio de possibilidades de transformação democrática a caminho do *Ser Mais*.

Por meio dessa compreensão percebemos que a politização é um constante caminho dialético, histórico e cultural de conscientização política frente as estruturas organizacionais presentes em nossa sociedade. Reforçamos que este processo não é natural e exige um esforço educacional onde haja a problematização da realidade envolvendo aspectos teóricos e práticos em sua interpretação, aproximando cada vez mais a consciência da verdade. De forma prática, este processo exige comunicação, diálogo, pesquisa, estudos, leituras e análise crítica a qual pretende chegar a uma solução criativa, justa e ética do problema abordado. Sendo seus esforços refletidos na configuração social como um todo.

Conforme seu pensamento, a politização é uma conquista histórico-cultural de leitura e releitura constante e crítica de mundo, um ato criador, é conscientização como processo permanente. Sua aquisição exige uma ação educativa problematizadora, em que trabalhamos os conteúdos codificadores da existência cultural, intencionando o desvelamento e a apreensão da realidade histórica e social que construímos. Politização, nesse sentido, denota conscientização de uma realidade que não se declara facilmente aos nossos sentidos. Exige um pensar problematizador que vivencie dialeticamente prática e teoria. Requer indagação, diálogo, análise, busca, pesquisa e comunicação do conhecimento que estamos construindo sobre a realidade social, a qual envolve a dimensão econômica, cultural, política, ou seja, envolve-nos como seres humanos (CAVALCANTI, 2009, p. 60).

Mais aproximadamente, a ação política é a capacidade do cidadão de se colocar diante das decisões sociais, para isso ele precisa compreender o mais precisamente sobre sua realidade, o que Freire adverte é sobre a alienação do oprimido frente a sua própria



realidade que o afasta da ação política. Assim a ação libertadora é a ação que o aproxima de sua realidade por meio da conscientização crítica, para que em seguida este cidadão possa novamente se afastar e, então retornar para agir sobre esta realidade. Falamos sobre a transformação social que é a coerência ética em ação, é luta.

Cavalcanti (2009) relembra que Freire faz-se mais presente nos movimentos sociais do que nas instituições acadêmicas, pois sua luta é pela transformação social em busca do *Ser Mais*. Como cita: “[...] A pedagogia de Paulo Freire está presente em movimentos sociais e educacionais populares, mais do que em centros de ensino acadêmicos, pois é um pensamento revolucionário, transformador e lutador [...]”. (CAVALCANTI, 2009, p. 66 apud GADOTTI, 2005c p. 01).

Sendo assim, ao passo que o ato educativo torna-se uma ação política, as ações socioassistenciais, da mesma forma, não são ações inertes a intencionalidade política. A própria LOAS no artigo quinto, citado acima, é clara ao declarar a necessidade da participação popular em seu desenvolvimento e no artigo sexto ao definir a organização das ações socioassistenciais por meio do Sistema único de Assistência Social - SUAS reserva espaço de participação social instituído por meio dos Conselhos de Assistência Social. “Art. 6º: A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas),”.

Vejamos, a LOAS, lei que regulamenta a assistência social a organiza por meio do SUAS. O SUAS ao estabelecer as responsabilidades dos entes federados, visa obter a gestão compartilhada e integração entre os serviços socioassistenciais, sem desprender das necessidades específicas de cada região proporcionando ao corpo do serviço a educação permanente, bem como, a vigilância de seus resultados, por meio da vigilância socioassistencial.

O SUAS ainda organiza o serviço interno e institucional da Assistência Social em níveis de proteção, sendo eles: Proteção Social Básica (PSB) de caráter preventivo que se volta a situações de vulnerabilidade social as quais ainda possuem vínculos familiares e comunitários, com ações ofertadas nos CRAS; Proteção Social Especial (PSE) de caráter reconstrutivo visa reabilitar indivíduos onde já houve ruptura dos vínculos familiares e comunitários, com ações ofertadas nos CREAS.

Percebemos pela forma de organização dos serviços socioassistenciais o presente esforço de tornar as ações integradas proporcionando a participação dos entes e

profissionais que a compõem. Pensar o SUAS é ampliar a visão das ações socioassistenciais a um sistema interligado onde as ações devem ser complementares e não independente umas das outras. Nesta perspectiva que se visualiza a definição de rede, onde, por meio do trabalho interdisciplinar, os profissionais oferecem serviços integrados ao cuidado da família usuária do SUAS.

O esforço de participação democrática, exposto na LOAS, abrange os entes federados e os profissionais do SUAS, todavia, não se limitam a eles, sendo posto a necessária participação popular da comunidade e dos próprios usuários da Assistência Social. Assim a LOAS ainda no artigo quinto, inciso II, efetiva a participação popular por meio de organizações representativas, das quais se destacam os Conselhos de Assistência Social e as Conferências de Assistência Social.

Os Conselhos de Assistência Social são instituídos a nível federal, estadual e municipal, compostos paritariamente por membros da sociedade civil e do governo que possuem por objetivo exercer o controle social definido pela Constituição Federal de 1988 “[...] enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa-financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado [...]”. (PNAS, 2004, p. 52). Os conselhos são eleitos a cada dois anos e se propõem a normatizar e acompanhar as ações socioassistenciais tendo a função de aprovação e fiscalização dos planos de ação da Assistência Social. Previsto em lei, sem a aprovação e devida inscrição nos Conselhos não há financiamento federal.

As Conferências de Assistência Social também exercem o controle social por meio de suas edições realizadas a nível federal, estadual e municipal com regularidade mínima de quatro em quatro anos, a fim de avaliar a situação da Assistência Social, ampliar o debate sobre o sistema e sugerir propostas de melhoria. Conforme a PNAS (2004, p. 52) “[...] As conferências têm o papel de avaliar a situação da assistência social, definir diretrizes para a política, verificar os avanços ocorridos num espaço de tempo determinado [...]”.

As iniciativas institucionais regulamentadas pela LOAS para o incentivo da participação popular são plausíveis e não se esgotam em si. A preocupação com a participação popular vai ainda além e se depara com desafios históricos como a inexperiência democrática brasileira que ainda associa a Assistência Social com atitudes de bondade, favor, doação e ajuda, sendo assim, o usuário identifica-se como apenas

recebedor de favores e não proponente de ações de assistência com vistas a garantia de direitos.

Neste sentido, ressaltamos a urgente necessidade de conscientização política dos usuários da Assistência Social enquanto parte fundamental para a efetividade das ações socioassistenciais. A PNAS (2004, p. 53) ratifica esta preocupação ao afirmar “[...] a necessidade de um amplo processo de formação, capacitação, investimentos físicos, financeiros, operacionais e políticos, que envolva esses atores da política de assistência social [...]”.

Frente a esta demanda, surge a necessidade de criação de estratégias de conscientização, de forma a resgatar o direito de participação do usuário do SUAS, “[...] há que se produzir uma metodologia que se constitua ao mesmo tempo em resgate de participação (...), e habilitação para que a política de assistência social seja assumida na perspectiva de direitos publicizados e controlados pelos seus usuários”. (PNAS, 2004, p. 53). E neste ponto, encontramos em Paulo Freire subsídios teóricos e metodológicos para o suprimento desta necessidade.

Em termos de gestão faz-se relevante apontarmos alguns dos princípios da administração de Paulo Freire na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo nos anos 1989 à 1991, nos quais estão explícitos a marca da participação democrática e que podem ser bons indicativos teóricos e metodológicos para o trabalho interdisciplinar no CRAS. Primeiramente a gestão de Freire deu-se juntamente com os atores da educação, professores, alunos, colaboradores e comunidade. Incentivou-se neste processo o trabalho interdisciplinar onde todos tiveram a oportunidade de participar. Este movimento aconteceu em forma de denúncia/anúncio do antigo movimento de forte aspecto hierárquico e autoritário, onde os secretários juntamente com seus especialistas entregavam de cima para baixo as diretrizes do trabalho educativo a ser executado. Anuncia-se com a gestão de Freire um novo paradigma que visa a participação e o engajamento de todos.

Em 1992 Freire e seu sucessor, Mario Sergio Cortella, assinaram uma carta direcionada a “aqueles que conosco constroem um ensino público de qualidade para São Paulo” que retrata alguns anseios de Freire ao assumir o cargo quatro anos antes:

Não devemos chamar as pessoas à escola para receberem instruções, ordens, receitas, ameaças, reprimendas e castigos, mas para, em conjunto, participarem na construção dum conhecimento, que vai para além do conhecimento puramente empírico, e que tem em conta as suas necessidades e o torna num

instrumento de luta, possibilitando a sua transformação em protagonistas da sua própria história. A participação popular na criação de cultura e educação rompe com a tradição de que só a elite é competente e conhece as necessidades e interesses da sociedade. A escola deve ser igualmente um centro de irradiação de cultura popular, ao serviço da comunidade, não para consumir mas para criar (TORRES; O'CADIZ; WONG. 2002, p. 26).

Freire, em sua administração, buscou ir além da qualidade do ensino dentro das unidades escolares, ele buscou juntamente com seus colegas ampliar o processo de educação à comunidade com um esforço de unir as pessoas em prol da construção de conhecimento para o engajamento na solução coletiva de problemas derivados de suas necessidades concretas. Assim, neste propósito, Freire buscou promover o protagonismo da comunidade. Este processo abriu caminho à participação democrática, uma vez que se colocou em pauta a necessidade de compreensão da comunidade para a transformação social, em contraste a tradição anterior em que uma determinada elite de especialistas estava apta a participar.

A gestão de Freire expressou a necessidade do envolvimento da educação nas necessidades concretas da comunidade, em uma aproximação da luta freireana pela conscientização política do povo. Desta feita, suas propostas “[...] constituem um casamento entre a pedagogia crítica coletiva e o trabalho político orientado para a construção de uma nova consciência coletiva para uma nova sociedade democrática [...] (TORRES; O'CADIZ; WONG. 2002, p. 26)”.

As áreas de ação definidas por esta gestão contavam com a melhoria da qualidade de educação por meio de reestruturação curricular, contando com interdisciplinaridade, avaliações continuadas e processos permanentes de formação de professores, fomento ao desenvolvimento de processos descentralizados e participativos da gestão escolar por meio do controle social; Melhoria da infraestrutura escolar para a democratização do acesso; entre outras (TORRES; O'CADIZ; WONG. 2002)”.

Gostaríamos de salientar o respeito desta administração no tratamento com os professores que eram considerados “[...] como os principais agentes para a concretização das suas propostas de profunda mudança institucional e de mudança do currículo das escolas [...]”. (TORRES; O'CADIZ; WONG. 2002, p. 30). Além da valorização dos professores por meio de reajuste salarial, melhoria da infraestrutura das instituições de ensino, do diálogo e promoção de autonomia dos mesmos, a administração de Freire investiu na formação de professores de forma contínua, a chamada educação permanente. Assim os professores já “[...] não são tratados como objetos de formação, mas como

elementos que produzem e recriam conhecimento [...]”. (TORRES; O’CADIZ; WONG. 2002, p. 30.

Ao apresentar algumas das principais características da administração de Freire, como a luta pela efetiva participação da comunidade e a atenção as necessidades e a educação permanente dos trabalhadores da área, percebemos sua coerência ao que havíamos tratado anteriormente sobre a ética e a política na concepção de Freire. Neste tópico também observamos a compatibilidade dos princípios e diretrizes da Política de Assistência Social com o pensamento freireano. As perspectivas trazidas neste tópico, ainda nos amplia a compreensão sobre pontos cruciais do pensamento freireano, os quais abrem caminhos para o desenvolvimento do próximo tópico de análise que constitui a dimensão metodológica e a apresentação de três propostas de intervenção no âmbito do trabalho no CRAS.

#### 4.3 DIMENSÃO METODOLÓGICA E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

[...] educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isso sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 2011d, p. 25).

Neste último tópico de discussão buscaremos apresentar algumas formas de entrosamento entre a teoria e o método de Paulo Freire em aplicabilidade ao serviço oferecido pelo CRAS, de forma planejada e o mais próximo possível da prática. Desta feita, será necessário relembrar algumas das principais funções do CRAS, bem como, os principais ensinamentos e fases do método Paulo Freire, a fim de apropriá-las a uma criativa e embasada proposta de intervenção direcionada aos trabalhadores sociais do CRAS engajados na responsabilidade ética de promoção do *Ser Mais*.

Primeiramente lembraremos, conforme apresentado no segundo capítulo desta pesquisa, as funções exclusivas do CRAS: (a) Gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica e; (b) Oferta do PAIF. Estas duas funções são interdependentes, uma representa a continuidade da outra em uma dinâmica contínua. Se por um lado a Gestão da Proteção Social Básica é uma espécie de organização de fluxos de uma demanda caracterizada por potencialidades e fragilidades, a oferta do PAIF é a execução das estratégias de promoção destas potencialidades bem como a efetivação da ação

protetiva, preventiva e proativa do CRAS, por meio de ações que gerem momentos de convivência familiar e comunitária. Juntas, estas duas funções se complementam e viabilizam o andamento do CRAS (BRASIL 2009).

As duas funções do CRAS são complementares e interdependentes, (...). A oferta do PAIF viabiliza o encaminhamento dos usuários para os serviços (no CRAS ou no território) e disponibiliza informações – sobre demandas a serem respondidas, potencialidades a serem fortalecidas - que contribuem para a definição de serviços socioassistenciais necessários. Por outro lado, a gestão da proteção básica no território assegura que a ação com a família, exercida por meio do PAIF, seja o eixo em torno do qual os serviços locais se organizam e que os encaminhamentos feitos pelo CRAS tenham efetividade e resolutividade (BRASIL, 2009, p 20).

Vamos destrinchar um pouco mais estas funções, iniciando pela gestão socioassistencial que inclui: (a) Articulação da rede socioassistencial de proteção social básica referenciada ao CRAS; (b) Promoção da articulação intersetorial e; (C) busca ativa. A Articulação da rede socioassistencial de proteção social básica referenciada ao CRAS é o processo de integração entre os benefícios, programas e serviços das diversas possibilidades de ação da PSB dentro do território de abrangência. Assim, é responsabilidade da equipe do CRAS manter as demais equipes da PSB em sinergia com os princípios e diretrizes da Política de Assistência Social, bem como traçar estratégias de ações harmoniosas entre as equipes. Podemos usar o exemplo do SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que é um serviço da PSB referenciado ao CRAS, sendo assim a equipe do CRAS e do SCFV, pela iniciativa da equipe técnica do CRAS, deverão realizar reuniões periódicas para o estabelecimento de rotinas e fluxos de trabalho, bem como trocas em relação às demandas e temas para as abordagens socioeducativas realizadas em ambos os espaços (BRASIL, 2009).

A promoção da articulação intersetorial é outra tarefa essencial na função da gestão socioassistencial, pois visa a integração com as demais políticas públicas como saúde, educação, cultura, entre outros. Esta articulação viabiliza o diálogo entre as políticas, estreitando seus objetivos em comum em um esforço para a ampliação do impacto de suas ações. Esta articulação fomenta a troca de saberes e experiências em relação à demanda local, o estabelecimento de fluxos de encaminhamentos, bem como o fortalecimento da proteção integral do cidadão. Um ótimo exemplo desta perspectiva são as campanhas contra as drogas, que é uma demanda prioritária da assistência social e que atinge diretamente as políticas de educação, saúde e segurança. Assim, as equipes destas

políticas podem criar comissões para a elaboração e execução das campanhas de forma integrada, com vistas a potencializar a ação.

A busca ativa é o processo pelo qual a equipe do CRAS se aproxima da comunidade de forma intencional para compreendê-la melhor, identificando situações de vulnerabilidade social e aspectos específicos do território. É o momento em que o profissional se achegará as famílias e a comunidade de forma a compreender seu modo de vida, suas fragilidades e potencialidades, para por meio desta aproximação da identificar demandas e traçar estratégias de ação. Na prática, a busca ativa pode acontecer por meio de visitas domiciliares às famílias; participação em eventos esportivos e culturais; contato com atores sociais, como líderes comunitários, associações de bairro, entre outros; obtenção de informações nos meios eletrônicos oficiais do SUAS, como o Cad-Único; promoção de eventos comunitários próprios para este fim; entre outros.

Já a oferta do PAIF que também é função exclusiva do CRAS, é caracterizada como o pilar de atendimento deste equipamento público. O PAIF tem como objetivo promover ações de promoção do convívio familiar e comunitário com objetivo de fortalecimento dos vínculos de afetividade coletivos e de proteção, bem como a promoção da autonomia, autoconhecimento e autoestima dos usuários, assegurando-lhes a ampliação do acesso aos seus direitos. Assim, o PAIF é a materialização da proteção familiar exercida pelo Estado. As ações exercidas pelo PAIF incluem: (a) Acolhida; (b) Oficinas com Famílias; (c) Ações Comunitárias; (d) Ações Particularizadas e; (e) Encaminhamentos. Neste tópico nos dedicaremos a compreender melhor apenas o formato das Ações Comunitárias, visto que esta modalidade de ação será utilizada em nossa análise (MDS, 2012).

As ações comunitárias possuem como objetivo geral promover a convivência, a mobilização e a participação da comunidade, tornando-a protagonista da organização da comunidade. Como o nome sugere, as ações comunitárias visam alcançar um número maior de pessoas, sendo assim, em geral são atividades com um espaçamento maior de tempo entre elas, todavia, se configura uma ação contínua. A ação comunitária é uma ação chave para a comunicação da comunidade com o Estado e pode ser realizada no formato de palestras, campanhas e eventos comunitários de acordo com a necessidade local (BRASIL, 2012).

Relembramos também, conforme tratado no terceiro capítulo desta pesquisa, as fases do método Paulo Freire: (a) Levantamento do universo vocabular; (b) Escolha das

palavras geradoras; (c) Criação de situações existenciais; (d) Criação das fichas de descoberta; (e) Decomposição das fichas de descoberta. E ressaltamos que a obra e vida de Paulo Freire evidencia sua compatibilidade com os anseios do CRAS e nos presenteia com elementos balizadores para a prática do trabalhador social do CRAS enquanto uma prática libertadora. Uma prática onde é instaurado o amor, a verdadeira generosidade, a palavra verdadeira, a genuína busca pelo *Ser Mais* da humanidade. Percebemos que as ações com base na teoria de Freire serão sempre envolvidas pelo diálogo, conscientização, problematização, criticidade, engajamento e luta.

O princípio do diálogo é a comunicação genuína entre o grupo, onde todos tenham liberdade de se expressar e ser ouvidos atentamente. Onde todos sejam tratados como detentores de um saber que deve ser respeitado. O princípio do diálogo é o respeito ao outro como ser humano, sujeito digno de ser ouvido. A conscientização é o processo em que o indivíduo se torna cada vez mais consciente de sua realidade, onde o indivíduo percebe-se enquanto sujeito integrante do mundo, e com o mundo seu fazedor permanente. A problematização por sua vez é o questionamento da coerência e verdade frente as situações postas ao cidadão. A criticidade caminha na perspectiva de reflexão sobre as condições históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas que envolvem o sujeito, e que por vezes estão contra a sua vocação ontológica de *Ser Mais*. Desta forma, a criticidade envolve uma denúncia ao sistema injusto que vivenciamos. A denúncia, para Freire, deve estar sempre acompanhada pelo anúncio, o anúncio da necessidade de mudança, carregado de esperança e responsabilidade pessoal neste processo, o qual nos envolve com o engajamento. Contudo, mais que engajamento precisamos lutar, a luta é todo este processo em ação, é o levantar do oprimido, é a inauguração do amor, do reconhecimento de si como ser de possibilidades, da emergência do ser emancipado, livre porque conhece e se reconhece histórico, inacabado e capaz de intervir e transformar.

Feitas essas considerações que nos ajudam a retomar elementos básicos do objeto em discussão, passamos agora ao exercício de propor ações. Ao longo deste processo de estudar, apropriar e analisar o CRAS com os aportes freireanos fomos também tomados pela necessidade criadora que emana da humanidade de Paulo Freire, “ler e escrever para transformar”. Sob esta influência, nos atrevemos a pensar e propor um caminho, um possível percurso para fazer da teoria freireana um campo de mediação do trabalho do CRAS. Notadamente trata-se de um exercício inicial de uma iniciante em Freire. Por isso, seguramente, carrega em si um conjunto de limites e possibilidades. Cada um deles tomados como motivo de mais e mais aprofundamento e estudo.



A esse esforço de proposição que embora carregue em si, um tanto de ficção e outro tanto de imagem subjetiva da realidade objetiva vivenciada na ação profissional no CRAS, estamos chamando esta proposta de “Plano de Ação Libertador” (Apêndice A). Tem como missão, contemplar as funções do CRAS citadas acima de forma integrada com o método Paulo Freire e sua teoria da libertação. Esta proposta de intervenção foi nomeada como plano, pois é composta por três momentos complementares e interdependentes, contudo com características específicas que as distinguem.

O primeiro momento de nossa proposta de ação será nomeado de “Estudo em equipe” e visa alcançar os objetivos da ação de gestão territorial dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica. O segundo momento refere-se a uma modalidade de busca ativa que será chamado neste trabalho de “Ação comunitária - Quem éramos, quem somos e quem queremos ser?”. E o terceiro momento carrega o nome de “Mês Ímpar” e pretende responder a demanda de articulação intersetorial. Os três momentos correspondem as demandas das ações de gestão territorial do CRAS, e também contemplam a perspectiva da oferta do PAIF, ratificando a ênfase na complementariedade das funções do CRAS.

#### **4.3.1 Primeiro momento da proposta de intervenção “Estudo em equipe”**

O “Estudo em equipe” é o primeiro momento da intervenção apresentada e configura-se como um tempo de capacitação da equipe para a elaboração e execução das ações que a seguirão. Sendo assim seu público alvo são as equipes que compõem a PSB de abrangência do território do CRAS. Isso inclui, as equipes do CRAS, SCFV, Conselho de Assistência Social, Conselho Tutelar, entre outros (Apêndice B).

Lembramos que o movimento de alfabetização de adultos precipitado por Freire foi realizado em equipe, e que esta equipe não chegou crua a comunidade, mas, cheia de intencionalidade, ou seja, houve um trabalho precedente de familiarização com o método e uma afinação entre os participantes da equipe frente aos objetivos a serem alcançados. A preocupação de Freire com a equipe de trabalho, tanto nos quesitos de formação, quanto nas condições materiais e estruturais de trabalho, foi marcante em sua trajetória profissional e é uma das principais contribuições que podemos referendar ao trabalho do CRAS.

Consideremos mais de perto, quando Freire foi secretário municipal de educação de São Paulo, seu plano de gestão incluía, com prioridade, aqueles que trabalhariam na linha de frente, os professores. Para tanto, Freire trouxe-os para perto da gestão, alargando as possibilidades de diálogo. O diálogo verdadeiro, aquele que possibilita por meio do genuíno interesse e escuta atenciosa a expressão do outro, a palavra do outro, o saber do outro. Freire sabia muito bem que os professores detinham o conhecimento sobre o cotidiano da educação, sabia que eles eram essenciais para que o avanço educacional fosse possível. Sabia da transitividade de sua equipe à experiência democrática, frente a aspectos históricos, como as marcas do autoritarismo, escravagismo, colonialismo, entre outros, presentes na estrutura das relações sociais do nosso país. Sendo esta condição histórica uma característica da transitividade do cidadão, que ao passo que começara se abrir a consciência crítica, democrática e libertadora, ainda expressava rastros do legado opressor.

Isto nos remete ao dualismo opressor/oprimido ao qual tratamos no capítulo três deste trabalho. A face opressor/oprimido que persegue nossa cultura e que só se fará nova por um movimento de luta onde o oprimido, ao se reconhecer como tal, por meio do processo de conscientização libertadora estará melhor equipado, por assim dizer, para lutar por seus direitos enquanto cidadão, sujeito do processo de transformação. Notamos que a face opressor/oprimido não é algo específico do pobre ou do analfabeto, mas é inerente a estrutura social construída historicamente com específicos processos econômicos, sociais e culturais. Sendo assim, ao pensar no processo de libertação seria um equívoco voltar a atenção apenas aos alunos e não se dedicar aos professores. É isso que Freire faz, ele olha para o professor e dedica-se a ele, para que juntos com o corpo educacional pudessem libertar-se.

É nesta perspectiva que em nosso plano de ação iremos incluir como primeira estratégia de ação o trabalho com a equipe do CRAS. Comungamos da compreensão de Freire da formação socio-histórica do nosso povo, com a qual nos encharcamos. Entendemos que esta formação nos trouxe marcas que nos tornam, por vezes, dependentes de uma autarquia a ponto de limitarmos nossa efetividade por falta de iniciativas de base. Na essência do trabalhador social do CRAS verificamos a necessidade de iniciativas que vem de cima para baixo para que as coisas aconteçam. Não é isso que Freire nos ensina, e nem é isso que a política de assistência social recomenda. No pensamento Freiriano o processo de libertação acontece quando o indivíduo se percebe como sujeito pertencente ao mundo e ao mesmo tempo produtor deste mundo, percebe-se capaz e responsável por

transformar sua realidade. É este o processo de conscientização que Freire luta, para que todos coloquem-se no lugar de sujeitos, de atores e de protagonistas de sua história e da história da sociedade.

Da mesma forma a legislação vigente do CRAS também aponta para processos de autonomia da equipe, a qual possui uma amplitude considerável de opções de ações a serem realizadas de acordo com o consenso da equipe. E então nos questionamos, porque esta retração onde, de certa forma, esperamos por um superior? Qual a medida de nossa experiência participativa e democrática? O que nos vem a mente é que o legado do autoritarismo ainda está incutido em nós a ponto de nos imobilizar, a ponto do medo de repreendas nos acometer, e nos manter inertes a meras tarefas ocupacionais que estão distantes do intuito de promoção do protagonismo social, bem como, do desenvolvimento do humano ao *Ser Mais*. Como vamos promover autonomia, autoconfiança e protagonismo aos usuários do CRAS se nem mesmo somos capazes de sentir tal confiança, de exercer a autonomia e de criar a mudança que almejamos?

Por meio de tais problematizações é que direcionamos este primeiro momento de nossa proposta de intervenção ao trabalhador social do CRAS. Lembramos que a equipe do CRAS, de pequeno porte I, por exemplo, é composta por dois trabalhadores de ensino superior, sendo um assistente social e outro preferencialmente psicólogo, que irão compor a equipe técnica. Dois trabalhadores de ensino médio, que em geral, realizam atividades de telefonistas, auxiliares administrativos, zeladoria, motoristas, entre outros. E um coordenador que deve ser um técnico de nível superior e concursado, com experiência na área (BRASIL, 2006). A proposta é que todos participem desta atividade, ou seja, a capacitação é para a equipe completa e não apenas aos técnicos. Tendo em mente a perspectiva de Freire de participação e interdisciplinaridade.

Dito isto, este momento tem como objetivo ser uma atividade contínua onde a equipe irá se reunir em prol de aprender um conteúdo novo em relação a Política de Assistência Social, seus processos internos e externos de fluxos entre serviços, benefícios, programas e projetos, bem como a criação de ações inovadoras que abarquem os objetivos, princípios e diretrizes do CRAS. Serão encontros que devem acontecer com periodicidade semanal, quinzenal ou mensal, sugere-se que sejam realizados com mínimo de uma hora. Para além de conhecer conteúdos novos em relação ao trabalho no CRAS, este momento tem por objetivo proporcionar a conscientização e o engajamento do grupo à transformação social.

Assim, na perspectiva de Freire iniciaremos pelo diálogo, no formato do círculo de cultura, o qual expressa um movimento coletivo, pois, para que haja diálogo é necessário ter no mínimo eu e o outro, ambos compreendidos como entes históricos e socialmente situados, e neste caso o grupo. A ideia de grupo é outro aspecto a ser evidenciado, que por meio do diálogo criará a sinergia necessária em relação aos seus objetivos os quais precisam estar em harmonia para que todos caminhem na mesma direção. É por meio do diálogo também que conhecemos o outro, seus anseios, suas motivações, sua forma de ver o mundo, de compreender e encarar seu ambiente de trabalho.

E é nesta direção que iniciaremos os encontros do “Estudo em equipe” por meio do diálogo. Sugere-se que os encontros sejam uma iniciativa do coordenador ou dos técnicos do CRAS, visto sua responsabilidade em relação a Proteção Social Básica do território de abrangência. Contudo, cada membro da equipe importa. E será chamado como ator, como protagonista, como sujeito ativo que, do lugar que ocupa, produz saberes, impressões, significações que podem traduzir-se em temas fundamentais de estudo, reflexão crítica e planejamento do trabalho da equipe.

Os encontros serão realizados com base no método Paulo Freire, como um círculo de cultura, onde haverá um animador, que, nesta primeira fase indica-se que seja um técnico do CRAS, devido ao fato de o trabalho dever ser compatível com os princípios da Política Nacional de Assistência Social, conhecimento que deve ser já apropriado pelo técnico e talvez e/ou geralmente é desconhecido para os demais. Neste primeiro momento do círculo de cultura será composto pelos demais participantes que serão os trabalhadores do CRAS e a convite representantes de outras organizações da PSB do território, como SCFV, Conselho de Assistência Social, representantes da gestão entre outros. Indicamos a disposição do grupo em círculo, com o intuito de que todos estejam postos em um mesmo patamar, onde todos possam participar e ter voto de decisão.

Lembremos rapidamente então da primeira fase do método Paulo Freire, o levantamento do universo vocabular ou temático, onde o animador angaria informações sobre a realidade dos participantes, esta fase foi realizada por Freire primeiramente a campo, a equipe se achegava literalmente a realidade da população alvo. Em nossa proposta de intervenção esta fase será realizada já no primeiro encontro do círculo de cultura com a equipe do CRAS. Assim, após explicação detalhada sobre os objetivos e método do encontro, o animador buscará informações sobre cada participante. É

importante que o animador tenha clareza da abordagem e do método Paulo Freire e que também deixe claro ao grupo esta forma de trabalho, para que o grupo se familiarize com a abordagem e esteja preparado para o que se sucederá, diminuindo as chances de frustrações e aumentando a probabilidade de engajamento do grupo.

Em seguida, o diálogo iniciará com questões sobre o cotidiano de trabalho, sobre aspectos profissionais e acadêmicos que o levaram a estar neste trabalho, sobre o que mais os encanta neste ambiente, por outro lado, o que lhe é aversivo em relação ao trabalho, há aspectos que lhes causam indignação, enfim, a conversa se estenderá ao passo que todos possam de certa forma se apresentar, contar parte de sua história, e experiências no CRAS. É indicado que este momento seja realizado por meio de uma dinâmica.

Na sequência, ainda com o objetivo de levantamento do universo temático do grupo o animador irá propor uma nova dinâmica, a fim de buscar informações sobre o nível de conhecimento do grupo em relação ao conteúdo que se proporão em conjunto a estudar, a saber, a Política de Assistência Social e o CRAS. Esta dinâmica, extraída do Caderno de Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do SUAS (2006, p.85), chama-se “Roda de Palavras” e funciona da seguinte maneira, o animador irá incitar o grupo a pensar em uma palavra que representa o tema principal de busca do grupo, como por exemplo a palavra “CRAS”, então cada participante terá que falar uma palavra ou frase que lhe vem à mente quando se ouve “CRAS”, como, trabalho, cuidado com os pobres, atenção à família, acolhimento, entre outras.

Neste momento o animador estará atento as dificuldades expressas pelos participantes, buscando não expor ninguém que não se sinta à vontade para participar e aqueles que expressam dificuldades com a associação da palavra exposta. Da mesma forma o animador estará atento às contradições, aos limites explicativos inerentes às significações que estão sendo expressas e a perceber o nível de conhecimento técnico e científico que as associações expressarão. Por exemplo, a associação da palavra “CRAS” com “ajuda aos pobres” remete em primeira interpretação a um conhecimento raso e de senso comum sobre a função do CRAS, bem como a arraigada concepção da Assistência Social enquanto assistencialista. Este exemplo também materializa a concepção freiriana da consciência ingênua a qual o grupo se encontra e abre a visão para a necessária transição à consciência crítica. Assim, esta dinâmica vai dando pistas aos participantes sobre o nível de conhecimento do grupo sobre o tema principal de estudo.

A partir das associações que surgirão em torno da palavra CRAS, o animador buscará problematizá-las, em uma investigação conjunta, buscando compreender de onde vêm tais associações, ou seja, compreender qual a construção cultural que levou o grupo a tal concepção. Quais as determinações históricas ou experiências pessoais que condicionaram esta visão do grupo ao CRAS. A partir de tais problematizações é esperado que o grupo inicie um debate em uma gama de associações que emergirão frente a tais problematizações. Então é indicado que o animador deixe o grupo livre para que o debate ocorra até que se tenha esgotado o assunto. Ao final do encontro teremos em mãos várias questões levantadas em torno da palavra CRAS, ou seja, teremos base do universo temático do grupo sobre o assunto. Então é nesta etapa que o animador irá incentivar o grupo a realizar a escolha das palavras geradoras, ou neste caso a escolha do tema gerador, que caracteriza a passagem para a segunda fase do método Paulo Freire.

Desta feita, por meio das problematizações até então construídas e pela explicitação de situações limites, que são os limites do universo temático, onde se expressam as contradições, que o animador ou a equipe animadora, fará o que Freire chama de “redução temática”, ou seja, intervém para, junto com o grupo, sinalizar os limites e as possibilidades em termos de conteúdo a ser aprofundado. Assim, nesta fase da escolha do tema gerador é a etapa que o grupo irá trazer dentre o universo temático quais são os principais temas a serem aprofundados.

Pode ser que surjam vários temas de interesse e então o grupo irá classificá-los em ordem crescente do mais fácil ao mais difícil, assim como no método de alfabetização escolhia-se primeiramente palavras geradoras fáceis seguidas pelas mais difíceis. Por exemplo, pode ser que tenha emergido do debate os seguintes temas: “O que a legislação fala sobre o CRAS?”; “Quais são os princípios e diretrizes que regem o trabalho do CRAS?”; “O que é o CRAS?”; “Qual é a história da Assistência Social no Brasil?”; “Que país é este que precisa de um CRAS?” e assim por diante. Ao classificar os temas em ordem de dificuldade o grupo se baseará no tema considerado mais fácil para a escolha do material de estudo para a decomposição do tema.

É nesta etapa que os conhecimentos do animador devem ser acessados para auxiliar o grupo na escolha do material que consiga orientar o grupo no aprofundamento do conhecimento sobre o tema. Vejamos, se o grupo escolheu o tema “O que é o CRAS” uma boa indicação de estudo é o “Caderno de orientações técnicas do CRAS”, caso o tema escolhido seja “Quais são os princípios e diretrizes que regem o trabalho do CRAS?”

Pode ser indicado os textos legais da LOAS, PNAS, NOB-SUAS entre outros. É certo que a escolha do material é partilhada também entre o grupo e não uma determinação do animador, e que em caso de não haver disponível um material indicado, o grupo se responsabiliza por pesquisar um ou mesmo por construí-lo. E então com este gostinho de quero mais é que pode ser encerrado o primeiro encontro.

Resumindo, o primeiro encontro do “Estudo em equipe” envolverá as fases de levantamento do universo temático e escolha do tema gerador do método Paulo Freire e é composto também pela constante presença dos conceitos de diálogo e problematização. Este primeiro encontro contará com quatro etapas-chaves, a primeira é a explanação clara de seus objetivos. Na segunda etapa será realizada a dinâmica de apresentação com vistas a iniciar o processo de levantamento do universo temático, conhecendo mais da realidade e as expectativas de cada participante. Na terceira etapa será proposta a dinâmica “Roda de palavras” que objetiva afunilar a compreensão do universo temático em respeito ao conteúdo em pauta relacionado ao CRAS. E na última etapa, acontecerá a escolha do tema gerador para o aprofundamento do estudo. Este primeiro encontro, terá como um de seus objetivos proporcionar ao grupo maior clareza de sua finalidade, propiciando um período em que todos participem e se sintam de fato parte desta pesquisa coletiva, entrelaçando as motivações individuais a objetivos em comum.

Para o próximo encontro o animador terá de se preparar com o material para a decomposição do tema gerador e, por meio do conhecimento agregado no primeiro encontro sobre a realidade do grupo, pensar em formas de tornar o tema gerador ainda mais próximo da necessidade do grupo, adentramos assim a terceira fase do método Paulo Freire, a chamada “Criação de situações existenciais”.

Seguindo a lógica do exemplo anterior, vamos continuar com o tema gerador escolhido “O que é o CRAS”. Então com isso em mente e sabendo que o material escolhido pelo grupo para estudo foi o “Caderno de orientações técnicas do CRAS” o animador irá fazer uma pequena recordação do que foi trabalhado no encontro anterior, ressaltando seus pontos fortes de discussão, organizando a mente do grupo para a sequência dos trabalhos. Assim, o animador ratifica o tema gerador e o material de estudo escolhido e explica que antes de entrar na decomposição do material propriamente dito, irá propor uma dinâmica relacionada.

A dinâmica terá o nome de “Quem é o CRAS”. Nesta dinâmica o animador irá apresentar um cartaz, slide, ou congêneres com a foto do CRAS em questão, e perguntar:

“Quem é o CRAS?” Neste momento o animador estará preparado para escutar atentamente as respostas que surgirem incentivando o grupo a se expressar sem medo de repreendas ou constrangimentos. Então podem surgir respostas como, o CRAS é o Estado, o CRAS é o povo, é o usuário, é a pessoa portadora de necessidades especiais, é o idoso, é o beneficiário do Bolsa Família, é o prefeito, somos eu e você, somos nós. O animador irá acolher cada resposta e problematizar cada uma pensando porque o prefeito é o CRAS? Qual é a sua contribuição nesta abrangência? Qual é a sua função no CRAS? Será que ele de fato realiza o que é esperado dele, tanto o que é esperado pelo povo, quanto o que a legislação fala que é sua função? Quais são os obstáculos que talvez o impede de realizar sua função com qualidade? E assim por diante o debate se segue até que estejam todos saturados do assunto e que o grupo demonstre estar pronto para avançar.

Em seguida o animador trocará a imagem do CRAS que antes era colorida pela mesma imagem como pano de fundo em escala de cinza com um alto relevo em forma de quebra cabeça e em cima terá a mesma pergunta “Quem é o CRAS?” Neste momento é esperado que o grupo já tenha percebido que ele próprio faz parte do CRAS e que ele é o CRAS. Então o animador irá pedir para que cada um escreva nomes de pessoas que fazem parte do CRAS em cada pedacinho do quebra cabeça, ao ponto que seus próprios nomes estejam expostos na imagem e que eles se visualizem parte fundamental do CRAS.

É nesta etapa que o animador irá pedir para que cada participante pegue no cartaz a parte do quebra cabeça que lhe corresponde e leve para si, e em uma atitude de reflexão irá pensar silenciosamente sobre uma nova problematização feita pelo animador, onde aquelas questões que foram feitas em relação ao prefeito, ao usuário, ao Estado, agora estarão direcionadas a mim. Nesta etapa é esperado que o participante pense “Qual é a minha necessidade no CRAS? “Quais são as minhas contribuições e funções específicas?”, “Será que minha função está de acordo com o que os outros esperam de mim, será que está de acordo com o que a legislação diz que é meu dever?” “Quais os desafios que me impedem de exercer um trabalho ainda melhor, que gere em mim satisfação e alegria?”. O animador pode pedir que o grupo escreva suas respostas na parte do quebra cabeça e quem se sentir à vontade pode expor o conteúdo de sua reflexão, e deixar o grupo livre para dialogar.

É esperado ainda que o grupo chegue a uma resposta em comum em relação a pergunta: “Quais os desafios que me impedem de exercer um trabalho ainda melhor, que



gere em mim satisfação e alegria?”, uma das respostas provavelmente irá se referir a necessidade de capacitação e maior conhecimento científico do grupo sobre o CRAS. E então, este seria o gancho para passar à próxima etapa do encontro que, também referência a próxima fase do método Paulo Freire, denominada “Criação das fichas de descoberta”. Se no método de alfabetização a criação das fichas de descoberta representa a decomposição da palavra em sílabas, no nosso caso, esta fase acontecerá com a decomposição do material de estudo escolhido, que no caso foi o “Caderno de orientações técnicas do CRAS”.

Esta etapa pode se estender por vários encontros, onde o grupo irá se debruçar na leitura, na compreensão, e na estruturação lógica do que o texto tem a dizer, criando mapas mentais, estruturas internas de compreensão e classificação do conteúdo entre outros. Nesta etapa também é importante que o animador, visto ser ele um membro da equipe e não um especialista no assunto, tenha o mínimo de conhecimento sobre o material de estudo para que auxilie o grupo na compreensão do conteúdo.

É importante também que o animador esteja atendo as habilidades do grupo, sendo que este é um grupo interdisciplinar, onde alguns terão mais dificuldades e outros menos. É possível e provável que este grupo tenha participantes que possuem o hábito da leitura e bastante facilidade em compreensão e interpretação do texto escolhido, contudo, haverá também no grupo pessoas que talvez possuam dificuldades no próprio ato de leitura, então para manter o engajamento e a motivação de ambos é indicado que o animador proponha dinâmicas e estratégias criativas, com atenção a tais disparidades, para o estudo do material. Como exemplo, ao invés de apenas entregar o texto na íntegra para a leitura e depois propor os apontamentos dos destaques, o grupo pode ser dividido em duplas onde, após leitura do texto e diálogo sobre o mesmo, terão que responder a perguntas pontuais, como, “Qual a definição apresentada no texto de CRAS?” ou “Quais são as duas funções exclusivas de responsabilidade do CRAS?” perguntas que irão orientar a organização da compreensão do texto. Ainda o texto pode ser recortado em partes onde os participantes podem ter o desafio de ordená-los. Também podemos categorizar alguns pontos-chaves de discussão em uma grande tabela exposta em um quadro ou em cartazes, como por exemplo, “Conceito de CRAS”; “Equipe técnica”; “Coordenador”; “Funções do CRAS”, e o grupo terá a liberdade de ir preenchendo seus espaços em branco. Enfim, neste momento será bem-vindo o máximo de estratégias criativas com o objetivo de proporcionar melhoria e facilitar o processo de compreensão do material.

Ao final desta etapa de compreensão do material escolhido para estudo é esperado que o grupo esteja preparado para apontar os principais tópicos abordados no texto, bem como expor algum tipo de organização de sua compreensão em relação ao texto. Ao chegar neste nível o grupo estará apto a passar para a última fase do método Paulo Freire, a decomposição das fichas de descoberta. Este seria o ápice do processo de pesquisa, onde o grupo chegaria em uma resposta comum em relação ao tema gerador, uma resposta criativa, autêntica, embasada cientificamente em bons autores e significativamente e emocionalmente entrelaçada a vivência do grupo. Assim se seguirmos a sequência do exemplo, onde o tema gerador foi “O que é o CRAS” o grupo produzirá uma resposta autêntica e científica à questão. É por meio deste processo que o grupo não irá apenas decorar conceitos, mas, produzir conhecimento. Também é sugerido que nesta etapa ápice de construção do conhecimento o grupo utilize-se de dinâmicas, técnicas e estratégias para a apropriação do conhecimento. Isso pode acontecer através da sistematização do conhecimento produzido, por meio da escrita do mesmo, ou ainda apresentação por meios mais criativos, como, músicas, teatros, rimas, poemas, entre outros.

Dependendo do número de temas geradores é possível que os encontros se estendam por vários meses, a sugestão inicial é que estes encontros se tornem contínuos no trabalho do CRAS, e ao passo que terminem os temas geradores, sejam criados novos, visto a sua importância, tanto para a produção de conhecimento quanto para o envolvimento do grupo, engajamento no trabalho em equipe, promoção da autonomia e protagonismo do grupo, entre outros. É por esses motivos também que os encontros precisam ser momentos agradáveis de trocas e crescimento. O ideal é que a cada ciclo de temas geradores o grupo esteja instigado a avançar o estudo à prática do aperfeiçoamento do serviço do CRAS.

Em suma, devido à grande variedade de possibilidades que possam surgir com o “Estudo em equipe” sugerimos que a cada encontro o animador tenha o cuidado de minimamente realizar um processo de introdução, desenvolvimento e conclusão do encontro. Sendo a introdução o momento de preparar o grupo para a tarefa por meio de uma dinâmica ou mesmo um diálogo inicial retomando o que foi trabalhado no encontro anterior, bem como, trazer à pauta a criação de momentos existenciais. O desenvolvimento onde, a partir de variadas estratégias, serão estudados os materiais escolhidos de pesquisa referentes aos temas geradores, que seria a fase das fichas de descoberta. E a conclusão momento em que o grupo irá criar seu conhecimento específico

sobre o assunto unindo seu conhecimento prévio ao conhecimento científico adquirido, passando da consciência ingênua à consciência crítica sobre o tema.

#### **4.3.2 Segundo momento da proposta de intervenção “Ação comunitária”**

O intuito, como já abordamos acima, é que com o momento do “Estudo em equipe” o grupo vá se envolvendo cada vez mais na busca pela qualificação do trabalho prestado no CRAS, e que dali surjam ideias inovadoras na perspectiva de execução dos objetivos presentes na proposta da Política Nacional de Assistência Social. Vejamos, a partir do momento que a equipe aprofunda seus conhecimentos sobre o que é o CRAS, quais suas finalidades, público alvo, princípios e diretrizes, entre outros, é esperado que o grupo levante propostas criativas para o alcance destes objetivos, de maneira a se colocar como sujeito deste processo. Assim, dando continuidade ao momento do “Estudo em equipe”, o próximo momento será um exemplo de possibilidades de ações inovadoras emergentes do “Estudo em equipe”.

Retomando o processo do “Estudo em equipe” perceberemos que a partir do tema gerador “O que é o CRAS” chegamos a etapa em que o grupo produziu um conhecimento próprio e com base científica sobre o CRAS, e devido ao material de estudo, é provável que tenham explorado quais são as funções exclusivas do CRAS e chegaram a esta possibilidade de conclusão: as funções exclusivas do CRAS são a gestão territorial da PSB e a execução do PAIF. Uma das principais ações da gestão territorial é a busca ativa e do PAIF são as ações comunitárias. Então, é nesta lógica que apresentaremos a seguir, a o segundo momento da proposta de intervenção que unirá o processo de busca ativa em uma ação comunitária a qual intitularemos de “Ação comunitária - Quem éramos, quem somos e quem queremos ser?” (Apêndice C).

A partir dos debates levantados no “Estudo em equipe” e pela experiência com as famílias usuárias do CRAS, pode ser que a equipe levante a demanda de que as famílias usuárias têm apontado sérias dificuldades familiares em relação a diferenças intergeracionais, pais que não compreendem as atitudes dos filhos em relação ao grande aumento de inclusão as tecnologias digitais, adolescentes que não conseguem parar para conversar com os avós devido à grande disparidade na comunicação, adultos excluídos de tecnologias digitais, pois não a compreendem ou mesmo as repulsam, crianças

bombardeadas com conteúdos digitais agressivos ou de cunho sexual inapropriado à fase de desenvolvimento, entre outros.

Concomitantemente com esta demanda, é possível que exista a necessidade da equipe do CRAS, compartilhar com a Gestão Municipal da Assistência Social informações relevantes sobre as características do território, especificando as fragilidades e potencialidades da comunidade, bem como, identificando a oferta de serviços públicos e acesso a direitos no local. A partir desta demanda o grupo pode propor uma ação comunitária que aborde o tema das diferenças intergeracionais e ao mesmo tempo consiga angariar informações mais profundas sobre a realidade local, realizando uma espécie de mapa falado da comunidade.

Explicitemos o exemplo, o grupo ao pensar sobre esta demanda, propõe que seja realizada uma ação comunitária com o título “Ação comunitária- Quem éramos, quem somos e quem queremos ser?”. Então é definido o local, no salão da comunidade “São Roque” (Nome fictício); o público, aberto a todos os cidadãos da comunidade e a todas as idades; data e horário, escolheu-se que o evento aconteceria num sábado de tarde, para que aqueles que trabalham durante a semana possam também participar. Então o grupo teria que pensar qual atividade seria atrativa o suficiente para motivar o público a participar. Foi levantado a ideia de envolver uma apresentação do coral do SCFV, e também uma amostra culinária do grupo de mulheres do PAIF, que acabara de realizar um curso de salgados.

Assim, a “Ação comunitária - Quem éramos, quem somos e quem queremos ser?” contemplará os objetivos do PAIF e de busca ativa e será executada a partir das fases do método Paulo Freire, trazendo a esta pesquisa, mais uma forma de aplicabilidade das contribuições do pensamento freireano ao trabalho social no âmbito do CRAS. Lembremos mais uma vez que a primeira fase do método Paulo Freire é o levantamento do universo temático, o qual em sua definição se aproxima dos interesses da ação de busca ativa, principalmente no que diz respeito ao processo de apropriação de informações referentes a realidade da comunidade. Assim o objetivo foco deste segundo momento será a obtenção de informações sobre a comunidade.

A busca ativa, ressaltamos, é o momento em que a equipe se aproxima da comunidade para compreender sua realidade e identificar suas fragilidades e potencialidades. Assim, o primeiro momento deste segundo momento será muito semelhante ao que a equipe de Freire fez em suas primeiras experiências de alfabetização.

Desta feita, a equipe do CRAS irá sair a campo e visitar as famílias e os líderes comunitários com vistas a conhecer mais da realidade local.

Neste sentido, há uma especificidade interessante da realidade do trabalho do CRAS em municípios de pequeno porte I, que se refere ao fato de a equipe do CRAS, em geral, fazer parte da comunidade. Isso auxilia de certa forma a compreensão das características locais. Ainda lembramos que a equipe do CRAS por já estar implantada no território não chegará de maneira “crua” ao local, como se viesse de outra cidade, mas já possui certo conhecimento e por vezes já deve haver travado vínculos anteriores com a comunidade. Frente a esta especificidade é interessante que a equipe faça um mapeamento das famílias as quais pretende alcançar em busca em base de dados, como o Cad-Único, sobre a localização das famílias alvo da ação, como famílias beneficiadas do bolsa família, famílias participantes do SCFV, famílias que possuem membros portadores de deficiência, entre outros casos pertinentes.

Desta feita, por meio do processo de entrega dos convites para a “Ação Comunitária – Quem éramos, quem somos e quem queremos ser?” será realizada a continuidade do levantamento do universo temático, o qual sugere-se que seja realizado em duplas formadas por um trabalhador de nível superior e um de nível médio da equipe do CRAS, de casa em casa, e com este convite buscaria conversar com as famílias sobre assuntos diversos que possam surgir. A ideia é que a visita não seja apenas uma entrega de convite, mas, um diálogo sobre a vida, que venha a agregar no entendimento dos técnicos sobre o cotidiano da família, bem como, envolver e motivar a família a participar do evento.

É interessante que o convite além de ser entregue pessoalmente, seja impresso em um modelo contemporâneo e atrativo, sugere-se também que haja avisos na rádio comunitária e que sejam explorados os meios de comunicação disponíveis, para que o convite seja fortalecido e alcance o máximo de pessoas da comunidade.

Sendo uma ação coletiva, no formato de evento comunitário, será necessário que toda a equipe do CRAS se envolva e ainda convide as equipes das demais organizações da PSB, como o SCFV, Conselho Municipal de Assistência Social, entre outros, para auxiliar a execução da ação, visto que é esperado um número entre trinta a cinquenta pessoas. Dito isto, avançamos para o passo-a-passo do planejamento da ação com base no método Paulo Freire.

Como vimos, a fase do levantamento do universo temático, começaria antes mesmo da proposta do evento, com a apropriação pela equipe das demandas dos usuários do CRAS, esta fase foi intensificada em loco por meio da visita da equipe do CRAS para a entrega dos convites. Também notamos que, concomitantemente com a fase do levantamento do universo temático a equipe do CRAS estava realizando a fase da escolha do tema gerador, ao focar em uma demanda específica, no caso as interfaces das relações familiares intergeracionais. Assim, para o dia do evento, este momento iniciará na terceira fase do método Paulo Freire, a criação de situações existenciais.

A fase da criação de situações existenciais neste evento será realizada, não por meio da exposição de uma gravura, mas com a apresentação do grupo do SCFV, que pode ser uma música, um poema, um teatro, entre outros, relacionado ao tema “relações familiares intergeracionais”. Em seguida, é interessante que um profissional faça uma fala refletindo sobre a apresentação, problematizando alguns pontos que foram apresentados e ressaltando sua proximidade com a realidade. Sugere-se que entre a apresentação e a fala do profissional utilize-se em torno de 30 a 45 minutos. Esta seria um etapa de mobilização da comunidade ao tema gerador a fim de trazer-lhes sentido o assunto.

Na sequência, partiríamos para a fase da criação das fichas de descobertas, que aconteceria da seguinte maneira: seria proposto por meio de uma dinâmica onde o a equipe iria entregar uma fita a cada participante com seis cores diferentes, então, pediria que as pessoas se reunissem de acordo com as cores das fitas que receberam, desta forma, seriam formados seis grupos compostos por cinco à dez pessoas. Em cada grupo haveria um animador que iniciaria o diálogo com o grupo pedindo-lhes quais foram suas impressões sobre a apresentação, onde o grupo poderá expressar-se livremente. Em seguida o animador do grupo iniciaria a problematização, trazendo o exemplo da apresentação cada vez mais perto da realidade da comunidade.

Ato contínuo será contextualizado a questão das mudanças intergeracionais às mudanças ocorridas também no território, pensando de uma maneira ampliada. O animador pode incitar o debate, com perguntas como: “Como eram as relações na época de nossos avós?”; “Como eram na época dos nossos pais?”; “O que mudou?”; “O que vocês acham que era melhor?”; “O que deveria ser preservado?”, “Como somos agora?”; “Quais são os valores que norteiam nossas relações?”, “Quais são as dificuldades que encontramos em nossa época?”; “Quais são as principais características das relações de nossa comunidade?”; “Será que estamos mais próximos um dos outros ou mais

distantes?"; Como gostaríamos de ser enquanto comunidade?"; "Existe algo que queríamos que fosse diferente?"; "O que poderia ser diferente?"; "Quais características gostaríamos de ter enquanto comunidade?"; "Quem queremos ser?". Estas são ideias de questões que podem balizar o debate, sugere-se que o grupo a cada bloco de debate sintetize uma resposta para as questões "Quem éramos?"; "Quem somos?" e; "Quem queremos ser?". É indicado que esta etapa tenha duração aproximada de 45 minutos.

Ao final do debate é esperado que cada grupo tenha escrito suas contribuições sobre as características da comunidade e então os grupos são convidados a juntar-se novamente e a compartilhar seus resultados. A síntese dos resultados caracteriza a última fase do método Paulo Freire, a decomposição das fichas de descoberta, onde os grupos acabaram por produzir, por meio da conscientização da realidade local o chamado por Freire de inédito viável. O inédito viável é uma aspiração do grupo a alguma melhoria ainda não vivenciada, tem a ver com a esperança da construção de condições melhores de vida. Assim, quando o grupo expressar suas vontades de mudança, por meio da síntese da problematização do "Quem queremos ser?" este estará externalizando uma esperança e mesmo visualizando uma possibilidade de transformação social. Há nesta fase a construção de um novo conhecimento.

Assim, a ideia é que sejam lidas a frente as aspirações de "Quem queremos ser?" dos grupos, unificando tais desejos a um objetivo em comum, é sugerido que o profissional que estará conduzindo o evento proponha uma dinâmica ou reflexão que sensibilize os presentes a perceberem que eles são a esperança para a mudança que desejam. E ao final apresentará o "Desafio de mudança-Comunidade São Roque" onde serão convidados seis representantes da comunidade, que expressem este desejo, para fazer parte da "Comissão para a mudança". Esta comissão com o apoio da equipe do CRAS irá marcar encontros posteriores para discutir como podem lutar para alcançar melhorias para sua comunidade. Esta comissão será recebida formalmente através de uma foto representativa. É sugerido que esta última fase dure em torno de 30 minutos.

Indica-se que, ao mesmo tempo em que os jovens e adultos estejam participando dos grupos, haja um grupo direcionado para as crianças e adolescentes, onde irá se trabalhar o mesmo tema, porém, de uma forma mais lúdica e específica para esta fase de desenvolvimento.

Ao final do evento, que terá duração de aproximadamente duas horas, acontecerá a mostra e degustação dos salgados do grupo de mulheres do PAIF e todos poderão ter um momento agradável de confraternização.

### **4.3.3 Terceiro momento da proposta de intervenção “Mês Ímpar”**

O terceiro momento da proposta de intervenção intitulado “Mês Ímpar” terá como objetivo a articulação intersetorial, que, como vimos, é uma das ações da função do CRAS de gestão territorial e acontecerá na perspectiva do PAIF (Apêndice D). Apenas para contextualizar, ressaltamos que os dois momentos anteriores terminaram como uma espécie de impulsionador para a prática e a qualificação do trabalho no CRAS, tanto por meio de seus trabalhadores como pela promoção do protagonismo da comunidade. É esperado que tanto no “Estudo em equipe”, quanto na “Ação comunitária - Quem éramos, quem somos e quem queremos ser?”, sejam levantadas demandas referentes as dificuldades vivenciadas e esperanças de mudança.

Podemos imaginar, como exemplo, que na ação anterior, quando se pergunta “Que comunidade queremos ser?” tenha surgido respostas como: “Uma comunidade onde nossas crianças possam se desenvolver longe da violência sexual”. Sabendo que a violência sexual é uma fragilidade que atinge nossa sociedade como um todo, será muito mais eficaz se as forças entre os setores do município estejam unidas numa mesma luta. Ressaltamos que o Enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes também é uma campanha nacional e que suas implicações atingem de maneira geral todas as políticas públicas.

Dito isto, a equipe do CRAS e os representantes comunitários precisam articular-se com os outros setores do município, como saúde, educação, comércio, cultura, entre outros, para fortalecer uma ação desta magnitude. Nesta perspectiva é que apresentamos o terceiro momento da proposta de intervenção intitulado “Mês Ímpar” pois seria uma ação que aconteceria nos meses ímpares. Frente a demanda de fortalecer as ações de grande porte do território, a equipe do CRAS buscaria contato com as equipes das políticas públicas de saúde, educação, cultura, administração pública, conselhos vinculados as políticas, entre outros, bem como, instituições não governamentais como, associações do comércio, igrejas, conselhos comunitários, etc.



Este contato com os demais setores do município aconteceria na perspectiva do levantamento do universo temático das demais políticas, onde representantes da equipe do CRAS se achegariam aos setores pertinentes, em uma atitude de respeito e humildade a fim de dialogar, conhecê-los e deixar-se conhecer. Esta aproximação com a realidade seria um reconhecimento do território no qual está imersa a equipe multiprofissional do CRAS. Trata-se do levantamento do universo temático, por assim dizer. A busca da palavra práxis do povo, donde poderão emergir um conjunto de temas/conteúdos geradores fundamentais para o trabalho educativo da equipe do CRAS que, ao mesmo tempo em que conhece o tempo-espaço do outro, se reconhece e reconhece o outro como parte de si.

Ressaltamos mais uma vez, a especificidade da fase do levantamento do universo temático, aplicada a realidade do CRAS, pois não é um levantamento da realidade feito do zero, mas, um aprofundamento do conhecimento do outro visto que se possui, de maneira prévia informações importantes sobre o contexto, contudo o que se pretende é que este conhecimento seja aprimorado. E ao mesmo tempo busca-se com esta fase, envolver os demais setores a uma causa em comum.

Assim, a equipe do CRAS irá convidar representantes dos demais setores para uma reunião que será semelhante a um círculo de cultura com vistas a resolução de problemas comuns. Conforme o que foi explicado acima, a reunião em forma de círculo de cultura iniciará pela fase da criação de situações existenciais. No caso do trabalho social do CRAS esta fase estará tão entrelaçada com a realidade que já não será um esforço criativo do animador, mas sim, uma apresentação factual da realidade.

Lembremos então que o tema gerador é a questão da “violência sexual contra crianças e adolescentes do município” então o que será apresentado nesta fase da criação de situações existenciais serão fatos reais, tabelas e gráficos que representam a realidade do país, do estado, pequenos textos que contextualizam a questão e em seguida será compartilhada a realidade local captada por meio dos relatos da comunidade do momento anterior “Ação comunitária - Quem éramos, quem somos e quem queremos ser?”.

Na sequência, com vistas a examinar melhor a questão em uma forma de destrincha-la em pedaços a partir da lógica da fase de criação das fichas de descoberta, o animador problematizará a questão perguntando ao grupo, “Como chegamos a este problema?”, “Quais as características históricas, políticas e culturais que contribuíram para esta situação?”, “Quais as consequências desta realidade local?”, etc. E por meio

destas problematizações é esperado que o grupo inicie um diálogo, que os faça compreender melhor a realidade local, que os torne mais conscientes da situação.

No momento em que o grupo esgotar suas contribuições sobre o assunto estarão prontos para serem desafiados à fase seguinte, que é a fase da decomposição da ficha de descoberta. Então o animador pode perguntar: “De quem é este problema?”, “O que eu enquanto representante da política pública de saúde, educação, assistência social, etc. posso fazer para mudar esta realidade?”, “Quais são as atitudes a serem tomadas pelo meu setor neste contexto?”, “Que tipo de ação podemos fazer, enquanto setores representativos deste município, em relação à violência sexual de crianças e adolescentes?”. E aí chegamos ao ponto crucial de nosso trabalho, a produção do conhecimento pelo grupo o qual, gera esperança, gera ação, gera transformação.

Vinculando este processo de conscientização ao desafio de movimentação prática da realidade é que se espera que o grupo apresente possibilidades de intervenções coletivas para o enfrentamento da questão. Neste caso, podemos imaginar que o grupo surgiu com a proposta de uma ação comunitária a nível municipal no formato de palestra, onde será convidado um especialista para compartilhar seus conhecimentos sobre o assunto.

Nesta perspectiva, todos os setores representados nesta reunião tornar-se-ão responsáveis por esta ação, que deverão planejar juntos e executar juntos. Desta forma, os profissionais envolvidos terão o compromisso de multiplicar o conhecimento agregado na reunião aos colegas do setor motivando-os a também se engajarem na questão. Conseguimos assim, visualizar o aumento da amplitude de alcance da ação, uma vez que os setores se unem.

É evidente que uma ação comunitária nesta magnitude, na qual se espera a participação de um grande número de pessoas, não substitui as ações de pequeno porte as quais o vínculo profissional-usuário se fortalece ainda mais, contudo são essas ações de grande porte que são uma excelente oportunidade para o compartilhamento de informações relevantes ao fluxo de trabalho dos setores, a integração das comunidades, bem como, a propagação de informações específicas referente ao tema gerador.

É interessante que eventos desta magnitude sejam utilizados para apresentações culturais dos grupos locais e momentos de confraternização. Quanto mais os setores se envolverem melhor será a resposta da comunidade. Podem haver barracas de oferta de informações nos locais, bem como, oferta de serviços, por exemplo, o setor de saúde pode

aproveitar o momento para agendar exames, entregar panfletos; o setor de educação pode apresentar projetos realizados em relação ao tema; enfim, o que buscamos ressaltar é o envolvimento dos setores locais na luta pela resolução de problemas do território, na luta pela transformação social, na luta por *Ser Mais*.

A ideia é que este evento não seja uma ação isolada, mas que tenha regularidade e seja contínua. Vejamos, se neste exemplo a demanda foi levantada pelo CRAS, é possível que os outros setores também tenham outras demandas a serem trabalhadas no modelo de ação comunitária no formato de palestra, e precise da contribuição dos demais setores. Como na saúde, por exemplo, a campanha contra o câncer de mama; na educação, a campanha contra as drogas, entre outras.

Nesta perspectiva, o intuito de chamarmos esta ação de “Mês Impar” é que em todos os meses ímpares aconteça uma ação, como exemplo: Janeiro, ação cultural comemorativa do aniversário do município, demanda da cultura; Março, ação de comemoração do dia da mulher, demanda da administração; Maio, ação contra a violência sexual, demanda assistência social; Julho, ação contra as drogas, demanda da educação; Setembro, ação em favor do meio ambiente, demanda da Epagri; Novembro, ação do novembro azul em prol da saúde do homem, demanda da saúde. A regularidade das ações com o tempo vai se tornando familiar à comunidade que saberá que todos os meses ímpares haverá uma ação coletiva.

Sendo os meses ímpares, meses da realização de ações, é necessário que todos os meses pares aconteça no mínimo um encontro entre os representantes dos setores para a realização do círculo de cultura com o objetivo de escolherem e trabalharem o tema referente as demandas locais, bem como proporcionar um entrosamento entre as equipes as quais passarão a conhecer melhor seus fluxos de trabalho, melhorando a qualidade de serviço prestado pelos setores.

Ressaltamos que, em tempos de pandemia como a ocorrida neste ano da covid-19, as ações apresentadas de grupos menores, podem ser adaptadas a canais digitais para a realização dos círculos de cultura via eletrônica. Enfim, estes três momentos da proposta de intervenção nomeada de “Plano de ação libertador” foram apresentados como um exemplo prático das contribuições de Paulo Freire no trabalho social no âmbito do CRAS, e como o nome já aponta, são contribuições e não modelos fixos a serem seguidos, mas sim ideias que podem servir como pontapé inicial para o trabalho da equipe do CRAS.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos as considerações finais deste trabalho, gostaríamos de retomar alguns pontos relevantes da pesquisa, em um esforço de síntese dos aspectos que acreditamos ser os mais importantes. A começar pelo contexto originário de nosso problema: “Que contribuições o pensamento freireano pode trazer para o trabalho social no CRAS?”, perpassando a formação dos capítulos e seus principais achados, culminando na exposição das contribuições de Paulo Freire para o trabalho social exercido no CRAS.

Relembramos que nosso problema surgiu da realidade do contexto dos trabalhadores do CRAS, que até hoje não possui uma capacitação mínima obrigatória, referente especificamente à Política de Assistência Social, para adentrar a este serviço. O que corresponde a um déficit na capacidade de efetivação dos objetivos do próprio serviço, visto que este acaba sendo interpretado de forma ingênua por grande parcela de seus trabalhadores. Ainda compreendemos que esta lacuna do conhecimento sobre a própria Política de Assistência Social prejudica o acesso da população à serviços socioassistenciais de qualidade.

Frente a isso, na primeira parte desta pesquisa nos dedicamos a compreender com maior profundidade o que é o CRAS dentro da Política de Assistência Social, quais são suas razões históricas de existência, quais são as principais referências legais que delimitam o trabalho do CRAS, bem como compreender mais organicamente quais são seus objetivos e funções específicas. Assim, neste primeiro momento de pesquisa nos deparamos com uma gama de documentos que nos ampliaram o conhecimento sobre o CRAS e que trouxe a tona suas singularidades, todavia, também nos fez compreender o fato da política em si ser muito ressentida o que caracteriza a necessidade de constante aprofundamento teórico na área.

Compreender os objetivos e as funções do CRAS nos fez ansiar ainda mais por alternativas efetivas à prática. Acreditamos na riqueza desta estratégia na aproximação do Estado ao cidadão em busca da promoção da integralidade da proteção social, com ações voltadas a promoção dos direitos de convívio familiar e comunitário, garantia dos direitos socioassistenciais e promoção da participação política das famílias referenciadas. Todavia fez-se emergente a necessidade da busca pelo como fazer. Quais são as possibilidades de abordagens metodológicas que podem nos aproximar cada vez mais da efetividade dos

objetivos do CRAS? Como promover a real participação do usuário do CRAS no processo de protagonismo social e na transformação da sociedade?

Ao nos depararmos com esta realidade e com estas demandas é que buscamos em Paulo Freire suporte teórico e metodológico para a construção de caminhos ao aprimoramento do trabalho exercido no CRAS. É este momento em que visualizamos a convergência entre o nosso contexto inicial com o objetivo geral desta pesquisa de identificar, no pensamento freireano, contribuições para o trabalho social no CRAS. A critério de cientificidade escolhemos dentro de uma abordagem qualitativa de cunho exploratório o procedimento da pesquisa bibliográfica, a partir da hipótese de que o pensamento freireano pode nos ajudar na qualificação do trabalho no CRAS.

Nesta perspectiva metodológica destrinchamos nosso objetivo geral de “Identificar que contribuições o pensamento freireano pode trazer para o trabalho social no CRAS” nos seguintes objetivos específicos: a) Explicitar em que medida a política expressa nos documentos orientadores do CRAS, pode se beneficiar do pensamento freireano e; b) Identificar elementos do pensamento freireano que contribuam para o trabalho voltado ao protagonismo social no âmbito do CRAS. Então aquilo que era uma curiosidade ingênua passou a criar forma científica. Observamos nesta pesquisa um processo de construção do conhecimento de forma gradual e cíclica, com a vivência da passagem da consciência ingênua para a crítica, para níveis de consciência máxima possível, para inéptidos viáveis de ações editandas que seguem me animando na luta por um CRAS libertador.

Ao olharmos para o primeiro objetivo específico, “Explicitar em que medida a política expressa nos documentos orientadores do CRAS, pode se beneficiar do pensamento freireano” nos remetemos, conforme o planejado, a estudar os documentos legais do CRAS, o que nos rendeu a constituição do segundo capítulo desta pesquisa. Os documentos mais utilizados foram a Constituição Federal de 88, a Lei Orgânica de Assistência Social de 1993, a Política Nacional de Assistência Social de 2004, o Caderno de Orientações Técnicas do Cras de 2009 e os Cadernos de Orientações Técnicas do PAIF de 2012. Ainda percebemos a necessidade de compreender o contexto histórico de constituição da Assistência Social no Brasil, ou seja, fragmentos da história brasileira com foco nos aspectos culturais, políticos e econômicos.

Nesta lógica, os tópicos do segundo capítulo foram formados na perspectiva de dar sentido ao que é o CRAS dentro da Política Pública de Assistência Social da sociedade

brasileira. Destinchamos a realidade da desigualdade social existente em nosso país desde sua formação, o que a nosso ver é um aspecto condicionante da existência do CRAS, bem como, um aspecto essencial para a compreensão do sujeito usuário e trabalhador do CRAS. Adentramos as normas legais de implementação da Assistência Social enquanto uma política social pública, o que dá sustentação a perspectiva da assistência enquanto direito, contrapondo uma visão assistencialista. Percebemos que a estrutura da legislação vigente da Assistência Social caminha em direção a promoção da participação social e que abre espaço para o trabalhador social criar e explorar abordagens metodológicas que sejam efetivas no compromisso da proteção social.

Neste capítulo também conseguimos compreender com maior profundidade quais são os objetivos específicos do CRAS dentro do Sistema Único de Assistência Social e suas funções exclusivas, o que nos trouxe a base do serviço prestado, nos possibilitando a visualização do exercício profissional do trabalhador social no âmbito do CRAS na perspectiva da legislação vigente. Encontramos na literatura, estudos da realidade do trabalho do CRAS que descrevem desafios ainda não superados, como comportamentos que representam uma compreensão assistencialista e fragmentada da assistência, em contraponto com a perspectiva da integralidade da proteção social enquanto um direito do cidadão. Neste sentido também foi expresso o desafio de aprofundamento teórico e apropriação de abordagens metodológicas que venham ao encontro da concepção de proteção social de forma integral, a qual abarque elementos que suportem a totalidade da complexidade do sistema social instituído no Brasil, uma definição congruente do humano enquanto sujeito, aspectos relacionais, éticos e políticos, bem como um direcionamento metodológico coerente aos princípios descritos na legislação da Assistência Social.

Ao chegarmos neste patamar de problematização nos deparamos entre o limite da necessidade do CRAS e a nossa hipótese de contribuições de Freire. Nesta perspectiva é que nos voltamos para o segundo objetivo específico de nossa pesquisa, relembramos, “Identificar elementos do pensamento freireano que contribuam para o trabalho voltado ao protagonismo social no âmbito do CRAS”. Frente a este objetivo aprofundamos o estudo sobre a vida e obra de Paulo Freire o que nos rendeu a constituição do terceiro capítulo deste trabalho. Os tópicos do capítulo então foram construídos primeiramente em um esforço para entender quem foi Paulo Freire e quais foram suas contribuições para o campo científico que o tornaram tão renomado nacional e internacionalmente. Ao conhecer melhor a história das vivências de Freire fomos nos apropriando de seus

ensinamentos por meio do estudo de seus livros, com destaque a sua obra *Pedagogia do Oprimido*, conseguimos extrair sentido da Teoria da Libertação, a qual permeia toda sua práxis.

A Teoria da Libertação, destacamos aqui, foi o grande despertar desta pesquisa, pois a partir dela pudemos nos apropriar da amplitude do pensamento freireano que abrange uma concepção da totalidade do ser humano em suas diversas e complexas relações consigo, com o mundo e com a história. O ser humano que existe consciente e vocacionado a *Ser Mais*. Compreendemos a leitura de Freire da história da sociedade brasileira enquanto violadora do direito de *Ser Mais* e para além disso observamos que Freire denuncia os processos de manutenção desta violação a qual denominou de sistema opressor. Na sequência desta denúncia, Freire faz o anúncio dos processos que podem libertar o povo oprimido, são estes, o diálogo, a conscientização, a problematização, a criticidade, o engajamento e a luta. Verificamos uma importante contribuição de Freire para a compreensão do ser humano em relação com o sistema opressor que, o limitam em seu potencial de *Ser Mais* e ainda mais importante é a contribuição do anúncio aos processos de libertação.

Após compreender a amplitude da Teoria da Libertação em sua essência, percebemos que estes são elementos aplicáveis a vida em sua totalidade e não apenas em atividades laborais, pois acusam uma forma de encarar a realidade e de intervir nela. Observamos que o pensamento freireano não concebe o subjetivo e objetivo como se fossem duas categorias distintas, mas, relaciona-os como interdependentes. Nesta perspectiva é que visualizamos a necessidade de compreender também com mais profundidade o “como se faz” de Freire, ou seja, compreender o método Paulo Freire. Para tanto, foi por meio da literatura de comentadores de Freire em relação sua práxis com a alfabetização de adultos, conseguimos de forma sistemática descrever as fases de seu método, a saber, levantamento do universo temático, escolha dos temas geradores, criação de situações existenciais, elaboração das fichas de descoberta, e decomposição das fichas de descoberta. Tais fases que nos proporcionaram a matéria prima para a criação de propostas de intervenção no âmbito do trabalho no CRAS.

Ao obtermos suporte tanto sobre a compreensão do CRAS quanto, do pensamento freireano, chegamos ao ápice de nossa pesquisa, onde nos voltamos ao objetivo geral de nossa pesquisa, “identificar que contribuições o pensamento freireano pode trazer para o trabalho social no CRAS”, o que rendeu a constituição do quarto capítulo de nossa

pesquisa. Este capítulo escrito por meio da análise de conteúdo, foi dividido em três tópicos, onde abordamos as contribuições de Paulo Freire para o trabalho no âmbito do CRAS nas dimensões ontológica, ética-política e metodológica. Com certeza foi o momento mais desafiador e o mais esperado desta pesquisa, ao dialogar com o contexto do CRAS e o pensamento freireano, conseguimos trazer organicidade ao trabalho, nos apropriando dos ensinamentos de Freire para a qualificação do trabalho no CRAS.

A primeira dimensão discutida foi a concepção ontológica de Paulo Freire, que abordou o ser humano em seu caráter histórico, cultural e vocacionado a *Ser Mais*. Aprofundamos a noção do ser enquanto condicionado por seu contexto histórico, social e cultural, porém jamais determinado a permanecer nesta condição, sendo também concernente ao ser humano a capacidade de aprender-se enquanto sujeito do mundo capaz de transformá-lo. Entender o ser humano e sua vocação na perspectiva de Freire foi fundamental para a compreensão do sujeito usuário e trabalhador da Assistência Social. De nada, ou pouco nos valeria ter um conhecimento rebuscado sobre técnicas de trabalho se não nos debruçássemos primeiramente em compreender quem é aquele a quem buscamos nos aproximar em uma perspectiva de construção conjunta de conhecimento e protagonismo social. Ao mesmo passo que compreendemos o outro passamos a também nos compreender melhor e a observar a necessidade da libertação em comunhão. Sendo assim, em relação a dimensão ontológica, as contribuições do pensamento freireano esteve presente no suporte à compreensão do sujeito usuário e trabalhador da Assistência Social, enquanto um ser de possibilidades, sujeito da história e sujeito da transformação social a qual o trabalhador do CRAS irá unir-se na perspectiva da luta pelo Ser Mais e não aproximar-se do usuário enquanto um ser vazio para o depósito de informações, receituários ou mesmo para disciplina-los.

O segundo tópico de discussão foi a dimensão ética e política do pensamento freireano. Freire conceitua a ética como parâmetro delimitador dentro das relações sociais, onde o valor máximo é a vida, rejeita assim, qualquer forma de discriminação. Defende o valor ético onde todos tenham acesso aos direitos mínimos necessários ao desenvolvimento saudável do cidadão em termos físico, psicológico, social e espiritual. E acrescenta ser inaceitável qualquer tipo de negligência às necessidades do ser humano em benefício egoísta e particular, vinculando este preceito a crítica realizada ao sistema econômico instaurado, onde, o valor de mercado está acima da vida. As contribuições de Freire em relação a ética foram tecidas neste capítulo em paralelo com os princípios da Política de Assistência Social os quais se revelaram compatíveis.



A compatibilidade do pensamento freireano também foi observado em relação às diretrizes da Assistência Social quando observadas em paralelo com o conceito de política em Freire, a qual, refere-se à participação efetiva do cidadão na organização da sociedade. Freire defende e promove a politização do indivíduo por meio do processo educativo, com o intuito de que haja na população uma verdadeira inserção nas decisões que orientam a constante luta de poderes concernentes a transformação social. Freire adverte que não há ação neutra, que as práticas sociais são em sua essência intencionadas. Portanto, o processo de politização deve executar a função de discernimento para o cidadão, que ao perceber-se de que lado da força política está, de forma crítica refletir qual posição é de fato libertadora. Esta contribuição é valiosa para o CRAS pois, ao conceber que nosso trabalho também é político, passamos a vasculhar em nosso cotidiano quais de nossas ações estão voltadas a manter a dominação instaurada e quais comportamentos nos conduziria ao processo de libertação. Somente ao nos conscientizarmos de nosso papel político é que poderemos criticamente buscar a promoção da participação política no usuário do CRAS, nos aproximando ainda mais do objetivo de promoção do protagonismo popular para a transformação social.

O último tópico discutido do capítulo de análise foi a dimensão metodológica e proposta de intervenção, onde foi apresentado uma proposta de intervenção nomeada “Plano de ação libertador” dividido em três momentos práticos de como materializar o pensamento freireano no cotidiano do CRAS. É evidente que a aplicabilidade do pensamento freireano não se esgota em nesta proposta, pois, como vimos a teoria de Freire é vasta em suas possibilidades práticas. Contudo, este foi apenas um caminho exposto num esforço de diálogo entre as funções do CRAS de gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica e a oferta do PAIF e as concepções do pensamento freireano, mais especificamente em relação a Teoria da Libertação e ao Método Paulo Freire.

Nos três momentos da proposta de intervenção materializadas nas ações previstas de exclusividade do CRAS, vamos verificar a presença dos elementos dos processos libertadores presentes na Teoria da Libertação, que são, o diálogo, a conscientização, a problematização, a criticidade, o engajamento e a luta. Da mesma forma, porém ainda mais sistematizados estão as fases do Método Paulo Freire, que são, o levantamento do universo temático, a escolha dos temas geradores, a criação de situações existenciais, a elaboração das fichas de descoberta, e a decomposição das fichas de descoberta.

O primeiro momento denominado “Estudo em equipe” compôs o anseio de capacitação da equipe em uma iniciativa de base, onde os componentes da equipe entre si desenvolveriam o conhecimento que necessitam para o aprimoramento do serviço prestado no CRAS. Já o segundo momento denominado “Ação comunitária – quem éramos, quem somos e quem queremos ser” seria um evento comunitário, direcionado ao alcance e aproximação da comunidade local, a fim de conhece-la com maior profundidade, bem como identificar seus anseios de transformação social promovendo o engajamento comunitário e iniciativas de lideranças revolucionárias. O terceiro momento denominado “Mês Impar”, esteve vinculado a necessidade de iniciativas que promovam a intersectorialidade do município, visando dar conta da amplitude da perspectiva da integralidade da proteção social.

Nesta proposta verificamos de forma implícita a compreensão do ser humano enquanto sujeito da transformação social, enquanto protagonista social, enquanto detentor da palavra o qual possui voz e vez à participação e decisão. Observamos o respeito a vida e a dignidade humana, a qual é conquista histórica e luta permanente, materializando assim a noção ética e política do pensamento freireano. Percebemos ainda que a utilização das fases do Método Paulo Freire não é uma forma enrijecida e permanente, mas é um caminho possível para alcançar os objetivos do CRAS de promoção das potencialidades do território, protagonismo das famílias referenciadas, traçados em relação ao desenvolvimento da autonomia, autoconhecimento e autoestima dos seus usuários.

Sendo assim, acreditamos ter alcançado nossos objetivos nesta pesquisa, satisfeitos por esta construção que para além de uma sistematização de cunho científico é uma ferramenta para a melhoria da prática profissional do trabalhador do CRAS.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, K.M.O. OLIVEIRA, I.F. **Psicologia e política social: O trato da pobreza como “sujeito psicológico”**. *Psicol. Argum.* Curitiba, v.30, n. 70, p. 559-566, jul/set 2012. Disponível em: <  
[file:///C:/Users/User/Desktop/DISSERTA%C3%87%C3%83O/Qualifica%C3%A7%C3%A3o/Psicologia%20Social/Psicologia e politica social o trato a p.pdf](file:///C:/Users/User/Desktop/DISSERTA%C3%87%C3%83O/Qualifica%C3%A7%C3%A3o/Psicologia%20Social/Psicologia%20e%20politica%20social%20o%20trato%20a%20p.pdf)> Acesso em: Nov. 2019

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro, 1996.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edições 70. Lisboa/Portugal. 1977. Disponível em: <  
[file:///C:/Users/User/Desktop/DISSERTAÇÃO/1%20-%20Introdução/metodologia%20de%20análise/análise%20de%20conteúdo/BARDIN,%20L.%20\(1977\).%20Análise%20de%20conteúdo.%20Lisboa%20edições,%2070,%20225..pdf](file:///C:/Users/User/Desktop/DISSERTAÇÃO/1%20-%20Introdução/metodologia%20de%20análise/análise%20de%20conteúdo/BARDIN,%20L.%20(1977).%20Análise%20de%20conteúdo.%20Lisboa%20edições,%2070,%20225..pdf)> Acesso em: 17 Dez. 2019.

BRANDÃO, C. R. **O que é método Paulo Freire**. Editora Brasiliense, 1ª ed. São Paulo 1981.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 525, de 1º de Julho de 1938**. Disponível em: <  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-525-1-julho-1938-358399-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 27 Fev. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.830, De 15 de Outubro De 1942**. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/De14830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/De14830.htm)> Acesso em: 27 Fev. 2020.

BRASIL, Lei nº 8.742. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: <  
[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)> Acesso em: 26 Mar. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB/RH SUAS**. Brasília. 2006. Disponível em: < <file:///C:/Users/User/Desktop/DISSERTAÇÃO/2%20-%20Capítulo%20CRAS/Documentos%20loegais%20sobre%20o%20CRAS/6%20-%20NOB-RH,%202006.pdf> > Acesso em: 16 Jun. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **O caderno de Orientações Técnicas do CRAS**. Brasília. 2009. Disponível em: < [file:///C:/Users/User/Desktop/UFGS%20-%20PESQUISA/PAIF/orientacoes\\_Cras.pdf](file:///C:/Users/User/Desktop/UFGS%20-%20PESQUISA/PAIF/orientacoes_Cras.pdf) > Acesso em: 17 Jun. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. V. 1. Brasília, 2012. Disponível em: < <file:///C:/Users/User/Desktop/DISSERTAÇÃO/2%20-%20Capítulo%20CRAS/Documentos%20loegais%20sobre%20o%20CRAS/11%20-%20ORIENTAÇÕES%20PAIF%20V.1,%202012.pdf> > Acesso em: 15 Mai. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Orientações Técnicas sobre o PAIF: Volume 2 “Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF”**. Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB/RH SUAS**. Brasília. 2006. Disponível em: < <file:///C:/Users/User/Desktop/DISSERTAÇÃO/2%20-%20Capítulo%20CRAS/Documentos%20loegais%20sobre%20o%20CRAS/6%20-%20NOB-RH,%202006.pdf> > Acesso em: 16 Jun. 2019.

BRASIL. **Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Brasília, 2006.

BRASIL. **Planos de Assistência Social: Diretrizes de Elaboração**. Brasília, 2008.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. CV. Rio de Janeiro. 2008.

CAVALCANTI, E. B. **A politicidade da educação no pensamento de Paulo Freire e nos saberes dos concluintes do curso de pedagogia.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009. Disponível em: < <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4895> > Acesso em: Mai. 2020.

CENCI, A. V. **Ética geral e das profissões.** Ijuí: Editora Unijuí. 2010. Pg. 110.

COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?.** 2. ed. Cortez. São Paulo, 2006.

COUTO, B. R. et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** Ed. Cortez. Edição do Kindle. São Paulo, 2010.

CROCE, M. A. **A Economia do Brasil no século XIX.** XI Congresso Brasileiro de História Econômica. Espírito Santo. 2015. Disponível em: < [http://www.abphe.org.br/arquivos/2015\\_marcus\\_antonio\\_croce\\_a-economia-do-brasil-no-seculo-xix.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_marcus_antonio_croce_a-economia-do-brasil-no-seculo-xix.pdf) > Acesso em: 13 Dez. 2018.

DICKMANN, I.; DICKMANN, I. **Paulo Freire: método e didática.** 1.ed. Livrológica, Chapecó, 2020. Disponível em: < <file:///C:/Users/User/Desktop/DISSERTA%C3%87%C3%83O/3%20-%20Cap%C3%ADtulo%20Paulo%20Freire/14%20-%20EBOOK%20Paulo%20Freire%20M%C3%A9todo%20e%20Did%C3%A1tica.pdf> > Acesso em: Mai. 2020.

FAUSTO, B. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1995. Disponível em: < <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/republica-velha/> > Acesso em: 23 dez. 2018.

FLEURI, R. M. **Interculturalidade e Educação.** UFSC Centro de Ciências da Educação. Santa Catarina, 2003.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** Paz e Terra, 14 ed. Rio de Janeiro, 2011a.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** Paz e Terra, 14 ed. Rio de Janeiro, 2011b.

FREIRE, P. **Educação e mudança.** Paz e Terra, 2 ed. São Paulo, 2011c.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Paz e Terra, 15 ed. São Paulo, 2011d.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Paz e Terra, 14 ed. São Paulo, 2011e.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**. Paz e Terra, 17 ed. São Paulo, 2011f.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17<sup>a</sup>. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1987.

FREIRE, P. **Política e educação : ensaios**. 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época ; v.23). Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Desktop/ORIENTAÇÃO%2008-07-19/Resumos%20e%20sínteses%20Cap.%202/PoliticaeEducao.pdf>>. Acesso em: jan. 2020.

FURTADO, M. B. **Síntese da Economia Brasileira**, 7<sup>o</sup> ed, Ed. LTC, São Paulo, 1999.

GADOTTI, M. **Paulo Freire, uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 1996. Disponível em <[http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3078/1/FPF\\_PTPF\\_12\\_069.pdf](http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3078/1/FPF_PTPF_12_069.pdf)> Acesso em 11 Jul. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas, 4ed. São Paulo. 2002.

LONARDONI, E; et al. **O processo de afirmação da assistência social como política social**. V.8. Serviço Social em Revista. 2006. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2\\_sonia.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_sonia.htm)> Acesso em: 03 Abr. 2020.

MAAR, W. L. **O que é política**. Editora Brasiliense. São Paulo, 1982. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=-mgvDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=o+que+%C3%A9+pol%C3%ADtica&ots=S1o341wWWq&sig=lwevlnjLgdeMCOTmajsCpj23ytY#v=onepage&q&f=true>> Acesso em: 06 Mai. 2020.

MORAES, R. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: < <file:///C:/Users/User/Desktop/DISSERTAÇÃO/1%20-%20Introdução/metodologia%20de%20análise/análise%20de%20conteúdo/Análise%20de%20conteúdo.roque%20moraes.pdf> > Acesso em: 17 Dez. 2020.

MOTA, A. E. S. **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade.** Ed. Cortez Edição do Kindle. São Paulo, 2008.

MOUALLEM, G. M. S. B. **A Ética da Vida e a Escola: o outro, o diálogo e a participação.** PUC. São Paulo, 2006. Disponível em: <[http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4018/1/FPF\\_PTPF\\_01\\_0676.pdf](http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4018/1/FPF_PTPF_01_0676.pdf)> Acesso em: 15 Fev. 2020.

NOVOA, C. A. T. **Diálogo com Paulo Freire.** Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1979. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=pnhv2szUMvkC&pg=PA43&lpg=PA43&dq=Em+meus+primeiros+trabalhos,+n%C3%A3o+fiz+quase+nenhuma+refer%C3%Aancia+ao+car%C3%A1ter+pol%C3%ADtico+da+educa%C3%A7%C3%A3o.+Mais+ainda,+n%C3%A3o+me+referi,+tampouco,+ao+problema+das+classes+sociais,+nem+%C3%A0+luta+de+classes&source=bl&ots=0NcFkMBf9l&sig=ACfU3U2wRy9ja3ydJU5SqoKrPWbYCvKlw&hl=ptBR&sa=X&ved=2ahUKEwiHmsSdvaTpAhUWCrkGHUJBCYAQ6AEwAHoECAoQAQ#v=onepage&q=Em%20meus%20primeiros%20trabalhos%20C%20n%C3%A3o%20fiz%20quase%20nenhuma%20refer%C3%Aancia%20ao%20car%C3%A1ter%20pol%C3%ADtico%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o.%20Mais%20ainda%20C%20n%C3%A3o%20me%20referi%20tampouco%20ao%20problema%20das%20classes%20sociais%20nem%20%C3%A0%20luta%20de%20classes&f=false>> Acesso em: Mai. 2020.

OLIVEIRA, K. S. A.et. al. **Políticas Sociais: práticas de desafios.** VII Jornada Internacional Políticas Públicas. 2015. Disponível em: <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/mesas/politicas-sociais\\_-\\_praticas-e-desafios.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/mesas/politicas-sociais_-_praticas-e-desafios.pdf)> Acesso em: Nov. 2019

PAULA, R.F.S. **O Sistema único de Assistência Social no contexto da gestão pública brasileira: fundamentos da gestão.** Livrus Negócios Editoriais, 2013.

PEREIRA, O. **O que é teoria.** Editora brasiliense. São Paulo, 1982.

RAUEN, F. J. **Roteiros de investigação científica.** Unisul. 2002.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil.** São Paulo. 1995.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2014.

SCHWARCZ, L; STARLING, H. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOCUGLIA, A. C. **Origens e perspectiva do pensamento político-pedagógico de Paulo Freire**. Educ. Pesqui. vol.25 no.2 São Paulo July/Dec. 1999. Disponível em: < [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97021999000200003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97021999000200003&script=sci_abstract&tlng=pt) > Acesso em: Mai. 2020.

SILVA, R; TOBIAS, J. S. **A educação para as relações étnico-raciais e os estudos sobre racismo no Brasil**. Rev. Inst. Estud. Bras. no.65 São Paulo Sept./Dec. 2016 Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0020-38742016000300177&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742016000300177&lang=pt) > Acesso em: 06 Dez. 2018.

SOUZA, A. I. **Paulo Freire vida e obra**. Expressão Popular.3.ed. São Paulo, 2015.

SPOSATI, A. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social**. Cortez. 6ª ed. São Paulo. 2011.

TORRES, C. A.; O'CADIZ, M. P.; WONG, P. L. **Educação e Democracia: a práxis de Paulo Freire em São Paulo**. Cortez, São Paulo, 2002. Disponível em: < [file:///C:/Users/User/Downloads/FIPF 2002 INSTITUCIONAL 11 004.pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/FIPF%202002%20INSTITUCIONAL%2011%20004.pdf)> Acesso em: 20 Mar. 2020

URQUIZA, M. A.; MARQUES, D. B. **Análise de conteúdo em termos de Bardin aplicada à comunicação corporativa sob o signo de uma abordagem teórico-empírica**. Entretextos, Londrina, v. 16, n. 1, p. 115-144, jan./jun. 2016. Disponível em: < [file:///C:/Users/User/Downloads/20988-125882-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/20988-125882-1-PB%20(2).pdf) > Acesso em: 31 Mar. 2020.



**APÊNDICE A** – Esquema do Plano de ação Libertador

Estudo em equipe	<ul style="list-style-type: none"><li>• Gestão dos serviços socioassistenciais da PSB</li><li>• PAIF</li></ul>
Ação comunitária	<ul style="list-style-type: none"><li>• Busca ativa</li><li>• PAIF</li></ul>
Mês Impar	<ul style="list-style-type: none"><li>• Articulação Intersetorial</li><li>• PAIF</li></ul>

**APÊNDICES B** – Tabela descritiva do primeiro momento da proposta de intervenção nomeado “Estudo em equipe”

Nome:	Estudo em equipe
Descrição:	Círculo de cultura com a equipe para a elaboração e execução das ações frente as demandas do território;
Público alvo:	Equipes que compõem a PSB de abrangência do território do CRAS;
Objetivos:	Esta intervenção tem como objetivo ser uma atividade contínua onde a equipe irá se reunir em prol de aprender um conteúdo novo em relação a Política de Assistência Social, seus processos internos e externos de fluxos entre serviços, benefícios, programas e projetos, bem como a criação de ações inovadoras que abarquem os objetivos, princípios e diretrizes do CRAS. Para além de conhecer conteúdos novos em relação ao trabalho no CRAS, este período tem por objetivo proporcionar a conscientização e o engajamento do grupo à transformação social.
Fase do Levantamento do universo temático:	Esta fase será realizada já no primeiro encontro do círculo de cultura com a equipe do CRAS. Assim, após explicação detalhada sobre os objetivos e método do encontro, o animador buscará informações sobre cada participante.
Fase da Escolha do tema gerador:	Dinâmica “Roda de palavras” com a palavra CRAS. Realização da redução temática, onde o grupo sinalizará qual tema gostariam de aprofundar. E escolha do material de estudo.
Fase da Criação de situações existenciais:	Dinâmica: “Quem é o CRAS”
Fase da Criação das fichas de descoberta:	Esta fase acontecerá com a decomposição do material de estudo escolhido: “Caderno de orientações técnicas do CRAS”. Este momento pode se estender por vários encontros, onde o grupo irá se debruçar na leitura, na compreensão, e na estruturação lógica do que o texto tem a dizer, criando mapas mentais, estruturas internas de compreensão e classificação do conteúdo entre outros.
Fase da Decomposição das fichas de descoberta:	Nesta fase o grupo chegaria em uma resposta comum em relação ao tema gerador, uma resposta criativa, autêntica, embasada cientificamente em bons autores e significativamente entrelaçada a vivência do grupo. É por meio deste processo que o grupo não irá apenas decorar conceitos, mas, produzir conhecimento. Sugere-se que utilize-se de dinâmicas, técnicas e estratégias para a sistematização do conhecimento produzido, por meio da escrita do mesmo, ou ainda apresentação por meios mais criativos, como, músicas, teatros, rimas, poemas, entre outros.

**APÊNDICE C** – Tabela descritiva do segundo momento da proposta de intervenção nomeado “Ação Comunitária: Quem erámos, quem somos e quem queremos ser?”

Nome:	“Ação Comunitária: Quem erámos, quem somos e quem queremos ser?”
Descrição:	Ação comunitária abordará o tema das diferenças intergeracionais e ao mesmo tempo angariará informações mais profundas sobre a realidade local, realizando uma espécie de mapa falado da comunidade;
Público alvo:	Aberto a todos os cidadãos da comunidade e a todas as idades;
Objetivos:	Obtenção de informações sobre a comunidade; Proporcionar momentos de convivência comunitária; Proporcionar autoconhecimento comunitário; Potencializar o protagonismo social;
Fase do Levantamento do universo temático:	A equipe do CRAS irá sair a campo e visitar as famílias e os líderes comunitários com vistas a conhecer mais da realidade local; Equipe do CRAS possui certo conhecimento e por vezes já deve haver travado vínculos anteriores com a comunidade; Entrega de convites à domicílio onde aconteça um diálogo sobre a vida, que venha a agregar no entendimento dos técnicos sobre o cotidiano da família, bem como, envolver e motivar a família a participar do evento;
Fase da Escolha do tema gerador:	Esta fase aconteceu concomitantemente com a fase do levantamento do universo temático a equipe do CRAS estava realizando a fase da escolha do tema gerador, ao focar em uma demanda específica;
Fase da Criação de situações existenciais:	Será realizada por meio de uma apresentação do grupo do SCFV, que pode ser uma música, um poema, um teatro, entre outros, relacionado ao tema “relações familiares intergeracionais” que retrate a demanda identificada que represente as vivências da comunidade;
Fase da Criação das fichas de descoberta:	Formação de grupos menores para discussão, com foco na problematização, trazendo o exemplo da apresentação cada vez mais perto da realidade da comunidade;
Fase da Decomposição das fichas de descoberta:	Ao final do debate é esperado que cada grupo tenha escrito suas contribuições sobre as características da comunidade e então os grupos são convidados a juntar-se novamente e a compartilhar seus resultados; A síntese dos resultados caracteriza esta última fase do método Paulo Freire; Por meio da conscientização da realidade local, a comunidade iniciou o processo de inédito viável; Proposta de dinâmica ou reflexão que sensibilize os presentes a perceberem que eles são a esperança para a mudança que desejam; Apresentação da proposta do “Desafio Comunitário” onde serão convidados seis representantes da comunidade, que expressem este desejo, para fazer parte da “Comissão para a mudança” onde discutirão como podem lutar para alcançar melhorias para sua comunidade.

**APÊNDICE D** – Tabela descritiva do terceiro momento da proposta de intervenção nomeado “Mês Ímpar”

Nome:	Mês Ímpar
Descrição:	Proposta decorrente dos resultados das ações anteriores; Possível demanda levantada a partir da questão: “Que comunidade queremos ser?”. Imaginemos que a resposta tenha sido: “Uma comunidade onde nossas crianças possam se desenvolver longe da violência sexual”;
Público alvo:	Os setores de políticas públicas da Assistência Social, saúde, educação, comércio, cultura, entre outros, bem como setores privados, igrejas e associações. A população em geral;
Objetivos:	Articulação intersetorial;
Fase do Levantamento do universo temático:	Nesta fase os representantes da equipe do CRAS se achegariam aos setores pertinentes, em uma atitude de respeito e humildade a fim de dialogar, conhecê-los e deixar-se conhecer; Seria a busca da palavra práxis do povo, donde poderão emergir um conjunto de temas/conteúdos geradores fundamentais para o trabalho educativo da equipe do CRAS que, ao mesmo tempo em que conhece o tempo-espaço do outro, se reconhece e reconhece o outro como parte de si; Convite para uma reunião em forma de círculo de cultura;
Fase da Escolha do tema gerador:	Esta fase acontecerá concomitantemente com a fase do levantamento do universo temático, visto a especificidade desta ação ser resultado de ações anteriores;
Fase da Criação de situações existenciais:	Neste momento esta fase estará tão entrelaçada com a realidade que já não será um esforço criativo do animador, mas sim, uma apresentação factual da realidade.
Fase da Criação das fichas de descoberta:	Com vistas a examinar melhor a questão em uma forma de destrinchá-la em pedaços a partir da lógica da fase de criação das fichas de descoberta, o animador problematizará a questão perguntando ao grupo, “Como chegamos a este problema?”, “Quais as características históricas, políticas e culturais que contribuíram para esta situação?”, “Quais as consequências desta realidade local?”, etc. E por meio destas problematizações é esperado que o grupo inicie um diálogo, que os faça compreender melhor a realidade local, que os torne mais conscientes da situação.
Fase da Decomposição das fichas de descoberta:	Sugere-se problematizações como: “De quem é este problema?”, “O que eu enquanto representante da política pública de saúde, educação, assistência social, etc. posso fazer para mudar esta realidade?”, “Quais são as atitudes a serem tomadas pelo meu setor neste contexto?”, “Que tipo de ação podemos fazer, enquanto setores representativos deste município, em relação à violência sexual de crianças e adolescentes?”; Espera-se que o grupo apresente possibilidades de intervenções coletivas para o enfrentamento da questão;